

21

v.11 n.21
julho/dezembro 2023

Revista Parlamento e Sociedade

Comportamento político e valores democráticos

Apresentação

Humberto Dantas

Democracia fora de grandes centros urbanos: políticas de educação cívica no ensino básico brasileiro

Maria Pereira Barretos e

Renata Dantas de Moraes e Macedo

Aproximando Agendas de Pesquisas: o que os Jovens do Sul e de São Paulo Pensam sobre a Política?

Humberto Dantas e

Jennifer Azambuja de Moraes

O papel das escolas na educação crítica midiática e o seu impacto na sofisticação política da juventude no Sul do Brasil

Ana Julia Bonzanini Bernardi e

Alexsander Dugno Chiodi

A Universidade e seu papel na construção de valores democráticos: experiências e práticas em cursos de Administração Pública na UDESC

Daniel Moraes Pinheiro, Danilo Melo e

Luiz Filipe Goldfeder Reinecke

Movimentos Suprapartidários: Escolas de Formação de Políticos sem Ideologia?

Priscila Schmitz e José Paulo Martins Júnior

Capital Social e Voto: reflexões sobre a relação entre mulheres consultoras *Natura* e a política

Geraldo Aleandro Junior e

Natalia Cerri Oliveira

Mesa Diretora

2023

Presidente

Milton Leite (UNIÃO)

1º vice-presidente

Xexéu Tripoli (PSDB)

2º vice-presidente

André Santos (Republicanos)

1º secretário

Alessandro Guedes (PT)

2º secretário

Marlon Luz (MDB)

1º suplente

Milton Ferreira (Podemos)

2º suplente

Isac Félix (PL)

Corregedor Geral

Rubinho Nunes (UNIÃO)

Revista

**Parlamento
e Sociedade**

Revista **Parlamento e Sociedade**

v.11 n.21 julho-dezembro 2023

São Paulo

ISSN 2318-4248
e-ISSN 2764-6548

Rev. Parlamento e Sociedade

São Paulo

v.11

n.21

p.1-122

jul.-dez.2023

A **Revista Parlamento e Sociedade** é uma publicação semestral da Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo

Secretaria e Redação

Escola do Parlamento

Câmara Municipal de São Paulo

Palácio Anchieta – Viaduto Jacareí, 100

13º andar, 1302A

São Paulo – São Paulo – CEP 01319-900

Solicita-se permuta

e-mail: escoladoparlamento@saopaulo.sp.leg.br

versão eletrônica: www.saopaulo.sp.leg.br/escoladoparlamento

<https://parlamentoesociedade.emnuvens.com.br/revista/index>

Ficha catalográfica elaborada pela Equipe de Biblioteca da CMSP – SGP.32

Revista Parlamento e Sociedade / Câmara Municipal de São Paulo.

- Vol. 11, n. 21 - (2023). - São Paulo : CMSP, 2013-

Semestral

Continuação parcial de: Revista do Parlamento Paulistano (Debates)

Edições de 2013-2014 têm o título : Revista Parlamento & Sociedade

ISSN 2764-6548 (versão eletrônica)

ISSN 2318-4248 (versão impressa)

1. Administração Pública - Periódicos 2. Poder Legislativo - Periódicos

3. Políticas Públicas - Periódicos I. Câmara Municipal de São Paulo.

CDU 35(05)

Todo o conteúdo deste periódico, exceto onde está identificado, está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição-Uso Não-Comercial 4.0 Unported (CC-BY-NC 4.0)

Revista Parlamento e Sociedade

Expediente

Editor Científico	Gustavo Costa Dias
Editor Executivo	Maria Regina de Faria Vallado Costa
Conselho Editorial	Silvia Aparecida Santos de Carvalho, Pedro Henrique Lopes Campos, Maria Regina de Faria Vallado Costa, Gustavo Costa Dias, Rubem Davi Romacini, Marcelo Succi de Jesus Ferreira
Comitê Científico	Ademir Alves da Silva (PUC SP – Departamento de Serviço Social), Andreza Davidian (USP), Carla Reis Longhi (PUC SP – Departamento de História), Cristina Fróes de Borja Reis (UFABC - Centro de Engenharia e Ciências Sociais Aplicadas), Edmar Tetsuo Yuta (FACAMP – Departamento de Ciências Humanas), Enio Passiani (FACAMP – Departamento de Ciências Humanas), Fernanda Graziella Cardoso (UFABC - Centro de Engenharia e Ciências Sociais Aplicadas), Fernando de Souza Coelho (USP – EACH), Flávia Mori Sarti (USP – EACH), Ingrid Cyfer (Unifesp), Marcel Mendes (Mackenzie – Vice-Reitor), Maria Lúcia Martinelli (PUC SP – Departamento de Serviço Social), Maria Lúcia Refinetti R. Martins (USP – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo), Maria Nazaré Lins Barbosa (FGV), Mauricio Izumi (CEBRAP)
Equipe Editorial	André de Oliveira Leonardo, Marcio Tadeo Tanabe, João Francisco Ferreira Nascimento
Revisão	Maria Regina de Faria Vallado Costa
Projeto gráfico e diagramação	Equipe de Comunicação – CCI.3

Sumário

Comportamento político e valores democráticos

- 11 **Apresentação**
Humberto Dantas
- 15 **Democracia fora de grandes centros urbanos: políticas de educação cívica no ensino básico brasileiro**
Maria Pereira Barretos e Renata Dantas de Moraes e Macedo
- 31 **Aproximando Agendas de Pesquisas: o que os Jovens do Sul e de São Paulo Pensam sobre a Política?**
Humberto Dantas e Jennifer Azambuja de Moraes
- 49 **O papel das escolas na educação crítica midiática e o seu impacto na sofisticação política da juventude no Sul do Brasil**
Ana Julia Bonzanini Bernardi e Alexsander Dugno Chiodi
- 69 **A Universidade e seu papel na construção de valores democráticos: experiências e práticas em cursos de Administração Pública na UDESC**
Daniel Moraes Pinheiro, Danilo Melo e Luiz Filipe Goldfeder Reinecke
- 91 **Movimentos suprapartidários: escolas de formação de políticos sem ideologia?**
Priscila Schmitz e José Paulo Martins Júnior
- 107 **Capital Social e Voto: reflexões sobre a relação entre mulheres consultoras *Natura* e a política**
Geraldo Aleandro Junior e Natalia Cerri Oliveira

Comportamento político e valores democráticos

Apresentação

Ao longo dos últimos anos a *Revista Parlamento e Sociedade* tem se notabilizado por um compromisso significativo com a publicação de textos que tratam de aspectos gerais da educação política, ou suas derivações – educação cívica, educação cidadã, educação para a democracia etc. Trata-se de algo que o Brasil parece ignorar ou temer parcialmente e deixou submergir numa disputa ideológica pouco razoável ao desenvolvimento de sua jovem Democracia. Duas questões precisam ser observadas nesse sentido: 1) desde, ao menos, a Proclamação da República, o Estado brasileiro se comprometeu a formar, a partir dos currículos escolares, os estudantes para o exercício da cidadania e; 2) os programas dessa natureza formativa que vemos sendo desenvolvidos de forma prática em redes estaduais e municipais de educação, seguindo parâmetros curriculares nacionais, passam longe de estarem associados a governos associados a uma posição ideológica singular, ou seja, existem grande exemplos de educação política sob a responsabilidade “da esquerda”, “da direita” e “do centro” sem que isso espelhe os apelos escandalizados de determinados grupos da sociedade que gritam contra a política em sala de aula.

Tais segmentos barulhentos e minoritários da sociedade creem que política se aprende em casa. Sério mesmo? Não confiem tanto assim na minha família, que pouco ou nada sabia sobre o assunto quando eu era criança ou adolescente numa época que sequer existia internet. Além disso, a escola é o espaço controlado e seguro da ruptura entre o que é público e o que é privado (familiar) na vida dos indivíduos. Praticamente um rito de passagem de valores restritos para princípios mais universais. É, assim, na escola que devemos tomar contato direto com a política, a cidadania, o convívio, a coletividade, a diversidade, o pertencimento e a responsabilidade. Simples assim.

É nesse sentido que a Organização das Nações Unidas reforça que estados nacionais têm tal obrigação com as sociedades. A partir de trechos textuais da Declaração Universal dos Direitos Humanos, do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, bem como de documento da UNESCO intitulado “Educação para a cidadania global: tópicos e objetivos de aprendizagem”, chegamos a percepções globais sobre tais desafios de formação cidadã. Não à toa, a Constituição Federal de 1988 evidencia em seu artigo 205 que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e

sua qualificação para o trabalho”. Note a presença da família na sentença, mas não exija tanto dela e não deixe de estabelecer relação direta com a ideia de Estado como o ator principal da sentença. Ademais, consideremos aqui o exercício da cidadania. Os conceitos de democracia e cidadania não escapam à ideia de uma educação basilar e específica, algo que a filosofia, para além dos citados documentos do presente, prega desde a Grécia Antiga.

Para além da Constituição Federal, que em 2023 completou 35 anos de sua promulgação, não parece possível falar algo sobre o compromisso do Estado brasileiro com a formação política de seus cidadãos sem observar preceitos basilares da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, assim como da Base Nacional Comum Curricular. Notemos: não há como dizer que o país não tem obrigações dessa natureza. Se assim for, para nos afastarmos dessa obrigação, seria necessário emendar a Constituição Federal e revogar largos trechos de nossos parâmetros educacionais basilares. Precisamos mesmo disso? Definitivamente não, pois o que necessitamos mesmo é de educação política para o desenvolvimento de nossa Democracia. E se temos problemas de viés ideológico de TODOS os campos nas escolas, que sejamos capazes de pactuar compromissos, currículos, limites e parâmetros, o que nos garantirá algo fundamental: um compromisso mais sólido com a realidade política e seus limites.

Assim, novamente, a presente Revista se notabiliza por organizar mais um número com trabalhos acadêmicos que buscam compreender mais sobre o tema. Em 21 edições de *Parlamento e Sociedade*, para além deste exemplar mais recente, os números 11, 16, 17 e 20 tratam especificamente de tal realidade, e que assim seja por muitos outros volumes e anos.

Aqui, em especial, mais uma edição feita a partir de um seminário realizado em junho de 2022 que serviu de base para o número 20. Em especial, neste 21º, sete contribuições de pesquisadores de diversos estados e regiões brasileiras que, em comum, observam políticas públicas de educação para a cidadania ou discutem o que jovens pensam a respeito da democracia, do voto, etc. Notemos que tais compromissos carregam convergência absoluta: buscam dimensionar o interesse e o envolvimento dos jovens com a política e procuram dimensionar o que está sendo feito na realidade, arrefecendo duas máximas falaciosas e perigosas: 1) a de que o jovem NÃO tem interesse pela política e; 2) a de que NADA é feito pelos governos e organizações em geral a este respeito no país.

Assim, o número começa com texto de Maria Barretos e Renata Dantas sobre dois programas realizados no estado de Goiás, o primeiro intitulado “Projeto Educação de Valores” e desenvolvido em escolas pelo Ministério Público goiano, e o segundo sob a responsabilidade da Controladoria Geral do Estado de Goiás

e da Secretaria de Educação de Goiás denominado “Estudantes de Atitude”, que já foi utilizado como objeto de estudo em outros textos de edições anteriores de Parlamento e Sociedade. Em seguida, Jennifer Morais e eu trazemos uma aproximação de agendas de pesquisas realizadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul junto a jovens de ensino médio de Porto Alegre e de São Paulo. Esta segunda cidade investigada a partir de *survey* da Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo, responsável por esta revista. Seria possível estabelecer paralelos entre a forma desses estudantes, de duas cidades distintas, enxergarem a política? É o que o texto tenta compreender.

O terceiro texto deste volume é de autoria de Ana Julia Bernardi e Alexsander Chiodi, que buscam discutir o papel da educação crítica midiática na percepção política de jovens estudantes de Porto Alegre, servindo-se da mesma pesquisa que o texto anterior utiliza para compreender o que pensam os estudantes porto-alegrenses sobre política em comparação com paulistanos. A seguir, Daniel Pinheiro, Danilo Melo e Luiz Filipe Goldfeder Reinecke discutem o papel do curso de Administração Pública da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC) na construção de valores democráticos a partir de experiências e práticas, algo que certamente passa pelo caráter estratégico de ações extensionistas.

O volume termina com mais duas contribuições extremamente estratégicas advindas do universo privado. No campo do terceiro setor e de suas causas fundamentais, Priscila Schmitz e José Paulo Martins Júnior buscam compreender o quanto alguns movimentos suprapartidários podem ser compreendidos como escolas de formação de políticos “sem ideologia”. Isso é possível? Por fim, Geraldo Aleandro Junior e Natalia Cerri Oliveira trazem considerações acerca do papel político de consultoras da empresa Natura numa lógica capaz de associar capital social e voto. Aqui temos, mais uma vez, a descrição do trabalho democrático que empresas realizam no campo da educação política, reforçando texto do volume 16 de Bruno Silva e Joyce Luz sobre as ações da construtora Engeform.

Com base em tamanho compromisso com um debate essencial, desejo a todos e todas uma excelente leitura, repleta de inspiração e reflexões.

Humberto Dantas

Cientista Político,

presidiu a Escola do Parlamento da Câmara de São Paulo entre 2017 e 2018

Democracia fora de grandes centros urbanos: políticas de educação cívica no ensino básico brasileiro

Maria Pereira Barretos¹

Renata Dantas de Moraes e Macedo²

Resumo

Com o combate à corrupção sendo inserido em diversas agendas políticas, as políticas públicas de educação cívica no Brasil têm ganhado força nos últimos anos. Porém, elas geralmente se concentram em grandes centros urbanos, deixando de lado regiões afastadas ou descentralizadas. Devido à grande relevância da educação cívica como direito assegurado na constituição brasileira, este artigo aborda a descentralização de educação cívica a partir de duas políticas em um município no interior do estado de Goiás. As duas políticas públicas na edição piloto, Projeto Educação de Valores (2018) e Estudantes de Atitude (2019), são avaliadas pelo processo de implementação e o impacto sobre suas populações locais. Os estudos de caso possuem análises feitas pelas instituições formuladoras, ambas de âmbito estadual em Goiás. Os resultados são positivos quanto à efetividade, porém os mesmos confirmam diversos desafios em regiões afastadas, entre elas baixa capacidade escolar e percepção negativa sobre o impacto.

Palavras-chave: Educação Cívica; Educação Básica; Políticas Públicas; Descentralização.

-
- 1 Cientista política atualmente realizando seu doutorado. Ela investiga políticas públicas, geralmente de modo comparativo na América Latina, com principal enfoque sobre instituições políticas e áreas de direitos humanos, como educação e saúde. Seu tempo como pesquisadora da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás em 2020 a 2022 deu fruto a este trabalho, em que houve análises a fundo a respeito dos dois projetos em questão.
 - 2 Promotora de Justiça da 8ª Promotoria de Rio Verde, município do Estado de Goiás. Ela é coordenadora das Promotorias de Justiça de Rio Verde, atuando na área da infância e juventude, no entanto já atuou na defesa do patrimônio público e combate à corrupção. Ela deu origem ao projeto Educação de Valores, trabalhando na divulgação e melhoria de impacto em programas de educação cívica.

Introdução

Não somente, mas principalmente a partir da operação Lava Jato no Brasil, uma grande insatisfação com o funcionamento de instituições democráticas e seus agentes se mostrou nítida (Petry, *et. al.*, 2021). O Estado brasileiro, como consequência, se encontra em momento incisivo para diversas questões, entre elas a educação cívica e a participação popular na política. O que se tem visto nos últimos anos são tentativas, por diversos órgãos públicos ou privados, a demonstrar transparência, incentivar a busca de informações e ensinar a sociedade civil sobre seu papel nos processos políticos do seu Estado. Atualmente a presença de iniciativas de educação cívica, tanto para trazer clareza sobre as facetas que a democracia possui quanto para informar o cidadão sobre seu papel imprescindível na qualidade da democracia, se intensificou em diversos centros urbanos.

No entanto, tais iniciativas muitas vezes se limitam a metrópoles brasileiras, deixando de lado parcelas interioranas da população brasileira. A literatura denota pouca informação a respeito da educação cívica em regiões não-centrais. Apesar de pesquisas ricas sobre descentralização do ensino básico no país e análises e iniciativas voltadas à educação cívica, a descentralização da educação cívica é um tema intocado por enquanto.

A educação é um instrumento que transforma a realidade do aluno, da sua família e da sua comunidade (Pereira, 2012). Quando a educação cívica se retém a grandes centros urbanos, o direito a esse tipo de educação se torna pouco acessível e, conseqüentemente o fortalecimento democrático partindo do cidadão comum. Dos poucos projetos de educação cívica que são implementados em regiões descentralizadas, é indagado nesse trabalho como ocorre sua implementação e o fortalecimento democrático resultante entre os cidadãos participantes. O objetivo final é observar desafios ou dificuldades que regiões afastadas de grandes centros urbanos possuem para abordar a educação cívica.

Recentemente tem ganhado força no estado de Goiás a implementação de políticas públicas de educação cívica além da Região Metropolitana (RM) de Goiânia, capital do estado. Para verificar o processo e comparar com a implementação de programas altamente centralizados, o presente trabalho retrata duas políticas públicas, ambas na sua edição piloto, no município de Rio Verde: Projeto Educação de Valores (PEV) em 2018 e Estudantes de Atitude (EA) em 2019. Ambos foram pensados e realizados por instituições públicas estatais – o Ministério Público do Estado de Goiás e a Controladoria Geral do Estado de

Goiás. Logo, também se vê um interesse de atores públicos de tratar a interiorização da educação cívica.

A próxima seção aborda a educação cívica a partir do estabelecimento do Estado de Direito brasileiro e sua presença maior em regiões mais densas geograficamente. A terceira seção retrata as duas políticas públicas de educação cívica que foram implementadas no município de Rio Verde, incluindo os resultados de cada edição piloto. Por fim, as conclusões a respeito dos temas acima citados.

Educação cívica no Estado de Direito brasileiro

A educação cívica refere-se a um ensino que cultiva aspectos relacionados à cultura política, ao fortalecimento democrático e à cidadania ativa. Assim, políticas públicas de educação cívica proporcionam para sua população-alvo orientação a respeito da configuração pública administrativa do seu país, de seus direitos, de suas instituições e de seu funcionamento. Essa orientação, que pode se iniciar nas instituições de ensino, possibilita que o cidadão possa se inserir criticamente no Estado em que reside (Barros, 2016; Zhouri, 2016).

A educação cívica é de grande valor para a concretização de uma democracia, em que a Constituição da República de 1988 (Brasil, 2022), já em seu preâmbulo, estabelece o Estado Democrático. Nesse tipo de regime - em que é assegurado o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça -, o artigo 1º na Carta Magna reforça, por meio do direito constitucional, uma concepção democrática à base da educação. Zhouri (2016) ressalta como a Constituição é influenciada pela criação da Organização das Nações Unidas em 1945 e a Declaração Universal dos Direitos do Homem em 1948. A educação na Carta Magna brasileira é expressamente tratada no artigo 205 (Brasil, 1988):

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A referência reconhece a importância da implementação de políticas públicas voltadas à educação cívica nas escolas no Brasil. Ao garantir para o indivíduo educação formal adequada, que contemple esse tipo de conteúdo, haverá maiores níveis de exercício de cidadania ativa. A partir de então é que se pode dizer que os fundamentos e os objetivos preconizados pela nossa Constituição da República se tornam efetivamente reais. É somente quando o indivíduo reconhece seus direitos

e deveres e os de seus pares, que ele pode usufruir de seus espaços e respeitar a esfera de proteção dos outros indivíduos.

Bernardi (2017) e Zhouri (2016) no entanto, não deixam de enfatizar as problemáticas atuais envolvendo a participação popular na política. Atualmente a cultura cívica no Brasil é incipiente, essencialmente iniciando a partir da década de 1980. Hoje em dia, ao redor do mundo há descrenças a respeito de democracias, tomando como consequência baixa participação política ou participação menos formalizada, principalmente entre jovens.

No caso brasileiro, as barreiras são multifatoriais, abrangendo questões geopolíticas, desigualdade socioeconômica e distinções socioculturais. Elas se articulam para dificultar o acesso dos cidadãos brasileiros aos direitos sociais preconizados pela Constituição da República. Isso certamente remonta ao próprio processo histórico de formação da sociedade brasileira e das cidades, sempre marcado por contextos de vivência pautados na desigualdade (Carvalho, 2002).

As iniciativas para reforçar o acesso e o desejo de participar politicamente são recentes, porém persistentes nos grandes centros urbanos. Entre elas, o Parlamento Jovem de Minas Gerais em Belo Horizonte (Sampaio e Siqueira, 2013; Martins e Barros, 2018), o Projeto Interventivo em Brasília (Soares, Braga e Pereira, 2021), o Politizar em Goiânia (Okado, Lima e Thomaz, 2021), entre outras. Como se torna claro, um padrão surge para formular e implementar políticas de educação cívica: sua tendência a se concentrar em meios urbanos densos. Isso certamente delimita o acesso à educação cívica, deixando de lado diversas cidades de menor porte. Na literatura, há poucos casos de estudo e tampouco tratando políticas públicas de educação cívica fora de grandes metrópoles brasileiras.

Diversos estudos confirmam uma correlação positiva entre a descentralização (de gestão educacional e outras políticas interligadas) e melhoria populacional (Pereira, 2012). Governos locais geralmente conhecem melhor as necessidades da sua população devido à proximidade geográfica, e a descentralização nos processos políticos mais comuns - elaboração de planos, programas e orçamentos, por exemplo - dá espaço para populações locais participarem e orientarem melhor as medidas públicas. Ademais, parcerias com Organizações Não-Governamentais (ONGs) e empresas privadas locais podem se tornar uma força-motriz na implementação de políticas sociais.

A partir da rede de pesquisadores de educação política - da qual as autoras fazem parte - que ativamente estão publicando novas questões na área, dois casos de políticas públicas de educação cívica se destacaram, ambos no município de Rio Verde no estado de Goiás: Projeto Educação de Valores e Estudante

de Atitude. Houve como parâmetro cidades com densidade demográfica menos intensas (abaixo de mil habitantes por quilômetro quadrado). A próxima seção oferece uma descrição do município em questão e as políticas públicas analisadas.

Educação cívica no município de Rio Verde

Rio Verde fica a cerca de 230 quilômetros da capital Goiânia, 440 quilômetros de Brasília. Comparando o município interiorano com Goiânia, sua densidade demográfica é baixa (21 habitantes/quilômetro² versus 1.776,74 hab./km²) assim como o valor do Índice de Desenvolvimento Humano-IDHM (0,75 versus 7,9 em Goiânia). Por outro lado, o nível de escolarização é ligeiramente mais alto (0,6% a mais) – 97% em Rio Verde enquanto 96,4% em Goiânia – e o Produto Interno Bruto-PIB per capita é mais atrativo na cidade interiorana – registrado no valor de R\$ 42.360,16 em 2019, sendo que em Goiânia no mesmo ano foi R\$34.901,35 (IBGE, 2022). Mesmo assim, Rio Verde é essencialmente voltada ao agronegócio e não atrai diversos polos econômicos como a capital, Goiânia.

As duas políticas públicas, PEV e EA, são direcionadas para as mesmas populações: alunos de Ensino Fundamental II ou o Ensino Médio, as famílias dos alunos e os professores das escolas (estaduais ou municipais) em que os alunos estão matriculados. As escolas puderam se inscrever para participar das políticas, sendo que também houve incentivo da Secretaria Estadual de Goiás para participar. Ademais, os participantes do projeto piloto do PEV em 2018 tiveram as mesmas chances de se inscreverem em EA em 2019. As abordagens pedagógicas foram distintas, porém complementares a incentivar o protagonismo estudantil e um olhar crítico na sociedade na qual os alunos se inserem.

Projeto Educação de Valores³

O Projeto Educação de Valores, desenvolvido para o ensino básico brasileiro, é uma política de educação cívica elaborada pelo Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO). A Educação cívica de fato entrou na agenda do Ministério Público dentro do tema combate à corrupção. Considerado pelas populações na América Latina como um dos mais sérios problemas a resolver (Petry, et. Al., 2021), a Promotoria de Justiça abordou o combate à corrupção na

³ As informações a respeito do PEV advêm da pesquisa feita pelos organizadores no MP-GO (Goiás, 2017).

sua raiz – a educação cívica, especificamente por meio do desenvolvimento de uma cultura da integridade.

Conforme estudiosos da área (UNSSC, 2022), o combate à corrupção exige, além das atuações repressivas voltadas à responsabilização dos agentes corruptos, uma atuação preventiva, também chamada de combate primário a corrupção. Ele necessariamente está pautado na disseminação e sedimentação da cultura da integridade. Uma cultura de integridade significa um conjunto de estruturas sociais que promove ações éticas e uma tomada de consciência a respeito de práticas desonestas entre cidadãos brasileiros (Almeida, *et. Al.*, 2017).

Partindo da iniciativa da Promotora de Justiça de Rio Verde, Renata Dantas de Moraes e Macedo, foi elaborado o PEV em 2017. No ano seguinte, sua edição piloto obteve sucesso, e deu início às próximas edições. Desde então, cada ano contava com uma edição da política pública, fosse presencial ou *online*. A partir de 2021, o Projeto também foi estendido para além do município de Rio Verde, sendo possível a participação de outras escolas de rede estadual (Arruda, 2021).

O objetivo do Projeto é trabalhar a consciência crítica dos alunos para torná-los cidadãos ativos. Assim, valores universais são abordados, como a empatia, a solidariedade, o respeito e a integridade. Para incentivar o desenvolvimento de uma cultura de integridade, o PEV também tenta instigar o aluno a rever suas escolhas, e dos outros ao seu redor.

O projeto é desenvolvido a partir da ministração de três aulas, que trazem conteúdos que abordam os valores acima indicados. Cada aula, no final, possui um desafio a ser desenvolvido pelos alunos, dando-lhes a oportunidade de colocar em prática os valores apreendidos. O público-alvo do projeto são crianças e adolescentes na faixa etária de 10 a 12 anos, provavelmente cursando o 6º ano do ensino fundamental II. A escolha específica se embasa na Teoria do Desenvolvimento Moral do biólogo Jean Piaget, em que a faixa-etária ideal para trabalhar o reforço positivo do comportamento ético é a partir dos 10 anos de idade (Silva, Cruz e Matos, 2017). Nessa idade a criança ingressa na fase da autonomia moral, o momento inicial em que se desenvolve o senso crítico.

Segundo Piaget, os esquemas de assimilação de valores morais se modificam de acordo com os estágios de desenvolvimento da criança (Silva, Cruz e Matos, 2017). O ser humano, a depender da idade biológica, apresenta diferentes formas de apreender e respeitar regras, passando pela fase de anomia, heteronímia, para após chegar à fase final de autonomia moral. Na terceira e última fase, da autonomia moral (a partir dos 10 anos), o raciocínio do sujeito apoia-se no respeito mútuo e na decisão acerca do ato (certo ou errado) e já tem

em conta a intencionalidade da ação. O respeito a regras é gerado por meio de acordos mútuos.

Considerando que a construção de valores pautados na ética demanda o reforço positivo de comportamentos adequados, entende-se que o ambiente mais adequado para a implementação do projeto seria a escola, a segunda instituição após a família, que tem esse dever e essa responsabilidade de construção de valores. Os valores morais são construídos a partir da interação da criança com os diversos ambientes sociais. É durante a convivência diária, principalmente com o adulto, que ela constrói seus valores, princípios e normas morais. E para que estas interações aconteçam, há a necessidade de ocorrer processos de organização interna e adaptação denominados assimilação e acomodação, cuja estruturação demanda o reconhecimento do desenvolvimento moral do indivíduo.

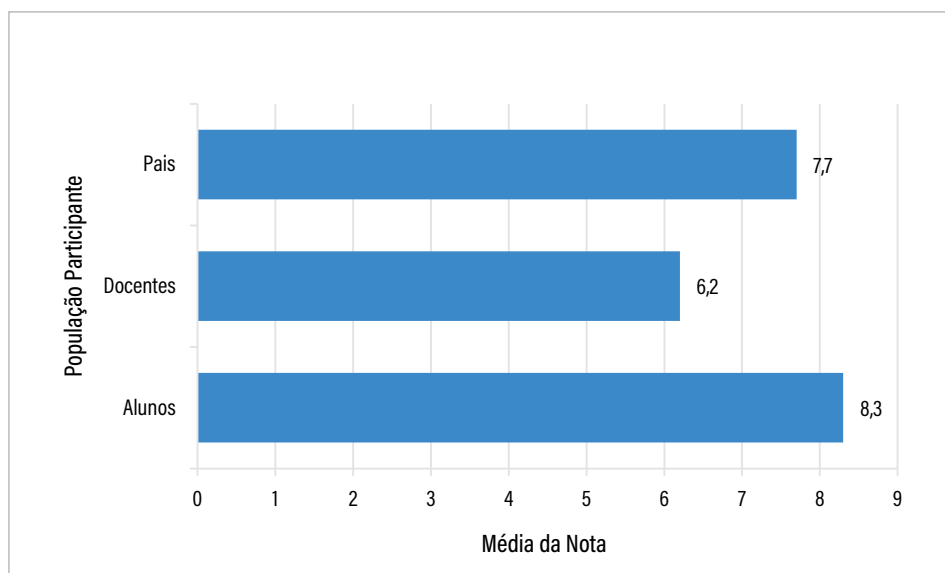
Assim, o projeto foi elaborado e vem sendo desenvolvido com alunos dos 6º anos do ensino fundamental de escolas públicas. A partir de aulas dinâmicas, são trabalhados valores como a empatia, a solidariedade, o respeito e a integridade. Isso lhes proporciona a oportunidade de construir, em conjunto com toda a comunidade escolar, a cultura de integridade. O projeto também contempla a importância da proatividade e da cooperação, pois a aplicação do conteúdo propõe aos alunos o cumprimento de desafios que são lançados a cada aula. Os desafios exigem que os alunos coloquem em prática os valores ensinados, favorecendo a internalização desses valores universais.

Outro elemento pauta-se no favorecimento do maior envolvimento entre o corpo discente, o corpo docente e os pais. Nas atividades propostas, os alunos são incentivados, por meio dos desafios práticos, a pedirem o apoio dos professores e o engajamento dos pais.

Durante o ano letivo de 2018 o projeto, na sua edição piloto, foi desenvolvido no formato de aulas presenciais ministradas pela Promotora de Justiça Renata Dantas de Moraes e Macedo, em 12 escolas públicas municipais e estaduais de Rio Verde/GO, alcançando cerca de 1.200 alunos de 6º ano (Goiás, 2018). Com o intuito de colher elementos objetivos que atestassem o êxito do projeto, houve a aplicação de questionários para as três populações-participantes – alunos, professores e pais – a todas as escolas públicas de Rio Verde que disponibilizavam o 6º ano. Isto é, das trinta e duas escolas no município que possuíam Ensino Fundamental II, doze escolas receberam o PEV, e as outras vinte escolas não foram contempladas. Para fins de comparação, o questionário foi aplicado a todas as escolas – participantes e não – no início de 2018 e novamente no final do ano.

O conteúdo do questionário para as três populações refere-se à cultura de integridade – o repensamento de atitudes para que, no final da implementação, tomassem decisões mais éticas e menos corruptas. O questionário para os pais e os alunos possui perguntas sobre as escolhas cotidianas da pessoa - se a pessoa acha certo furar sinal ou fila, se a pessoa participa da sua comunidade por meio da escola etc. No final o questionário seria avaliado em uma escala de 0 a 10. Quanto mais próximo do valor 10, mais vezes o indivíduo escolheu tomar uma atitude mais ética nas várias situações propostas no questionário.

Gráfico 1. Média dos Resultados do Questionário PEV



Elaboração feita pelas autoras a partir da base de dados de Goiás (2018)

De maneira geral, verificou-se valores acima de 5 para as três populações. Os alunos possuem a melhor média, de 8,3, e os pais como uma média razoável também, de 7,7. O que se torna certamente preocupante é o valor baixo para o corpo docente. Ao contrário dos questionários dos pais e dos alunos, para o questionário de professores o conteúdo é direcionado ao comportamento dos alunos. A nota de 6,2 indica que, para muitos professores o comportamento do aluno apenas atinge um tratamento mínimo quanto à cultura de integridade.

42,8% dos docentes julgam que os alunos possuem desinteresse pela escola. Segundo eles, poucos demonstram ter solidariedade, afetividade, respeito ao próximo e interesse pela sua formação escolar (Goiás, 2018). Ademais,

os alunos não obtiveram bons resultados na questão voltada à honestidade, mostrando que ainda não possuem a educação de sempre procurar o dono, quando acham algo no chão, ou de não usar a cola para ganhar vantagem em provas, por exemplo.

Não é descartado como o PEV contribui para o desenvolvimento da cultura da integridade nas escolas e permite que os professores desenvolvam uma temática tão importante em formato atrativo aos alunos. Mas ainda tem muito chão a andar para resolver esses problemas ou perspectivas. O que vale ressaltar é como os desafios lançados muitas vezes levaram os alunos a se engajarem diferentemente no dia-dia na escola. O envolvimento da família e o fortalecimento ou a criação de laços de confiança com os professores se tornou um catalisador essencial nesse processo.

Estudantes de Atitude⁴

A política pública Estudantes de Atitude é um projeto criado e implementado pela Controladoria Geral do Estado de Goiás (CGE-GO) em parceria com a Secretaria de Educação do Estado de Goiás. Embasada em um projeto de estruturas semelhantes realizado pela Controladoria Geral da União no Distrito Federal em 2016, “Controladoria na Escola”, a CGE-GO decidiu abordar os temas de combate à corrupção e transparência social por meio da educação cívica nas escolas estaduais de Goiás.

Tendo a mesma preocupação com os temas acima citados do PEV, a formulação do EA advém do objetivo de conscientizar jovens e professores a serem cidadãos ativos na sua comunidade. Por meio de uma competição, em que as escolas inscritas que mais se destacam ao longo do projeto ganham viagens e dinheiro para reinvestir na sua escola, os alunos e os professores são incentivados a se reunirem fora do tempo escolar e chamarem pais, familiares e os demais indivíduos pertencentes à comunidade escolar (comércios locais, vereadores, a prefeitura, entre outros) para participar das atividades propostas.

Ao se inscreverem, os professores participantes, que seguem uma cota estabelecida por unidade escolar, participam de um treinamento em Goiânia. Na sequência, repassam o conceito e três atividades para os alunos realizarem em conjunto com sua comunidade. Sobre elas, na edição piloto, alguns momentos

⁴ As informações a respeito da edição piloto de EA foram disponibilizadas pela própria CGE-GO (Goiás, 2020).

se destacaram: “a tarefa especial”, patrocinada pela empresa estatal Saneamento de Goiás (Saneago) e a atividade final, que consiste em uma auditoria cívica e a revitalização de um determinado espaço, denominada “o desafio especial”.

Em 2019, “a tarefa especial” se resumiu na arrecadação de óleo residual de cozinha, evitando que o mesmo fosse descartado na rede de esgoto, contaminando solo e água. Das escolas premiadas por Saneago, dez escolas de Rio Verde venceram, enquanto vinte escolas de Goiânia conseguiram alcançar a meta de no mínimo cem litros de óleo (Goiás, 2020). O interessante, contudo, foi a última atividade, a auditoria cívica e o desafio especial.

A auditoria cívica é essencialmente uma ferramenta de diagnóstico, que se utiliza de listas de verificação e de questionários para cada ambiente escolar. Na edição de 2019, os professores tiveram que ensinar os alunos sobre a importância de auditorias e como simular uma auditoria da escola na qual estuda. A atividade, chamada de “auditoria cívica no projeto”, avalia espaços comuns, como o banheiro, a biblioteca, a cozinha, a entrada, a merenda, etc. A partir dela, os alunos decidem qual espaço deve ser revitalizado ou redesignado, principalmente tendo como foco a melhoria na transparência e no ensino como um todo. Sem verba, os alunos são incentivados a pedirem ajuda de parentes e cidadãos locais para auxiliar no projeto.

Das escolas inscritas, nem todas chegaram até a terceira atividade, ou sequer finalizaram o desafio de acordo com o prazo estabelecido. Das dez escolas que se destacaram, duas são de Rio Verde. Não houve a presença de uma escola goianiense, mas duas escolas em Aparecida de Goiânia e duas em Inhumas, municípios de densidade demográfica densa e que compõem a RM de GYN (Goiás, 2021), foram vitoriosas.

Dos relatos registrados de alunos, é perceptível o incremento de um olhar crítico a respeito do funcionamento da sociedade brasileira:

Participar desse projeto é muito gratificante, pois podemos entender como é difícil conseguir recursos para uma simples atitude. Porém, quando conseguimos, dá uma sensação boa de estar ajudando em algo que será bom para todo mundo. (Goiás, 2020) (aluna participante, 8º ano, Davinópolis - cidade interiorana pequena com densidade demográfica de 4,27 hab/km²) (IBGE, 2022)

De acordo com os professores, houve uma distinção de trabalho entre escolas de contextos geopolíticos diferentes:

Os meninos, assim, participam, sabe? Isso tem uma participação boa. São alunos mais humildes, mais tranquilos. Então assim se tem uma participação legal. A gente,

no caso em 2019, era para recolher o óleo usado. Essas coisas que nós somos pequenas, mas são um pouquinho, não é? Não tem jeito de comparar com a escola grande. Porque é um distrito com poucas pessoas. Muitos são assentados, pessoas de baixa renda. Mas inclusive conseguiu juntar bastante óleo, fez redação, pessoal foi para Goiânia participar de um evento junto com o governador. (Professora participante) (Goiás, 2022)

A segunda edição, lançada em 2021, contou como parceira a Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de Goiás (FAPEG) e houve a aplicação de questionários e entrevistas semi-estruturadas para identificar elementos de sucesso e barreiras para a linha de frente nas duas edições. Com cerca de doze entrevistas aplicadas, as informações da edição piloto foram enriquecidas com relatos de professores.

O relato a seguir da professora participante ressalta a questão de urbanização até dentro de grandes cidades urbanas, porém longe do centro. No processo de implementação, os relatos demonstram a disposição de populações em regiões descentralizadas para participarem e serem incluídos, pois muitos desconhecem as formas de participação política popular. Além do mais, há de modo geral uma participação maior dos pais na educação dos filhos, que implica na escolha de cidadania ativa da criança.

[Os] meninos acabam que conversam muito com os pais, e os pais também estão muito presentes na escola. Pai de zona rural acaba que está muito presente. Direto eles vão na escola, direto estão lá conversando com a diretora. Então muito presentes, os pais. Então os projetos em si, eles sabem, porque os filhos contam, conversa com os pais, chegam em casa, aí é dormir ou conversar com o pai. (professor participante) (Goiás, 2022)

O maior desafio ainda é a capacidade escolar, isto é, a falta de infraestrutura escolar para acolher um projeto de um porte mínimo, um corpo docente de quantidade razoável para divisão de tarefas e organização de alunos, transporte fora de horário de sala de aula para o aluno participar de atividades extracurriculares e ausência de experiência do corpo docente para prosseguir com projetos de educação cívica. Geralmente essas barreiras aconteceram com maior frequência em cidades de menor porte ou regiões menos abastadas na RM de Goiânia.

Como consequência, algumas escolas não se envolveram com a segunda edição por conhecerem seus limites impossibilitando a sua participação, ou não concluíram o projeto:

A nossa escola por ser da zona rural a gente não tem muito professor, a gente tem ciclo. Acho que o ano passado tinha 4, esse ano a gente tem 6 ou 7 professores, então eu falei para vocês, jogaram muito história da professora de português estava em 2 projetos de redação. A escola campo ano passado já queria que a gente trabalhasse. Professor de ciência alguma coisa tinha que fazer horta. Então não tinha como eu ter um suporte e não tem coordenador, diretor em si fazer tudo era, ficava apertado para ela, então a menina da Secretaria auxiliava, mas não é a mesma coisa (professor participante) (Goiás, 2022)

Conclusões

Vê-se que essas iniciativas, Estudantes de Atitude, em 2019 e o Projeto Educação de Valores, em 2018, tiveram importante impacto no fortalecimento da democracia em regiões mais afastadas. As mudanças na rotina escolar foram além das paredes da escola, afetando as famílias dos alunos e a comunidade. Por outro lado, em razão da imperiosidade de se dar concretude ao que estabelece a Constituição da República, que preconiza que todos têm o direito de ter acesso à educação que garanta o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania, ressaí clarividente a necessidade de investimento na interiorização de educação cívica. Há como destaque os papéis do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Controladoria Geral, que já identificaram a questão de intenso investimento em metrópoles brasileiras.

Pode-se afirmar que o direito à educação cívica ainda se limita a grandes centros urbanos, e a preocupação de órgãos estaduais diminuiu essa discrepância no estado de Goiás. PEV e EA complementaram o ensino de uma a outra, especialmente em escolas estaduais, participantes de ambos os projetos.

As dificuldades maiores no PEV podem ter sido resultado de falta de tratamento de educação cívica em regiões mais afastadas. Não há literatura ou registro da região que comprove a educação cívica em momento anterior, e os professores percebem nitidamente isso no comportamento das crianças, especialmente quando se trata da honestidade.

A necessidade de educação cívica continua é óbvia quando se vê resultados do EA. Ao constatar a sobressaída de Rio Verde diante de outras cidades do mesmo porte, isso sugere a possível influência do PEV. As formas dinâmicas de abordar educação cívica nesse faixa etária pode auxiliar na diminuição de pobreza política, a dificuldade do pobre atuar no papel de cidadão (Pereira, 2012). Pobreza

política usualmente acontece em regiões mais afastadas ou descentralizadas, cuja maioria é de nível socioeconômico menor.

O caminho para o direito cívico a todos ainda é longo, principalmente com a dificuldade de mensurar os efeitos a longo prazo. Ainda não há pesquisas de porte maior para acompanhamento da criança e sua família ao longo dessa trajetória. Mesmo assim, instituições como o MP-GO e a CGE-GO já estão tratando a interiorização da educação cívica, e isso traz esperanças para maior profundidade de análises e aprimoramento de políticas de educação cívica.

Referências Bibliográficas

ARRUDA, Ana Cristina. Projeto Educação de Valores é ampliado para a rede estadual e alcança mais de 10 mil alunos. **Ministério Público do Estado de Goiás**, 22 dez. 2021. Disponível em: <<http://www.mpggo.mp.br/portal/noticia/projeto-educacao-de-valores-e-ampliado-para-a-rede-estadual-e-alcanca-mais-de-10-mil-alunos>>. Acesso em: 7 dezembro 2022.

BARROS, Antonio Teixeira de. Educação e Legislação: Desafios para o Aprendizado Político e a Cultura Democrática. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 136, jul./sep. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016112841>

BERNARDI, Ana Julia Bonzanini. Competência cívica em uma democracia desigual: analisando o impacto dos investimentos educacionais na cultura política juvenil porto-alegrense entre 2002 e 2015. 2017. 128 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, **Programa de Pós-Graduação em Ciência Política**. Porto Alegre, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República - Casa Civil. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 7 dezembro 2022.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GOIÁS, Ministério Público do Estado de. Gabinete de Planejamento e Gestão Integrada. **Projeto Educação de Valores: um desafio do Direito em busca da promoção da igualdade, da cidadania e do respeito à diferença na formação ética dos indivíduos**. Rio Verde, 2018.

GOIÁS, Controladoria Geral do Estado de. **Estudantes de Atitude**: Anexo. Goiânia, agosto 2020.

GOIÁS, Controladoria Geral do Estado de. **Relatos dos Professores**. Goiânia, 2022.

GOIÁS, Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de. **Metropolitana de Goiânia**. Goiânia, 2021. Disponível em: < <https://www.tcmgo.tc.br/pne/municipios/regiao-metropolitana-de-goiania/>>. Acesso em: 11 dezembro 2022.

IBGE. **Portal Cidades@**. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>>. Acesso em: 11 dezembro 2022.

MARTINS, Lúcio Meireles; BARROS, Antonio Teixeira de. Juventude e educação para a democracia: relatos de egressos do Parlamento Jovem Brasileiro. *Rev. Sociol. Polit.* v. 26, n.66, apr./jun. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-987318266603>

OKADO, Lucas Toshiaki Archangelo; LIMA, Daniel Antônio Cândido; THOMAZ, Laís Forti. Muito além do aprendizado cívico: a experiência do Politizar em Goiânia. **Revista Parlamento e Sociedade**, São Paulo, v. 9, n.16, jan./jun. 2021.

PEREIRA, João C.G. A descentralização ajuda a reduzir a pobreza política em Moçambique? In: BRITO, Luís de; *et. al.* (org.). **Desafios para Moçambique, 2012**. Maputo, Moçambique: Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (sic), 2012.

PETRY, Jonas Fernando, *et. al.* A relação dos efeitos perceptivos da corrupção: um exame empírico do Brasil. **Gestão & Sociedade**, v.15, n.42, p. 4311-4354, maio/agosto, 2021.

SAMPAIO, Thiago; SIQUEIRA, Marina. Impacto da educação cívica sobre o conhecimento político: a experiência do programa Parlamento Jovem de Minas Gerais. **Opinião Pública**, Campinas, v.19, n.2, nov. 2013. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762013000200006>

SILVA, Lucas Melgaço da; CRUZ, Raimunda Costa; MATOS, Fernanda Cintia. Piaget e a Teoria do Desenvolvimento Moral na criança: uma abordagem conceitual. **Revista Esfera Científica**, Maracanaú, v.1, n.1, 2017. ISSN 2526-8511

SOARES, Carolina Galdino; BRAGA, Bruno Henrique; PEREIRA, Liliane Barbosa. Auditoria Cívica e Projeto Interventivo como exercício de Controle Social nas escolas do Distrito Federal. **Revista Parlamento e Sociedade**, São Paulo, v. 9, n.16, jan./jun. 2021.

UNSSC, United Nations System Staff College. **Anti-Corruption in the context of the 2030 Agenda**. Bonn, Alemanha: 24 out./25 nov. 2022. Disponível em: < <https://www.unssc.org/courses/anti-corruption-context-2030-agenda-0>>. Acesso em: 2 dezembro 2022.

ZHOURI, Priscila Rainato. Déficit Democrático e Crise da Representatividade: A Educação Cívica enquanto Catalisador da Participação Popular. **Revista de Teorias da Democracia e Direitos Políticos**, Brasília, v.2, n.1, jan/jun 2016. DOI: 10.21902.

Aproximando Agendas de Pesquisas: o que os Jovens do Sul e de São Paulo Pensam sobre a Política?

Humberto Dantas¹
Jennifer Azambuja de Moraes²

Resumo

A relação dos jovens com a política é uma temática necessária e relevante de ser pesquisada. Tanto para que se possa compreender seu interesse, seus valores e seu posicionamento sobre a democracia e as instituições políticas, ou seja, seu processo de socialização política, como para se pensar políticas públicas direcionadas para uma educação política de qualidade, comprometida em formar cidadãos. Neste artigo, trabalha-se com esta relação, com o objetivo de aproximar agendas de pesquisa do Sul do Brasil e de São Paulo. Ambas trabalham com jovens de ensino médio, de escolas públicas e com aplicação de *surveys*. Possibilitando a utilização do protocolo quantitativo neste trabalho, não com o intuito de generalizar, mas sim de buscar pontos em comum nas duas pesquisas. Conforme as análises feitas, percebemos que há uma aproximação nos resultados, bem como concluímos a necessidade de uma educação política para fomentar uma cultura política cívica entre os jovens.

Palavras-chave: Jovens; Educação Política; Socialização Política.

Introdução

Compreender o que o jovem brasileiro pensa sobre a política e como ele se relaciona com a democracia tem se mostrado desafio de pesquisa acadêmica para diferentes grupos de estudiosos no país. No campo específico das Ciências

1 Doutor em ciência política pela USP, com estágio de pós-doutorado em administração pública na FGV-SP. Coordenador da graduação em Gestão Pública da FIPE-EES e pesquisador da Fapeg entre 2021 e 2022.

2 Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa sobre América Latina.

Sociais, com destaque para a Ciência Política e a Sociologia, os estudos de Marcello Baquero no Rio Grande do Sul, de Humberto Dantas em São Paulo e de Mario Fuks em Minas Gerais são comumente utilizados como referências em boa parte dos debates. A partir desses três conjuntos seria possível verificar o envolvimento de uma série de outros pesquisadores e de diversos enfoques de investigação. A rede, assim, tem se ampliado e os resultados têm se mostrado desafiadores.

Existe algo em comum nesses três agrupamentos listados, a despeito da existência de outros esforços: parte expressiva do que produzem se baseia em *surveys* com jovens estudantes de Ensino Médio, e a análise dos resultados desses levantamentos indica o que se pode chamar de um conjunto de interpretações sobre a percepção do jovem a respeito do tema. Tais achados e discussões têm servido, inclusive, para reflexões mais amplas sobre a Democracia, assim como mostram algo sobre: o papel da Educação Política; os desafios das políticas públicas de educação para a cidadania; a influência dos meios de comunicação sobre a relação desses estudantes com o tema; o impacto da internet e seus diversos canais sobre as gerações atuais e; como a influência da família pesa sobre a realidade desses estudantes em suas relações com a política.

A despeito da importância desses estudos, não tem sido comum um esforço para aproximar os resultados desses grupos de pesquisa. Mesmo que se encontrem em mesas de congressos, ou façam parte de publicações conjuntas, parece possível a proposição de algo mais desafiador - a junção dos resultados em análises conjuntas. Marcello Baquero, com o *Núcleo de Pesquisa sobre América Latina* (Nupesal/Ufrgs), por exemplo, realiza pesquisas em três capitais sulistas do país, o que permite uma análise mais ampla da realidade de parte de toda uma região do país. Mário Fuks se concentra em Minas Gerais, mais especificamente em Belo Horizonte. Enquanto Humberto Dantas olha para a Região Metropolitana de São Paulo, passou dois anos como pesquisador em Goiás e, em co-autoria, busca estabelecer contato com realidades do interior do estado e, mesmo, com capitais do Norte - Macapá e Belém do Pará. Assim, parece possível ir além e efetivamente lançar os olhos sobre o emparelhamento de parte dos achados destacados.

A partir de tais considerações, o primeiro objetivo desse artigo é aproximar dois desses três grupos. O que seria possível fazer com os resultados de pesquisas realizadas nas capitais do Sul do país e parte daquelas efetuadas em São Paulo? Primeiramente, e é isso o que faremos aqui: um exercício bastante simples de análise descritiva dos dados.

Para tanto, é importante destacar algumas barreiras metodológicas. As pesquisas paulistas não estão associadas a uma lógica amostral, ou seja, não

existe rigor estatístico aqui, o que no Sul ocorre. Os dados coletados na Região Metropolitana de São Paulo, especificamente para este artigo aqueles coletados em 2016, foram obtidos em escolas públicas e projetos sociais a partir da realização de cursos de Iniciação Política da *Fundação Konrad Adenauer do Brasil* que ocorreram de 2008 a 2020. Salienta-se que existem dois instantes onde os jovens preenchem questionários nessa atividade: na entrada, antes de qualquer contato com os conteúdos formais disseminados pelo projeto, e na saída, ao término de três encontros com um total de 12 horas/aula de formação. Para os fins aqui propostos são utilizadas apenas as percepções iniciais (de entrada) de 803 jovens de Ensino Médio, de escolas públicas, da Região Metropolitana de São Paulo, ou seja, anterior à realização do curso, tendo como justificativa o fato de que no Sul não existe uma atividade formativa com os estudantes pesquisados, mas sim a realização de um *survey*. No Sul, a pesquisa foi realizada entre 2015 e 2016, nas três capitais desta região, com jovens estudantes do Ensino Médio, de escolas públicas e privadas. Mas para a comparação que aqui se pretende, são analisados os jovens de escolas públicas, sendo 376 de Porto Alegre (2015), 326 de Florianópolis (2016) e 594 de Curitiba (2016). A amostra de escolas e turmas, desta pesquisa, foi feita por estágios múltiplos (BAQUERO, 2019).

Além disso, os instrumentos de coletas de percepções utilizados não são os mesmos, mas foi possível localizar para os fins analíticos aqui propostos algumas questões que dialogam e oportunizam um debate que pretende compreender o que estudantes de Ensino Médio de escolas públicas de quatro capitais do Brasil pensam sobre política.

A partir disso, com base na análise dos resultados, buscaremos compreender os desafios de implementação de políticas públicas de educação que carreguem consigo o compromisso de formar para a Democracia, ou para a Cidadania. A hipótese basilar da parte em que analisaremos os números das pesquisas está associada à ideia de que não existem diferenças marcantes entre os estudantes das quatro localidades observadas sobre política. Algo que já apareceu em Dantas, Silva, Garcia e Virgolino (2019) quando comparados resultados de São Paulo, Macapá e Belém. Também surgiu em Dantas e Madeira (2022) comparando jovens de São Paulo e Goiás. Assim como surgiu em Moraes (2021) quando observadas as cidades de Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

Adicionalmente, buscaremos compreender, especificamente, em que medida esses jovens reconhecem que a escola é um espaço onde a política deveria ser formal e minimamente ensinada – o que reforçaria a ideia de fortalecimento de políticas públicas dessa natureza. Para enfrentarmos esse segundo desafio,

partiremos da premissa de que existindo interesse declarado pelo tema, se mostra essencial enfrentarmos como país os desafios para a implementação ou consolidação escolar desses conteúdos. Ao término dessa terceira parte, apresentaremos nossas conclusões em diálogo com essas duas hipóteses.

A importância de uma educação política no processo de socialização política dos jovens

A relação dos jovens com a política depende do processo de socialização política de cada um: quais agentes fizeram parte, qual o papel de cada agente e grau de influência, e quais valores foram ou não transmitidos. Apesar de ser um processo contínuo (PERCHERON, 1971; ALMOND e POWELL, 1972; JENNINGS e NIEMI, 1974; SIGEL, 1989), na infância e na adolescência é mais intenso, algo discutido em Fuks (2012) para caso aplicado à realidade brasileira.

Na Ciência Política, Easton e Dennis (1969) destacavam que não basta ter uma teoria da socialização política, é necessária uma teoria política da socialização política, capaz de analisar a esfera partidária e a estabilidade sistêmica, ou seja, que vincula a socialização política com a manutenção do sistema. Tal perspectiva é voltada para as consequências da socialização política para o sistema político como um todo. Ou seja, já destacavam, mesmo que sem utilizar diretamente do termo, a necessidade de uma educação política no processo de internalização de valores para a estabilidade da democracia.

Neste processo de socialização política a transmissão de atitudes políticas, segundo Almond e Coleman (1969), pode ocorrer de forma latente ou manifesta. A socialização latente ocorre quando a transmissão de atitudes e orientações políticas é feita de maneira difusa e não programada, tanto pela família como pelas demais instituições. Já a socialização manifesta ocorre quando a transmissão é explícita, feita pelas agências diversas de socialização (família, escola, igreja, ambiente de trabalho, meios de comunicação, partidos políticos e pares).

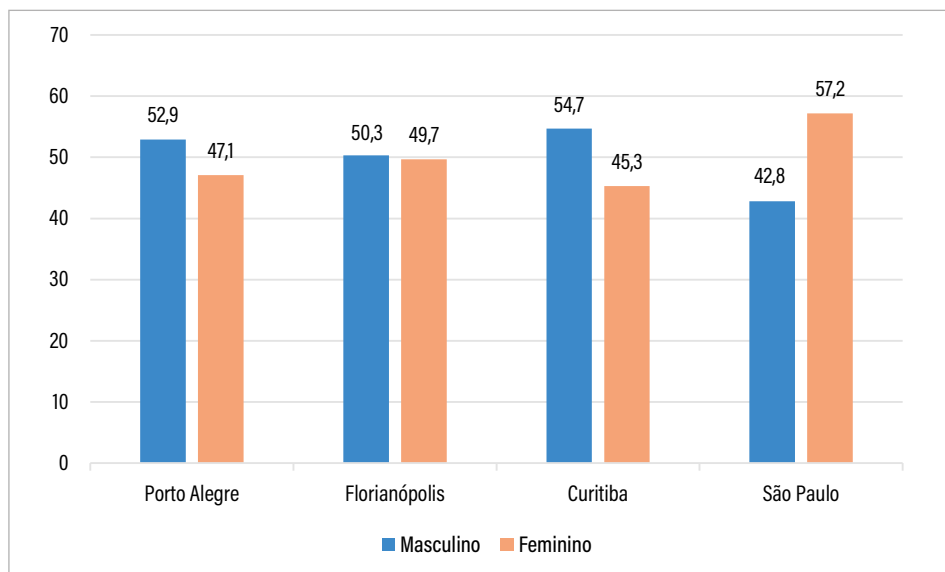
Ao focarmos na transmissão de valores de forma manifesta por um canal formal, como a escola, trazemos a necessidade de uma Educação Política. Neste sentido, Dantas e Lamari (2019), destacam a necessidade de um papel mais ativo da escola na realidade dos jovens em relação ao conhecimento político. Especialmente para que ocorra a apropriação de práticas, conhecimentos e valores para a manutenção e aprimoramento da democracia (COSSON, 2010). Pois como explica Dantas (2010), um estudante que tem contato com as disciplinas das humanas, biológicas e exatas, não necessita de forma integral destes conteúdos

em sua vida profissional, porém são aspectos considerados importantes. Mas este mesmo estudante, considerando as escolhas no futuro, “será um eleitor, e encontrará com as urnas compulsoriamente durante 52 anos, dos 18 aos 70 anos de idade. E a imensa maioria dos brasileiros nunca será formalmente orientada acerca da relevância e do funcionamento das eleições e da democracia como um todo?” (DANTAS, 2010, p. 12).

Falar sobre Educação Política é urgente, porém configura-se como um tema pouco abordado ainda no Brasil de forma efetiva nos campos da Ciência Política e das Políticas Públicas - a despeito de ser tratado como desafio do Estado, e consequentemente como política pública, desde o começo do século XX (SANTOS, 2021). Entretanto é um instrumento para o empoderamento de jovens enquanto cidadãos, especialmente quando partimos do entendimento que a politização de uma sociedade garante o bom funcionamento das instituições políticas e a estabilidade democrática.

Resultados encontrados

A partir das pesquisas feitas em São Paulo e no Sul do país, encontramos pontos similares que podem ser comparados, sendo relevante reforçar que não com o intuito de generalizar, pois as pesquisas diferem no rigor metodológico. Separamos as similaridades das pesquisas em quatro eixos temáticos: a) perfil dos jovens; b) atitudes e comportamentos políticos; c) voto e identificação partidária e; d) meios de comunicação. No perfil, expomos as variáveis de sexo e série dos jovens entrevistados. No eixo atitudes e comportamentos políticos trabalhamos com a discussão de assuntos políticos na escola, participação no Grêmio Estudantil, corrupção como um problema do país e interesse por política. Em voto e identificação partidária, trazemos os dados sobre voto com menos de 18 anos, obrigatoriedade do voto e identificação partidária. Por fim, mostramos a frequência que os jovens se informam sobre política pelos meios de comunicação.

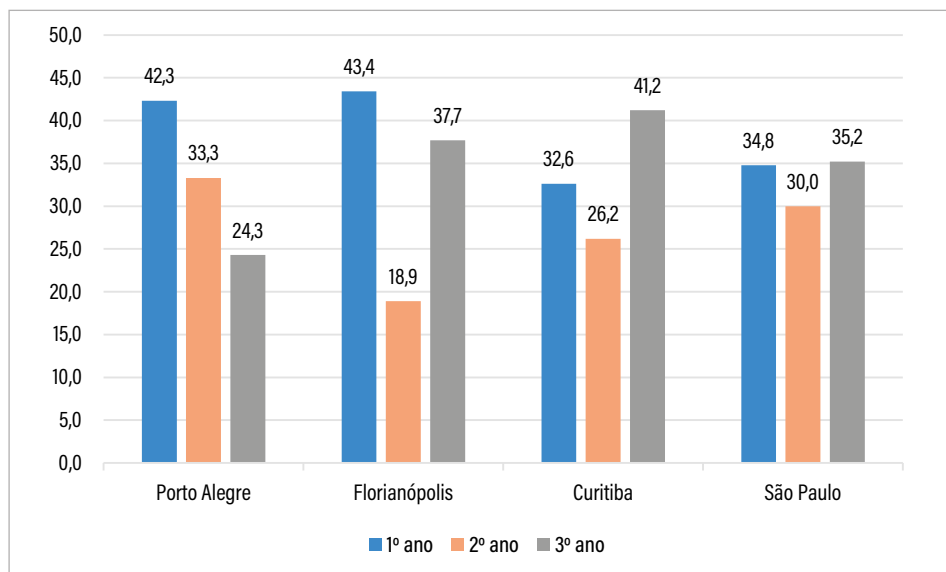
Gráfico 1 – Sexo (%)

n Poa= 376; n Flo= 326; n Cur = 594; n SP= 803

Fonte: Nuposal (2015/2016); Fundação Konrad Adenauer (2016)

Os Gráficos 1 e 2 nos mostram um pouco do perfil dos jovens estudantes entrevistados de escolas públicas das quatro localidades aqui tratadas. Em relação ao sexo, percebemos que no Sul a maioria dos entrevistados é do sexo masculino (52,9% em Porto Alegre, 50,3 em Florianópolis e 54,7 em Curitiba), enquanto em São Paulo é feminino (57,2%). Ambas as pesquisas refletem o perfil de estudantes encontrados nas salas de aulas do Ensino Médio.

Gráfico 2 – Série (%)



n Poa= 376; n Flo= 326; n Cur= 594; n SP= 803

Fonte: Nuposal (2015/2016); Fundação Konrad Adenauer (2016)

Já no Gráfico 2, está apresentada a distribuição entre as três séries do Ensino Médio. Conforme podemos ver, em São Paulo a distribuição está mais proporcional entre os anos (34,8% no 1º ano, 30% no 2º e 35,2% no 3º). Enquanto no Sul fica mais concentrado na primeira e terceira série, sendo Porto Alegre e Florianópolis com mais entrevistados no 1º ano (42,3% e 43,4%, respectivamente) e Curitiba no último ano de ensino (41,2%).

Tabela 1 – Interesse por política (%)

	Porto Alegre	Florianópolis	Curitiba		São Paulo
Muito	17,8	13	15,5	Gosta de política	15,9
Pouco	58,1	61,4	63,5	Não gosta e precisa	81,9
Nenhum interesse	24,1	25,6	21	Não gosta e não precisa	2,1

n Poa= 376; n Flo= 326; n Cur= 594; n SP= 803

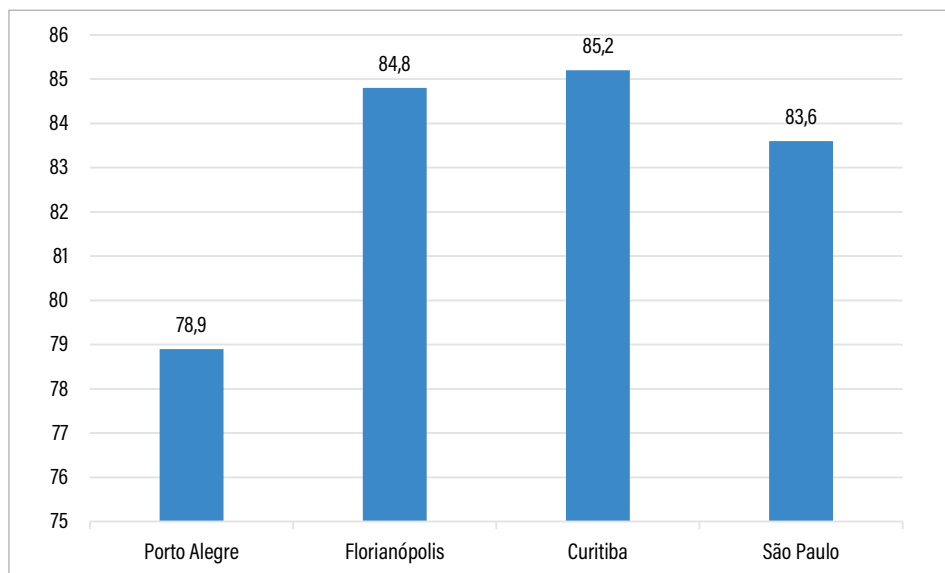
Fonte: Nuposal (2015/2016); Fundação Konrad Adenauer (2016)

A Tabela 1 traz a afeição dos jovens pela política, sendo no Sul levantada a questão de “nível de interesse por política” e, em São Paulo, se “gosta e precisa da política”. Não há uma afeição muito alta pela política nas quatro localidades - em

Porto Alegre só 17,8% dos jovens indicam ter muito interesse, 13% em Florianópolis, 15,5% em Curitiba e 15,9% em São Paulo afirmam gostar de política. O que notamos é um interesse médio (58,1 em Porto Alegre, 61,4% em Florianópolis e 63,5% em Curitiba) e a percepção por parte dos jovens de que apesar de não gostarem do tema reconhecem que precisam da política (81,9% em São Paulo).

Estas informações são essenciais para, mais uma vez, destacarmos a importância de comparações dessa natureza e, principalmente, enfatizarmos a importância de uma Educação Política nas escolas, visto que mesmo não apresentando uma grande afeição pela política, os estudantes a avaliam como sendo algo necessário. Isto é corroborado com os dados do Gráfico 3.

Gráfico 3 – Concorda com discussão de assuntos políticos na escola (%)

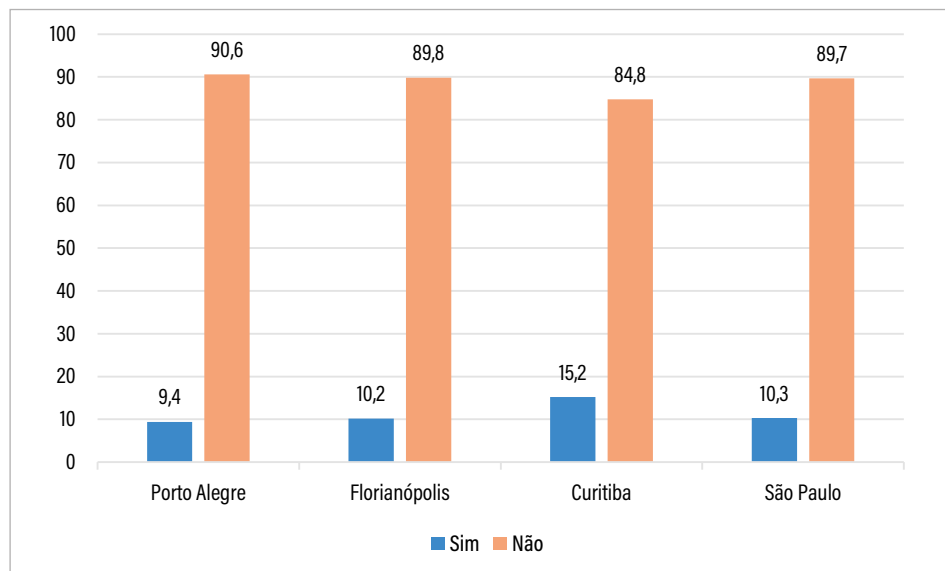


n Poa= 376; n Flo= 326; n Cur = 594; n SP= 803
Fonte: Nupesal (2015/2016); Fundação Konrad Adenauer (2016)

Mesmo não apresentando alto interesse pela temática, os jovens de ambas as pesquisas concordam com a discussão de assuntos políticos na escola/sala de aula (78,9% em Porto Alegre, 84,8 em Florianópolis, 85,2 em Curitiba e 83,6 em São Paulo). Para além da discussão que é essencial, salientamos a necessidade de práticas políticas nas escolas, que ensinem efetivamente os alunos o que é ser um cidadão e quais são as regras para a convivência democrática. Por exemplo, não basta apenas falar da importância da participação política, mas também

possibilitar espaços de participação e, até mesmo, deliberação dentro da escola, para que os jovens percebam a relevância de sua voz para o bem coletivo, conforme destacam Estramanzo (2016) e Dantas, Lynn e Bueno (2021).

Gráfico 4 – Você participa do Grêmio Estudantil (%)



n Poa= 376; n Flo= 326; n Cur = 594; n SP= 803

Fonte: Nuposal (2015/2016); Fundação Konrad Adenauer (2016)

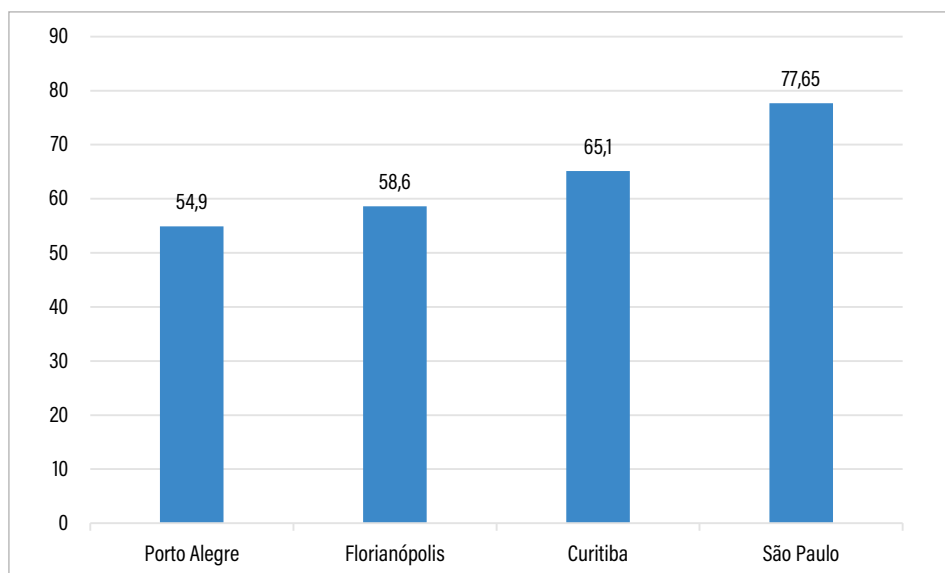
O Grêmio Estudantil, por seu caráter bastante tradicional e por estar previsto em lei, poderia ser uma destas práticas políticas no espaço de educação formal, ensinando como funciona a representação política. Porém nem todas as escolas têm e, nas que possuem, poucos são os alunos que participam, conforme o Gráfico 4 (9,4% participam em Porto Alegre, 10,2 em Florianópolis, 15,2 em Curitiba e 10,3 em São Paulo). A baixa existência de Grêmios já indica o quanto professores e diretores têm dificuldades para incentivar os estudantes, ou não estimulam a prática de representação, um retrato da sociedade brasileira que ainda não parece estar acostumada com estes espaços democráticos. Isso, em tese, corrobora para a manutenção da cultura política de baixa participação.

Obviamente, existem outras práticas que podem ser implementadas, tanto dentro da sala de aula com as turmas, como na escola com toda a comunidade escolar, que incentivem a manifestação de interesses individuais e coletivos bem como possibilite a deliberação dentro do ambiente de ensino. Para além disso,

ressaltamos que combinar a teoria com a prática deve ser a essência da Educação Política nas escolas.

Neste artigo, além de aproximar agendas, estamos tentando demonstrar a importância de uma Educação Política para o bom funcionamento das instituições políticas e, por consequência, para a estabilidade democrática. Ou seja, enfatizando que um dos nossos principais problemas no país é a falta de uma educação básica que empodere os jovens para que sejam cidadão participativos e envolvidos com a política, que afeta na vida de todos nós.

Gráfico 5 – Corrupção como principal problema do país (%)

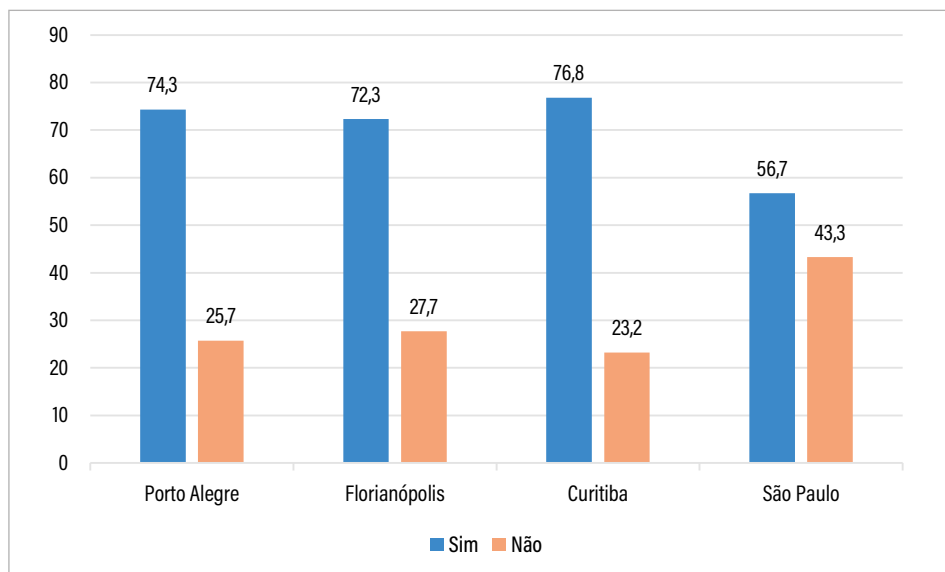


n Poa= 376; n Flo= 326; n Cur = 594; n SP= 803
Fonte: Nuposal (2015/2016); Fundação Konrad Adenauer (2016)

Porém, conforme os dados do Gráfico 5, os jovens apontam a corrupção como o principal problema do país (54,9% em Porto Alegre, 58,6 em Florianópolis, 65,1 em Curitiba e 77,7% em São Paulo). Queremos deixar registrado que as perguntas no Sul e em São Paulo não são iguais, no Sul se apresenta aos alunos uma lista de problemas e é pedido para o jovem apontar o principal deles na realidade do país (inflação, desemprego, saúde, pobreza, corrupção, moradia, transporte, educação e outro). Enquanto na pesquisa em São Paulo questiona-se o nível de concordância com a afirmação de que “a corrupção é o maior problema do país”.

Uma das justificativas para que a corrupção seja percebida como principal problema do país está na midiaticização dos escândalos de corrupção como Mensalão e Lava Jato, destacando que os dados aqui tratados foram coletados entre 2015 (Porto Alegre) e 2016 para as demais realidades. Houve uma ampla criminalização da política durante as investigações, dando a sensação de que todo o mal do país era a corrupção. Para além disso, a política e os políticos veem a corrupção como algo ruim. Segundo os dados da pesquisa do Sul do país, mais da metade dos jovens entrevistados nas três capitais ao serem questionados qual a primeira palavra que vem a mente quando pensam em política e quando pensam em políticos, definiram termos negativos, como: *sujeira, roubo e ladrão*.

Não estamos dizendo que a corrupção não é um problema, mas a midiaticização fortemente concentrada na corrupção do setor público, fazendo questão de “esquecer” ou “ignorar” a corrupção nos ambientes privados, dentre estes o universo empresarial, por exemplo, corrobora para uma percepção tendenciosa por parte da população adulta, o que não seria diferente com os jovens. Destacamos que todos os fatores que corroboram para a manutenção da desigualdade social e econômica enfrentada pelo Brasil, em tese, deveriam ser mais preocupantes aos olhos da sociedade. E neste caso, sendo a educação um ponto central neste problema, pois a sua baixa qualidade mantém parcelas dos cidadãos submissas às instituições, aceitando as dificuldades como sendo inevitáveis, nos perguntamos se é mesmo a corrupção o mais relevante dos problemas do Brasil.

Gráfico 6 – Voto com menos de 18 anos (%)

n Poa= 376; n Flo= 326; n Cur = 594; n SP= 803

Fonte: Nupésal (2015/2016); Fundação Konrad Adenauer (2016)

O Gráfico 6 e a Tabela 2 trazem dados sobre o eixo voto. No gráfico, os dados do Sul são da questão “você é favorável ao voto com 16 anos”, enquanto em São Paulo a pergunta é: “você tirou ou vai tirar o título com menos de 18 anos?”. Mesmo sendo a primeira na dimensão atitudinal, ou seja, a predisposição dos jovens em votar com menos de 18 anos, e a segunda na dimensão comportamental, que se refere à disposição de votar, fizemos esta aproximação nesta análise, pois, como podemos ver, os jovens tendem a perceber o voto como uma ação importante para a democracia. Isso se expressa nos 74,3% em Porto Alegre, 72,3% em Florianópolis e 75,8% em Curitiba que concordam com o voto a partir dos 16 anos, e nos 56,7% de estudantes em São Paulo que afirmavam o interesse em tirar, ou reafirmavam o gesto de terem obtido, título de eleitor com menos de 18 anos.

Tabela 2 – Obrigatoriedade do voto (%)

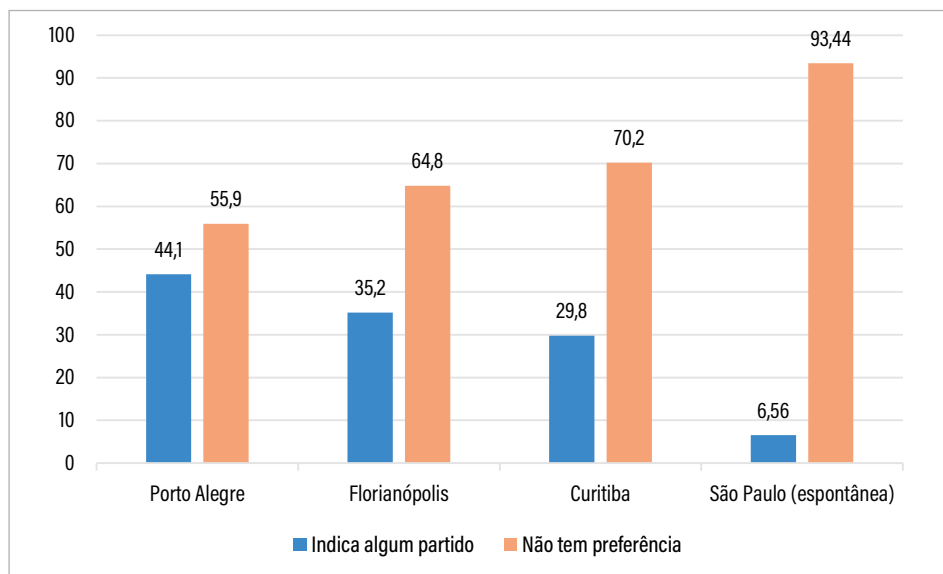
	Votaria se o voto não fosse obrigatório				O voto é predominantemente:
	Porto Alegre	Florianópolis	Curitiba		São Paulo
Sim	73,2	69,6	75,6	Direito	78,3
Não	26,8	30,4	24,4	Obrigação	21,7

n Poa= 376; n Flo= 326; n Cur = 594; n SP= 803

Fonte: Nuposal (2015/2016); Fundação Konrad Adenauer (2016)

A Tabela 2 corrobora com os dados do Gráfico 6, pois aponta para uma avaliação positiva sobre o ato de votar por parte dos jovens. Em todas as cidades, estes votariam mesmo que não fosse um ato obrigatório (73,2% Porto Alegre, 69,6 Florianópolis e 75,6 Curitiba) ou, no caso da pesquisa paulistana, os entrevistados consideram o voto predominantemente como um direito (78,3%) e não como uma obrigação.

Gráfico 7 – Identificação partidária (%)



n Poa= 376; n Flo= 326; n Cur = 594; n SP= 803

Fonte: Nuposal (2015/2016); Fundação Konrad Adenauer (2016)

Mesmo os jovens considerando o voto importante e apontando que precisam da política, a maioria deles não apresenta identificação partidária. Registramos que no Sul a questão é estimulada, apresentando alguns partidos políticos,

enquanto em São Paulo a resposta é espontânea, o que provavelmente justifique a diferença nas porcentagens mostradas no gráfico 7, sendo que em Porto Alegre 55,9% indicam não ter preferência por qualquer legenda, em Florianópolis 64,8%, em Curitiba 70,2% e em São Paulo 93,44%.

Estes resultados são reflexo da fragmentação dos partidos políticos no país, pois os jovens desconhecem todos os partidos existentes e estes, por sua vez, parecem estar cada vez mais distanciados do seu papel de interlocutor entre os representantes e os representados. Para além disso, no Brasil há na cultura um forte apego ao personalismo e a um salvador da pátria, fomentando um antipartidarismo que em tempos de crise, como estamos vendo desde as eleições presidenciais de 2018, abre espaço para políticos sem capacidade de governar a partir de agendas programáticas mais atreladas, por vezes, a valores democráticos e republicanos associados a agendas partidárias.

Tabela 3 – Uso dos meios de comunicação para se informar sobre política (%)

		Porto Alegre	Florianópolis	Curitiba		São Paulo
TV	Sempre	26,1	19,8	26,6	Semanalmente	87,2
	Às vezes	50,3	51,6	50,8		
	Nunca	23,6	28,6	22,6		
Rádio	Sempre	4,5	2,9	6,7	Semanalmente	14,8
	Às vezes	44	34,7	36		
	Nunca	51,5	62,4	57,3		
Jornal Impresso ou Revista	Sempre	18,1	7,1	9,3	Semanalmente	21,8
	Às vezes	49,9	42,4	41,8		
	Nunca	32	50,5	48,9		
Internet	Sempre	54,8	54,1	53	Semanalmente	48,1
	Às vezes	30,8	35,2	33,5		
	Nunca	14,4	10,7	13,5		
Redes Sociais	Sempre	31	34,2	30,6	Semanalmente	53,7
	Às vezes	42,1	45,4	42,8		
	Nunca	26,9	20,4	26,6		

n Poa= 376; n Flo= 326; n Cur = 594; n SP= 803

Fonte: Nupesal (2015/2016); Fundação Konrad Adenauer (2016)

Com base na última bateria temática de princípios percebidos nas pesquisas com os jovens, em relação ao uso dos meios de comunicação para se informar sobre política, conforme a Tabela 3, os entrevistados indicam buscar com mais frequência a TV, a internet e as redes sociais, sendo bem menos procurados alguns

meios mais tradicionais como o rádio e o jornal ou revista impressos. Este comportamento é similar àquele registrado entre adultos, que conforme a Pesquisa Brasileira de Mídia (2014, p. 7), encomendada pelo Governo Federal e elaborada pelo IBOPE, “o meio de comunicação preferido pelos brasileiros é a TV (76,4%), seguido pela internet (13,1%), pelo rádio (7,9%), pelos jornais impressos (1,5%) e pelas revistas (0,3%) – outras respostas somam 0,8%”.

O que destacamos é que a internet e as redes sociais vêm, cada vez mais, sendo a primeira fonte de informação. Conforme Morais (2021), além dos jovens passarem em torno de 9 horas do seu dia conectados, a internet tem se configurado como uma agente socializadora que disputa ranking com a escola. Segundo a autora, a família continua sendo o principal agente socializador, mas a escola que, historicamente, era o segundo agente, está sendo substituída pelas novas tecnologias de informação e comunicação.

Mesmo sendo um novo agente socializador, ainda não foi capaz, em curto prazo, de impactar no tipo de cultura política que temos no Brasil. O principal motivo é, aparentemente, que os jovens ainda não sabem como utilizar, em larga escala, tal ferramenta para empoderamento. E por isso, uma Educação Política de qualidade necessita considerar tais avanços tecnológicos, principalmente, para ensinar os estudantes a como os utilizarem a seu favor, como buscarem informações verdadeiras, como participarem politicamente neste ambiente virtual e, por consequência, fortalecer a democracia.

Considerações finais: os desafios em políticas públicas de educação para a democracia

Inicialmente, destacamos que a hipótese deste trabalho, de que não existem diferenças marcantes entre os estudantes das quatro localidades observadas sobre política, foi confirmada. Em linhas gerais, ressaltadas diferenças metodológicas, os dados apresentados indicam a manutenção padronizada de uma cultura política de resignação, conforme Baquero (2013) e Moisés (2013) já apontavam. O que notamos é que os jovens estão mantendo um distanciamento da política e uma apatia, a despeito de valorizarem certos instrumentos como o voto, bem como percebem a corrupção como ponto principal de problema no país. Assim, apesar de indicarem que o voto é importante e que seria mais um direito do que uma obrigação, os mesmos não participam de Grêmios Estudantis e indicam não terem preferências partidárias definidas.

Ou seja, o processo de socialização política está reforçando as atitudes e os comportamentos políticos das gerações anteriores. Aqui está a principal argumentação para a necessidade de se desenvolver e implementar políticas públicas que garantam uma Educação Política de qualidade nas escolas. Ensinando os jovens sobre o sistema político e eleitoral, bem como as regras do jogo democrático, para que estes desenvolvam a capacidade crítica sobre política. Outra forte argumentação também se encontra nos dados, como observamos: apesar de não gostarem de assuntos políticos e da política, os jovens compreendem que a política é algo necessário e que o voto é um direito. Aqui percebemos um caminho de entrada para a Educação Política, que é esta percepção do próprio jovem da necessidade da política em sua vida. Minimizar as desigualdades econômicas e sociais é mais um argumento de peso para uma política pública que implemente a Educação Política nas escolas, pois o empoderamento é essencial para a busca de direitos e melhorias, tanto individuais quanto coletivos.

Sabemos que o desafio é grande e urgente, para que possamos constituir uma nova cultura política no país, caracterizada pela adesão aos valores democráticos, uma desconstrução do passado e uma construção de um futuro embasado em atitudes e comportamentos coletivos. Em que sejam fomentadas a criticidade, a confiança e a participação no empoderamento destes jovens enquanto cidadãos. Mas este desafio é apenas a ponta de um grande iceberg que está, infelizmente, enraizado em dificuldades anteriores, como: melhorar a educação básica, formar professores sob ideais democráticos, garantir acesso à educação, consolidar um sistema de educação inclusivo e igualitário, investir massivamente em infraestrutura das escolas, entre tantos outros desafios que permeiam esta temática.

Para além destas questões que já são históricas, estamos vivenciando um momento de alta desinformação, que facilita a propagação desenfredda de *fake news*, o aumento de discursos de ódio e intolerância política. Tal realidade faz aumentar ainda mais a necessidade e, ao mesmo tempo, o desafio de se investir em projetos, ações e políticas efetivas de Educação Política. Esta que, se já fizesse parte da educação básica no país, poderia evitar o que estamos presenciando após as eleições de 2022: a negação dos resultados eleitorais, o enfrentamento de instituições como a Justiça, o louvor a golpes militares e comportamentos extremistas por parcelas da população, o que demonstra falta de conhecimento das regras democráticas e do comprometimento com a democracia do país.

Referências Bibliográficas

- ALMOND, Gabriel; COLEMAN, James. (org.). **A política das áreas em desenvolvimento**. Rio de Janeiro: F. Bastos, 1969.
- ALMOND, Gabriel; POWELL, G. Bingham. **Uma teoria de política comparada**. Rio de Janeiro: Zahar. 1972.
- BAQUERO, Marcello. **Qual democracia para a América Latina?** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013
- BAQUERO, Marcello. **The youth and the challenges for building democracy in Brazil**. Porto Alegre: Editora Escritos. 2019.
- COSSON, Rildo. Letramento Político: por uma pedagogia da democracia. In: **Cadernos Adenauer XI, n. 3: Educação Política: reflexões e práticas democráticas**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2010.
- DANTAS, Humberto. O caráter essencial da Educação Política e o desenvolvimento da democracia no Brasil. **Cadernos Adenauer XI, n. 3: Educação Política: reflexões e práticas democráticas**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2010.
- DANTAS, Humberto; LAMARI, Roberto. A relação de jovens do ensino médio com a política: análises a partir de grupos de estudantes de escolas públicas de São Paulo -SP e Itapevi-SP. **Rev. Legislativo Paranaense**, n. 3, p. 91-107. 2019.
- DANTAS, Humberto; LYNN, Marjorie; BUENO, Ana Carolina. Democracia na escola – pertencimento e responsabilidade em ambiente pedagógico sob projetos de Auditoria Cívica Escolar (ACE). In. ZILLER, Henrique; RAMALHO, Diego; ALMEIDA, Isabela; DANTAS, Humberto (orgs.) **Transparência, responsabilidade e participação política: reflexões com base em conceitos e políticas públicas de educação**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2021.
- DANTAS, Humberto; MADEIRA, Gabriel. Cidadania, democracia e política: atitudes e comportamentos políticos de adolescentes envolvidos em ações de “educação política”. **Direito, Processo e Cidadania**, volume 1, número 3, p. 39-54. 2022.
- DANTAS, Humberto; SILVA, Felipe Rivello da; GARCIA, Paulo Marcelo Rocha; VIRGOLINO, Ronival Silva. Educação política, democracia e demanda jovem: a visão de estudantes de ensino médio sobre a política. **E-Legis – Revista Eletrônica Do Programa De Pós-Graduação Da Câmara Dos Deputados**, n. 12, v. 30, p.115-132.

EASTON, David; DENNIS, Jack. **Children in political system: origins of political legitimacy**. New York: McGraw-Hill, 1969.

ESTRAMANHO, Rodrigo. Pensamento, cultura e educação política no Brasil. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, ano XVII, vol 1, 2016.

FUKS, Mário. Atitudes, cognição e participação política: padrões de influência dos ambientes de socialização sobre o perfil político dos jovens. **Opinião Pública**, Campinas, vol.18, nº 1. 2012.

FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER DO BRASIL. **Banco de dados**: Cursos de Iniciação Política 2008-2020. 2016.

Jennings, M. Kent; Niemi, Richard. **The Political Character of Adolescents**. Princeton: Princeton University Press. 1974.

MOISÉS, José Álvaro. Cidadania, confiança política e instituições democráticas. In.: MOISÉS, J. A.; MENEGUELLO, Rachel (org.). **A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia**. São Paulo: EDUSP. 2013.

MORAIS, Jennifer. **Internet, cultura política e juventude no Brasil**. Curitiba: Editora Appris. 2021.

PERCHERON, Annick. La formation politique de l'individu. In: PARODI, J. L. (org.) **La Politique**. Paris: Hachette, 1971. p. 142-168.

NUPESAL. Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina. **Banco de dados**: Democracia, mídias e capital social: Um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil. 2015/2016.

SANTOS, Alexsandro. Uma promessa não cumprida da democracia: Fragmentos para uma história da educação política na escola básica brasileira. In. DANTAS, Humberto; LUZ, Joyce (coord.). **Ciência Política e Políticas de Educação**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer. 2021.

SIGEL, Roberta. **Political Learning in adulthood**: a sourcebook of theory and research. Chicago/Londres: The University of Chicago Press, 1989.

O papel das escolas na educação crítica midiática e o seu impacto na sofisticação política da juventude no Sul do Brasil

Ana Julia Bonzanini Bernardi¹
Alexsander Dugno Chiodi²

Resumo

Em um contexto de aumento da antipolítica e de desinformação generalizada em processos eleitorais, aliado à universalização dos meios digitais na comunicação dos jovens acentuada durante a Pandemia do Coronavírus, este trabalho busca verificar como as escolas têm integrado práticas de educação crítica e midiática em sala de aula, e como os jovens vêm absorvendo esses esforços em termos de desenvolvimento de uma cultura política mais assertiva. Apesar de oferecer uma miríade de opções ao acesso de informações, se não for instrumentalizado, o acesso à internet pode levar à alienação ou radicalização da juventude. Portanto, buscamos comparar a influência da internet como agente socializador da juventude em escolas que têm currículos de educação política crítica, e naquelas que não tem. Nossa hipótese é de que o acesso à internet por si só não tem a capacidade de gerar uma cultura política mais crítica, de forma que a inclusão de práticas de educação crítica midiática se faz urgente. Assim, este trabalho utilizou-se de metodologia quantitativa, desenvolvida através da triangulação de métodos qualitativos e quantitativos: análise de entrevistas e documentos oficiais da coordenação pedagógica/direção das escolas (11 escolas) e *survey* aplicado a 837 jovens (13-25 anos) de 17 escolas de ensino médio da rede pública e privada de Porto Alegre entre agosto e dezembro de 2019.

1 Doutora em Ciência Política pela UFRGS (2021), Professora na Pós-Graduação de Ciência Política na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) e de Gestão Pública na Faculdade de Ensino Superior da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica (FIPE-EEs). Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em América Latina (NUPESAL-UFRGS) ana.bernardi@fipe.org.br

2 Mestrado em Ciência Política no PPGCP/UFRGS, bacharel em Ciências Sociais (UFRGS), pesquisador no Núcleo de Pesquisa Sobre América Latina (NUPESAL) alexchiodi@gmail.com

1. Introdução

Se a década de 1990 e a primeira década de 2000 foram marcadas por projetos e estudos que indicavam otimismo com a democracia, enunciando novos arranjos participativos de governo como o orçamento participativo, criação de conselhos, mesas de diálogo e fóruns de discussão no Brasil, desde meados de 2015 tem se falado na crise desse modelo participativo, sobretudo após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (LÜCHMANN, ROMÃO e BORBA, 2018). Se a nível de análise institucional a leitura dessa crise ganhou força após o *impeachment*, em termos de representação e cultura política os indícios dessa lacuna entre representados e representantes já se mostravam claros há mais de uma década – a desconfiança com os políticos e a apatia política tem sido uma marca da cultura política brasileira. Contudo, esse afastamento da política não é um fenômeno exclusivo brasileiro, embora tenhamos nossos recortes específicos.

Norris e Inglehart (2019) apontam que vivemos tempos de antipolítica que têm influenciando o avanço de governos de extrema direita iliberais tal qual Viktor Orbán na Hungria, Donald Trump nos Estados Unidos, e Jair Bolsonaro no Brasil (MOUNK, 2019). Esses governos empregam práticas autocráticas, promovendo a demonização dos partidos políticos e deslegitimação das instituições e da mídia livre, utilizando-se de notícias falsas e discurso de ódio em defesa dos valores conservadores, da família, da pátria e da igreja (BERNARDI, 2021).

Paralelamente neste período, houve um imenso salto da penetração da conectividade na sociedade brasileira, associado ao barateamento das redes móveis e a diversificação do mercado dos *smartphones*, bem como a ampla adesão às redes sociais, capazes de conectar indivíduos com interesses similares (ou opostos) instantaneamente, fez a quantidade de pessoas com acesso a internet no Brasil passar de 4% para 70% da população nesse período de tempo (CGI-BR, 2019).

É desse processo de digitalização da sociedade e dos meios de comunicação tradicionais que se fomenta o surgimento das mídias digitais (MARTINO, 2014). Desde então, essas mídias digitais foram instrumentalizadas como meios e ferramentas no debate público e político, impactando direta ou indiretamente com variados graus em esferas fundamentais da vida pública, como na condução do sistema democrático, dos processos eleitorais, da participação e organização de manifestações físicas. Porém, também foram instrumentalizadas como arma política em processos eleitorais. O uso das *fake news* e da desinformação de forma geral é uma característica das democracias contemporâneas, sendo deflagradas no

processo de plebiscito do *Brexit*, nas eleições estadunidenses de 2016 e nos últimos dois pleitos nacionais no Brasil (2018 e 2022).

Partindo desses aspectos, parece ser de alta relevância a compreensão da influência das mídias digitais na juventude, parcela da população que dedica muito do seu tempo de trabalho, estudo e lazer em contato com essas ferramentas, ao captar como os jovens utilizam esse meio na obtenção de informação crítica. Entende-se que os jovens não aprenderão sozinhos, a partir da mera experiência advinda da utilização dessas novas mídias – sobretudo no que tange às dinâmicas políticas, sociais e econômicas, que permeiam os meios digitais –, mas que agentes de socialização política, nesse caso, as escolas, têm papel essencial em incluir o estudo dessas habilidades para as mídias como prática de fomentar a saúde, o bem-estar e a participação completa do educando em todos os aspectos da vida econômica e cívica.

Embora ainda incipientes no Brasil, os estudos de educação midiática vêm buscando compreender como inserir essas novas ferramentas de leitura crítica das redes sociais, auxiliando os jovens a decodificar, dentro do gigantesco fluxo de informação diário, o que é de fato importante e relevante. Nesse sentido, entendendo a escola como um importante agente socializador, compreendemos que o conteúdo precisa estar alinhado aos desafios do século XXI, incorporando essas competências para as novas tecnologias de forma a contribuir com a formação de uma cultura política assertiva dos jovens que leve ao fortalecimento democrático. Tal posto, este artigo visa articular os conceitos de educação crítica midiática, desenvolvido por Bernardi (2021), como um arcabouço teórico que integra a educação midiática e a educação política como características inerentes ao processo formativo da juventude, e o impacto desta na formação de sofisticação política de jovens e defesa de valores democráticos. Deste modo, o problema de pesquisa que se enuncia é: qual o impacto da educação crítica midiática na geração de sofisticação política e valorização da democracia pela juventude brasileira? Assim, nosso objetivo geral é avaliar a relação entre a inclusão da educação crítica midiática nas práticas pedagógicas das escolas de ensino médio e a sofisticação política e valores democráticos dos jovens no Sul do Brasil.

A metodologia desenvolvida adere a uma triangulação de métodos quantitativos e qualitativos. Como método quantitativo, utilizamos os dados de *surveys* semiestruturados autoaplicáveis da pesquisa “Democracia, mídias e capital social: Um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil” desenvolvida pelo NUPESAL com 874 jovens de escolas de ensino médio em 17 diferentes escolas de Porto Alegre em 2019. Dentro dos métodos qualitativos foram realizadas entrevistas com coordenadores pedagógicos/diretores de 11 destas 17 escolas para

compreender como técnicas de educação midiática estavam sendo empregadas. Buscando comparar os tipos de escola e aferir resultados no comportamento dos alunos, foram criados 4 *clusters*, de acordo com o perfil de educação crítica midiática adotado (pública periférica, pública central, federal e privada), para assim avaliar o impacto em questões relativas à sofisticação política dos alunos e valorização da democracia, utilizando técnicas sistemáticas de análise em uma amostra representativa (BABBIE, 1999; BAQUERO, 2009). O recorte do tipo de escolas também evidencia as desigualdades inerentes ao sistema educacional público-privado no Brasil – tanto na questão de financiamento das diferentes escolas públicas, como diferença entre federais, estaduais e municipais – e, de forma ainda mais contrastante, entre o ensino público de escolas públicas periféricas e a rede de ensino privada.

Nossas hipóteses são: 1) A desigualdade de recursos nos diferentes níveis de ensino impacta diretamente as capacidades das escolas de oferecerem qualidade de ensino, reduzindo a adoção da educação crítica midiática nas escolas conforme seus orçamentos e infraestrutura. Como consequência, 2) os menores índices de educação crítica midiática estão associados à menores índices de sofisticação política e valores menos democráticos entre os jovens.

Este artigo está dividido em seis partes, incluindo a introdução e as considerações finais. A seguir, discutimos sobre socialização política com foco nas mídias digitais e no papel da escola como agente político. Posteriormente, discutimos sobre os conceitos de cultura política e de sofisticação política. Em seguida, apresentamos o conceito de educação crítica midiática, contextualizado à realidade das escolas pesquisadas. Por conseguinte, passamos para a análise dos dados, com fins a responder à pergunta de pesquisa elencada, para, por fim, apresentar as considerações finais.

2. Socialização Política na Era da Desinformação

Para o desenvolvimento e consolidação da Cultura Política em uma sociedade, é preciso haver um processo de interiorização de valores pelas novas gerações – uma socialização política promovida em um primeiro momento na infância pelo meio familiar (HYMAN, 1959; EASTON; DENNIS, 1969) e na juventude por outros agentes socializadores (JENNINGS; NIEMI, 1974). É por meio da socialização política que os jovens internalizam normas, valores e princípios que moldam seu comportamento em relação à política, desenvolve determinados padrões de orientação e participação e promove condições culturais propícias à manutenção do sistema político-social vigente (BAQUERO; GONZÁLEZ, 2011).

A instituição escolar fora notada como importante agente socializador logo no início dos estudos sobre o tema (BANKS; ROKER, 1994; ALVARADO; OSPINA;

LUNA; CAMARGO, 2001; GOLDENSON, 1978; DUEK, 2010; JENNINGS; NIEMI, 1974; BAQUERO; GONZÁLEZ, 2011). Nessa agência, uma das principais é a organização curricular, decisão do quê – e como – será ministrado. A organização interna, as hierarquias e valores presentes na instituição escolar e sua composição social podem resultar na formação de diferentes tipos de cidadãos (DAWSON; PREWITT; DAWSON, 1977).

Com a popularização do desenvolvimento tecnológico do final do século XX, o campo da mídia recebe um novo componente: as mídias digitais. No Brasil, os agentes de socialização política de maior relevância são a família, escola e mídia (SCHMIDT, 2000). Na última década, estudos exploram o papel das novas tecnologias de informação e das redes sociais como agentes de socialização política (MORAIS, 2017; MORAIS; BAQUERO, 2018; GONZÁLEZ, 2018).

A socialização política agenciada por mídias digitais apresenta confluências e divergências, vantagens e desvantagens, se comparada aos agentes tradicionais de socialização. No que tange à socialização digital, Moraes (2017) discutiu a socialização política e capital social relacionando esses campos à internet, sob a hipótese de que a essa esfera constitui um novo agente de socialização, com relevância maior que os tradicionais meios de comunicação, como televisão, rádio, jornal impresso e revistas. Todavia, há a presença de uma visão pessimista sobre o impacto das mídias digitais na qualidade da democracia, com aumento da apatia política e do desinteresse.

Ainda nesse campo de estudo, Vasconcelos (2019) buscou captar a influência das redes sociais na formação da cultura política dos jovens estudantes do ensino médio em duas regiões desiguais, pretendendo analisar o tipo de uso das redes sociais e o impacto desses fatores. Constatou-se que os contextos socioeconômicos interferem nessa influência, uma vez que as ações de mobilização são dificultadas na ausência de condições materiais mínimas.

A literatura sobre socialização política e juventude no Brasil parece conter uma série de elementos que repercutem nas pesquisas realizadas em todo o território nacional e ao longo dos anos, como altos níveis de descrença nos políticos e nas instituições, baixa eficácia ou refinamento político e reduzidos índices de participação política efetiva e de capital social. A emergência de novas mídias digitais não apenas não teria alterado positivamente, mas até aprofundado estas características da cultura política juvenil, indicando poucas diferenças com relação ao padrão ambivalente presente entre os adultos.

Nesse cenário, novos conceitos como *pós-verdade* e das *fake news* foram criados para caracterizar os fenômenos impulsionados pela adoção em massa das mídias digitais como forma de informação política, com reflexos no aumento da polarização

e apoio a políticos autoritários (BERNARDI, 2019). Argumenta-se que, embora a desinformação como prática política não tenha sido inventada pela extrema-direita e tampouco mentiras na política não são um advento da modernidade e das novas tecnologias, tal prática foi impulsionada através da manipulação algorítmica das redes sociais, bem como da caixa preta da criptografia pelos aplicativos de mensageria.

Acompanhando tendências da população adulta no país, mais de 95%³ dos jovens entrevistados na pesquisa “Democracia Mídia e Capital Social” compreendem a propagação de notícias falsas no país como um movimento crescente desde 2018 (NUPESAL, 2019). Não obstante, apontam elevado volume de desinformação encontrada em redes sociais – cerca de 87,9% no Facebook, 83,5% no WhatsApp e 64,7% no Instagram. Estes mesmos jovens também indicam haver elevado volume de notícias falsas na mídia tradicional – sendo 66,2% na televisão, 58,1% nos jornais e revistas e 31,6% no rádio – o que indica certa confusão sobre o que de fato é uma notícia falsa, e mais, como lidar com a desinformação.

Esse contexto chama ainda mais a atenção quando se observa um quadro em que a instituição escolar perdeu parte de sua importância como agente socializador da política para os meios digitais (NUPESAL, 2015; 2019). Tal posto, a educação crítica da mídia se mostra necessária para fornecer aos jovens as ferramentas necessárias para prosperar em um ambiente cada vez mais digitalizado. A seguir, discutimos em profundidade os conceitos de cultura política, sofisticação política e desenvolvimento de valores democráticos.

3. Cultura Política, Sofisticação Política e Valores Democráticos

Até a metade do século XX, estudos sobre o sistema democrático estavam situados com proeminência na visão institucionalista (DOWNS, 1973), em que autores como Schumpeter (1961), Dahl (1971) e Downs (1978) preocuparam-se em entender a democracia como forma – por seus procedimentos burocráticos, legais, ou executivos, e não por seu conteúdo (CASTRO, 2008).

Nesse debate, desenvolveu-se as contribuições de Almond e Verba (1965), que introduzem o termo de Cultura Política, ao priorizar as orientações de caráter psicológico, cognitivo, afetivo e avaliativo para classificar três tipos de orientação dos sistemas políticos: a cognitiva, relacionada às crenças sobre o funcionamento do sistema político; a afetiva, centrada nos sentimentos em relação ao sistema; e a

3 88,6% concordaram, e 17,5% concordaram parcialmente com a afirmação, somando 98,1% dos citados.

avaliativa, em que os indivíduos, com base em seus sentimentos, conhecimentos e informações, orientam suas ações em relação ao sistema.

Dalton e Welzel (2014) distinguem dois modelos de cultura política democrática: o modelo de lealdade e o modelo assertivo, sendo o modelo de lealdade identificado pela predominância de valores materialistas e apoio aos princípios e práticas da democracia, e a cultura política democrática assertiva caracterizada pela prioridade nas demandas, ênfase na expressão e participação, prevalência de valores emancipatórios, e apoio aos princípios da democracia acompanhada pela insatisfação cidadã.

Bernardi (2017) aponta que, devido ao contexto histórico-cultural da região latino-americana, os estudos sobre as transições democráticas e as caracterizações dos sistemas democráticos resultantes no início da década de 1990 foram adjetivados como “democracia confusa”, “restrita”, “delegativa”, “defeituosa”, “iliberais” e “híbrida”.

É sob esse escopo que emergem os estudos voltados à sofisticação política como enfoque teórico na compreensão do bom funcionamento dos regimes democráticos, tanto nas sociedades em que esse sistema é consolidado, quanto naqueles em que está em vias de consolidação e desconsolidação.

A sofisticação política é trabalhada desde a década de 1960, porém sem coesão no que tange aos resultados devido à escassez de estudos sobre a temática. Uma das razões para essa escassez é a dificuldade de mensuração em termos quantitativos, em parte pela indefinição teórica acerca do que se entende como ideologia política, e pelas taxas de abstenção nos entrevistados por *surveys*. Nesse esforço, Converse (2006) desenvolveu a teoria da estratificação, ao segregar as atitudes do eleitorado estadunidense de cinco formas: 1) conceitos abstratos explícitos (referidos como ideologia); 2) conceitos abstratos semi-implícitos (referidos como quase-ideologia); 3) conceitos de interesse de grupo; 4) conceito de natureza dos tempos; e 5) sem conteúdo conceitual. Sob essa categorização, os resultados apontam que aproximadamente três quartos do eleitorado estadunidense estava enquadrado nesses três últimos grupos, portanto de baixo conhecimento político no seu aspecto conceitual, compondo o público de massa, que aceita seu dever de votar, mas tem atenção marginal quanto à política (CONVERSE, 2006; SCHMIDT, 2000).

Esse modelo político foi enriquecido por Neuman (1986) ao propor a utilização de três dimensões, nomeadamente: 1) a saliência política – variáveis relativas ao interesse, acompanhamento e preocupação com o sistema político; 2) o conhecimento político, descrito como estar a par de eventos políticos, reconhecer instituições, partidos e personagens da política; e, por fim, 3) a conceitualização política: capacidade de compreender questões conceituais, como posicionamentos de esquerda-direita e

reconhecer ideologias (NEUMAN, 1986). Assim, foi criado o índice de sofisticação política a partir de uma tipologia de três diferentes públicos no eleitorado estadunidense: o “público de massa”, o dos “não politizados” e os “ativistas políticos” – esses últimos caracterizados por altos níveis de politização e militância (NEUMAN, 1986).

Quanto à sofisticação política entre os jovens, para Schmidt (2000) ela pode ser utilizada como instrumento teórico para classificar a importância que é atribuída à política pelos jovens, considerando aqueles com conhecimentos elevados como mais sofisticados. Schmidt (2000) identifica uma continuidade dos valores e atitudes dos jovens à cultura política híbrida das gerações anteriores, não constando o desenvolvimento de uma subcultura política específica, diferenciada da cultura política dos adultos. Simultaneamente, há a mescla entre defesa de valores e atitudes democráticas com atitudes apáticas e autoritárias – o que não cria um ambiente propício para a construção e manutenção de uma sociedade em que impera a primazia do regime democrático.

Pode-se depreender dessa discussão, portanto, que a inserção das mídias digitais como agentes de socialização política não parece ser capaz de alterar os valores recorrentes na cultura política brasileira, apesar de estar em processo de substituição dos agentes tradicionais. De toda forma, as dinâmicas sociais que levaram a essa substituição apontam para a possibilidade de uma fortuita intersecção desse novo agente de socialização com os tradicionais, nesse caso, a instituição escolar, para promover o desenvolvimento e consolidação de um novo fator que possa, se bem aproveitado, resultar na interpretação crítica do imenso informacional produzido e veiculado nas mídias digitais, com potencial para o fomento da sofisticação política e de adesão aos valores democráticos. Entendemos, nesse sentido, que o arcabouço de educação crítica midiática, desenvolvido a seguir, possibilita essa evolução do educando, mostrando-se como imperativa para nutrir os jovens com as ferramentas necessárias para prosperar em um ambiente cada vez mais digitalizado.

4. Conceito e formas de mensuração da Educação Crítica Midiática

Hobbs (2010) usa o termo *literacia digital e midiática* como forma de descrever as cinco habilidades emocionais, intelectuais e cognitivas para 1) acessar textos e mídias buscando informação, 2) pensar e analisar criticamente, 3) compor mensagens claras e criativas, 4) pensar e refletir de forma ética e crítica nos ambientes digitais de forma a 5) participar ativamente em suas comunidades por meio de colaboração e trabalho de equipe.

Complementarmente, o quadro teórico desenvolvido por Mihailidis (2019) partilha das abordagens anteriores de Hobbs (2010), mas destaca o enfoque da intencionalidade na leitura da realidade transformada em ação, permitindo o desenvolvimento da competência cívica e do empoderamento cidadão por meio da educação de forma transversal às diferentes disciplinas, projetos interdisciplinares, oficinas e atividades escolares. Os pilares dessa abordagem são construídos por meio dos conceitos de empatia, persistência, imaginação/agência, consciência crítica e emancipação que são centrais para o desenvolvimento das capacidades de leitura das mídias (acessar, analisar, criar, refletir e agir) (MIHAILIDIS, 2019).

A partir deste arcabouço, adaptado para a realidade brasileira, os pilares da prática da educação crítica midiática desenvolvida por Bernardi (2021) são compreendidos e instrumentalizados assim como mostrados no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1: Eixos da Educação Crítica Midiática

Empatia	A empatia como conceito fundamental da prática da educação crítica busca com que os alunos, ao entenderem de forma crítica realidades diferentes das suas, possam colocar-se no lugar dos outros e compreender a complexidade da sociedade e do papel das diferentes mídias e suas comunicações.
Imaginação	O conceito de imaginação, dentro da educação cívico-midiática, busca encorajar os jovens a ter esperança para imaginar visões alternativas às condições de participação atual, a fim de desenvolver inovações democráticas que promovam maior engajamento cívico e participação política (JENKINS et al., 2016).
Empoderamento	O conceito de emancipação é relacionado ao de empoderamento da narrativa e à liberdade de se comunicar dentro de seus próprios termos, buscando expandir espaços de ação política para além das arenas institucionais (MILAN, 2013).
Consciência Crítica	A partir do conceito de Paulo Freire (2013, p. 14), a consciência crítica se desenvolve ao “[...] aprender a perceber contradições sociais, políticas e econômicas e a agir contra os elementos opressivos da realidade”. As abordagens de interpretação e alfabetização midiática têm centrado seus esforços em impulsionar maior consciência crítica através da educação de qualidade; porém, para que essa se efetive em ações, é necessário que a escola envolva os alunos na discussão da sociedade e política, também propondo a participação ativa dos próprios educandos.

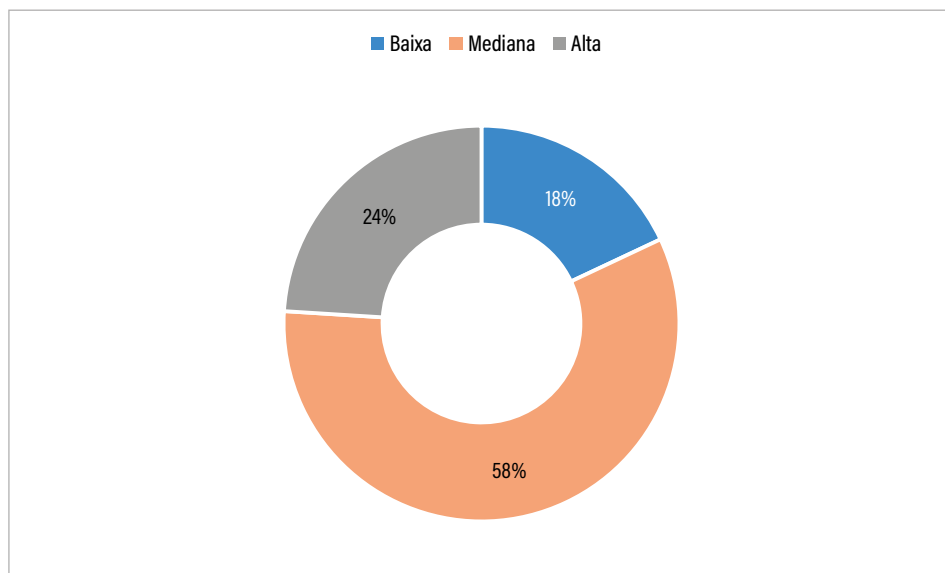
Fonte: Bernardi (2021)

Assim, não considerando esses conceitos como estanques, mas interrelacionados, Bernardi (2021) procede na construção de um indicador de educação crítica midiática⁴. O indicador contém questões sobre eventos políticos nas esco-

⁴ A partir das variáveis observadas tanto nas entrevistas com coordenadores das escolas quanto nas respostas do *survey* pelos alunos no que diz respeito à criticidade e qualidade da educação recebida, pode-se observar alguns padrões de distribuição entre os grupos de escolas. Como não foi possível entrevistar todas as escolas da amostra em função da dificuldade de contato imposta pela pandemia de coronavírus, foi feita uma média entre as escolas entrevistadas do mesmo grupo, utilizada para representar cada grupo de escolas como proxy (BERNARDI, 2021, p. 162).

las, eventos que tratam de diversidade e sociedade, se abordadas diferentes fontes de mídia, como verificar informações fidedignas e realizar pesquisas, existência e frequências de ações de educação cívica nas escolas, entre outras⁵. O resultado do indicador entre os jovens entrevistado está exposto no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Distribuição do indicador de educação crítica midiática

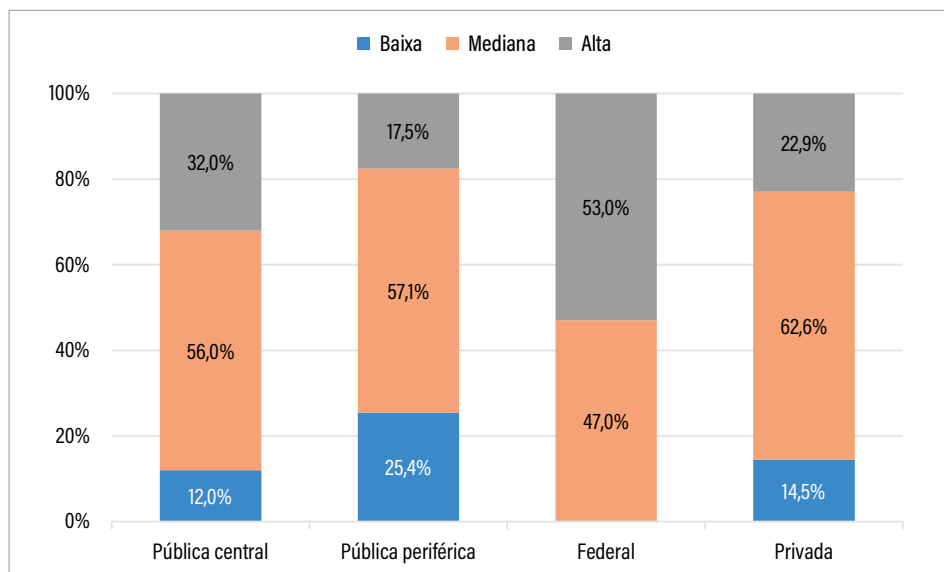


Fonte: BERNARDI, 2021.

A partir da análise de variância (Teste F) entre os grupos de escola, confirma-se que os quatro tipos de escola apresentam valores significativamente diferentes quanto à educação crítica e midiática. Assim, o Gráfico 2 apresenta as variações do indicador de educação crítica midiática de acordo com o grupo de escola.

⁵ O indicador foi construído de forma simples, atribuindo valores entre 0 - 0,33 como nível baixo, 0,34 - 0,66 nível mediano e 0,66 - 1 nível alto de educação crítica midiática.

Gráfico 2 – Classificação de educação crítica midiática a partir do grupo de escola



Fonte: Bernardi, 2021.

De forma geral, os indicadores comprovam nossas hipóteses. O Instituto Federal se diferencia das demais escolas públicas, não apenas por contar com financiamento muito mais robusto que demais escolas públicas, mas também pelo grau de excelência dos currículos e volume de atividades que trabalham com sociedade, diversidade e criticidade em relação às desigualdades da sociedade brasileira. Ademais, os Institutos Federais foram desenvolvidos como polos tecnológicos, o que promove a inserção de diferentes mídias e acesso ao ambiente digital de forma integrada à rotina escolar. Logo, se destacam como referências para a educação crítico midiática, mesmo em relação às escolas privadas – o que demonstra que apesar da desigualdade social dos alunos que frequentam escolas privadas e públicas, o investimento no ensino de qualidade tem potencial transformador.

Em consonância com o apontado em nossas hipóteses, as escolas públicas centrais aparecem melhor posicionadas (32%) do que as escolas privadas (22,9%) quanto ao agrupamento de alto índice de educação crítica midiática, sendo o menor ranqueamento das escolas periféricas (17,5%). As escolas privadas que integram a amostra também se destacam, com diversos projetos no contraturno que envolvem atividades cívicas, produção audiovisual e atividades de interpretação de diferentes tipos de mídia. Infelizmente, independentemente da vontade dos professores e alunos, a questão socioeconômica das famílias e a falta de investimento do governo

nos diferentes tipos de escola, segue como uma barreira alta demais para ser transponível pela dedicação e vontade da comunidade escolar.

A seguir, apresentamos a instrumentalização do conceito de sofisticação política e seus cruzamentos com a educação crítica midiática (instrumentalizada pelo *proxy* de tipos de escola) também apresentando dados acerca da presença de valores democráticos.

5. Índice de sofisticação política e tipo de escola: análise de dados

O processo de escolarização do ensino médio no Brasil, considerando as diferentes juventudes existentes, se mostra hoje um importante espaço de sentido, que explicita, de forma incisiva, desigualdades e oportunidades limitadas a determinados grupos de jovens brasileiros (ANDRADE; FARAH NETO, 2007). Tal qual discutido nos tópicos anteriores, boa parte dos estudos sobre juventude(s) e cultura política apontam a permanência de uma cultura política híbrida, reforçada pela desigualdade do sistema educacional, que forma jovens ainda mais apáticos nas escolas públicas (ZORZI, 2016) a despeito dos aumentos de investimento na educação nos Governos do Partido dos Trabalhadores (BERNARDI, 2017). Em termos de agentes de socialização política, destacamos aqui a importância crescente da internet e das redes sociais face à importância da escola como agente “catalizador” do processo de auto-socialização advindo das mídias digitais (MORAIS, 2016).

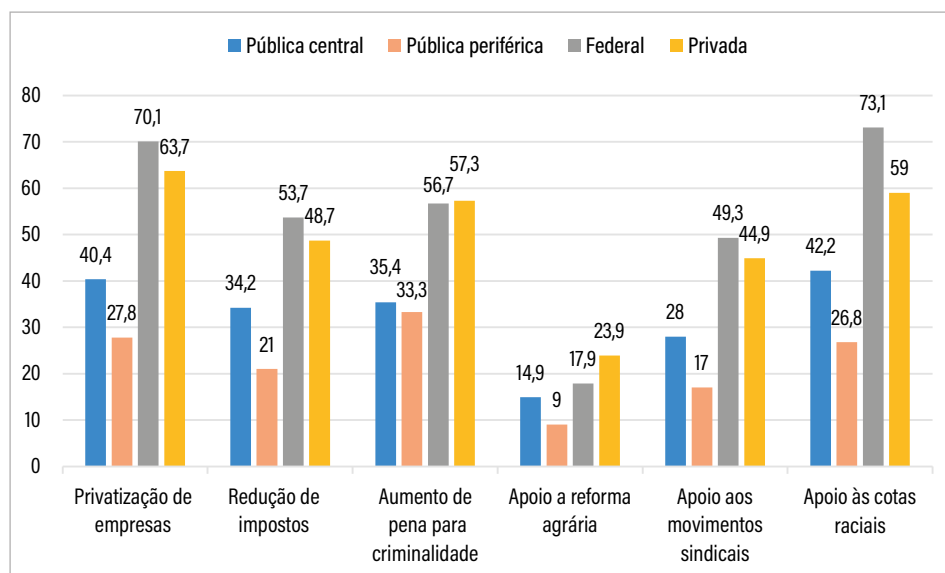
Retomando o conceito de sofisticação política, esta pode ser definida como um entendimento das “regras do jogo”, sendo enumerada como uma série de características que possibilitam maior conhecimento e entendimento político, englobando interesse pelo tema, busca de informações, percepção de responsividade do sistema e valorização da democracia como sistema político. Em termos didáticos, se esclarece:

Fazendo uma analogia do processo político como um jogo de futebol, embora a sofisticação não possa ser considerada causa direta de participação política, ela garante que os indivíduos compreendam minimamente as regras do jogo democrático, bem como as características dos “jogadores” – tanto do seu, quanto dos outros times – podendo assim fazer escolhas mais informadas de quem “escalar” em uma partida para obter melhor desempenho na busca por um resultado positivo. Além de compreender como essas diferentes pautas políticas estão atreladas às orientações ideológicas, a sofisticação política também pode ser avaliada em termos de conhecimento acerca dos governantes eleitos e de quais são os seus partidos – seja no nível

municipal, estadual ou nacional – não só por demonstrar conhecimento acerca da política atual, mas também como forma de avaliar a responsividade dos seus mandatos. (BERNARDI, 2021, p. 212)

Partindo desse cenário, foi apresentado para os jovens estudantes uma série de pautas políticas que deveriam ser atribuídas como mais atreladas à ideologia de esquerda, direita ou de centro. Essa série de postulações foi desenvolvida considerando temáticas historicamente classificadas como de cada espectro político (BOBBIO, 1995) no contexto brasileiro. Assim, o gráfico 3 traz a porcentagem de acerto na identificação de pautas tradicionalmente consideradas como de esquerda e de direita dentro de cada tipo de escola. As três primeiras baterias correspondem às pautas da direita político-econômica, enquanto as três últimas estão associadas às pautas de esquerda.

Gráfico 3 – Sofisticação política por tipo de escola – % de acerto no reconhecimento de espectros políticos (esquerda e direita)



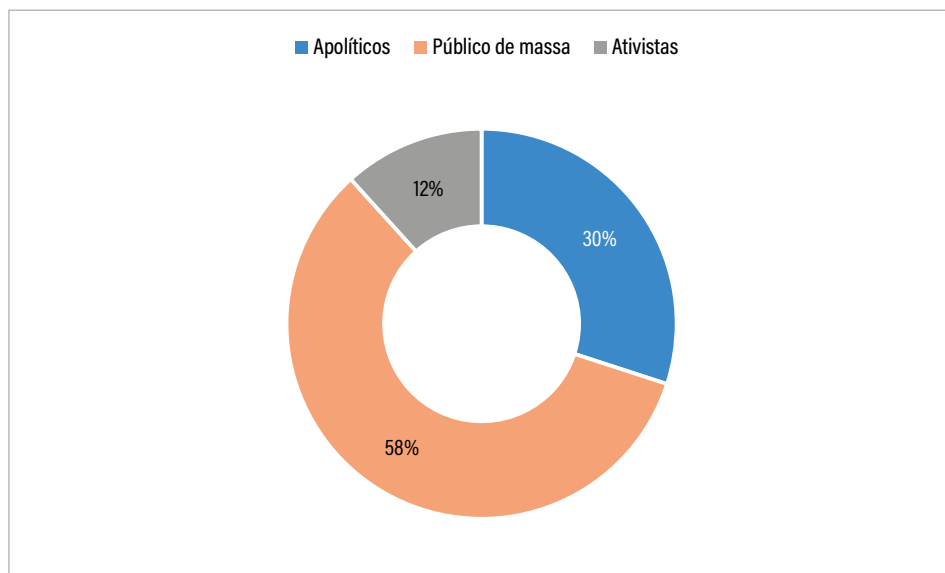
N=862, r=0,000
Fonte: Nupesal (2019).

Destarte, podemos perceber que as escolas privadas e o Instituto Federal apresentaram maiores taxas de acertos em todas as seis baterias, destacando-se em relação às escolas públicas estaduais centrais e periféricas. Buscando verificar os diferentes graus de sofisticação política, construiu-se um indicador de

sofisticação política, englobando as seguintes questões: 1) atribuir pautas políticas a diferentes espectros ideológicos (como esquerda, direita, centro); 2) identificar as atribuições de cada cargo político; 3) compreender as diferentes atribuições dos entes federativos em termos de políticas públicas; 4) identificar de forma correta o nome e partido político de diferentes governantes, entre outras.

O estudo de Neuman (1986) que avaliou a sofisticação política entre eleitores estadunidenses encontrou três grupos. No agrupamento de jovens também dividimos o índice em três grupos através da criação do Índice de sofisticação⁶, buscando reproduzir essa categorização. Os apolíticos, o público de massa, e, por fim, os ativistas⁷. Os resultados estão representados no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Índice de sofisticação classificado a partir da teoria dos três públicos juvenis



N=874

Fonte: Elaboração própria a partir de Nupésal (2019).

A porcentagem de jovens ativistas alcança 11,7% – maior do que o que foi encontrado na teoria dos três públicos de Neuman (1986) para os eleitores adultos estadunidenses, que previa apenas 5%, e também superior à porcentagem

6 O índice foi criado a partir do cálculo de variável de 16 questões. Manteve-se as variáveis intervalares entre 0 e 1 e aplicada a média para cada variável, resultando no índice de sofisticação entre 0 e 0,95, com média de 0,43 e desvio padrão de 0,19 (BERNARDI, 2021).

7 Baixa sofisticação = 0,0 e 0,3; sofisticação mediana = 0,3 e 0,6 (alta sofisticação = 0,6 a 1)

encontrada por Schmidt (2000), de 5,3%. Nesse sentido, a porcentagem dos jovens que aparecem como público de massa é achatada, ficando em 58,4% – para Neuman (1986) 75%, e para Schmidt (2000), 59,7%. Já os apolíticos configuram 30%, sendo superior ao índice encontrado por Neuman (20%) em 1986, mas inferior àquele encontrado por Schmidt (35,1%) entre a juventude nos anos 1990. Ou seja, em comparação com o estudo de Schmidt (2000) realizado com a juventude do município de Santa Cruz nos anos 1990, os jovens, porto-alegrenses, em 2019, apresentam índices maiores de sofisticação política do tipo ativista, o público jovem de massa (sofisticação mediana) se achatou pelo duplo movimento, tanto do aumento dos ativistas como dos apolíticos, que realça a polarização política atual, e o número de apolíticos foi reduzido.

A seguir, buscando avaliar como o índice de sofisticação se comporta entre os quatro tipos de escolas, foi feito um cruzamento. Os resultados e a descrição das medidas centrais estão expostos na Tabela 1.

Tabela 1 – Análise de variância do indicador de sofisticação política segundo o tipo de escola

Escolas	N	Média	DesvPad	IC de 95%	Agrupamento ⁽²⁾	P-Valor ⁽¹⁾	r
Pública central	163	0,436	0,197	(0.408; 0.464)	B	0.000*	0.000*
Pública periférica	406	0,372	0,186	(0.354; 0.390)	C		
Federal	68	0,533	0,171	(0.489; 0.577)	A		
Privada	237	0,509	0,174	(0.485; 0.532)	A		

(1) Análise de variância (Teste F).

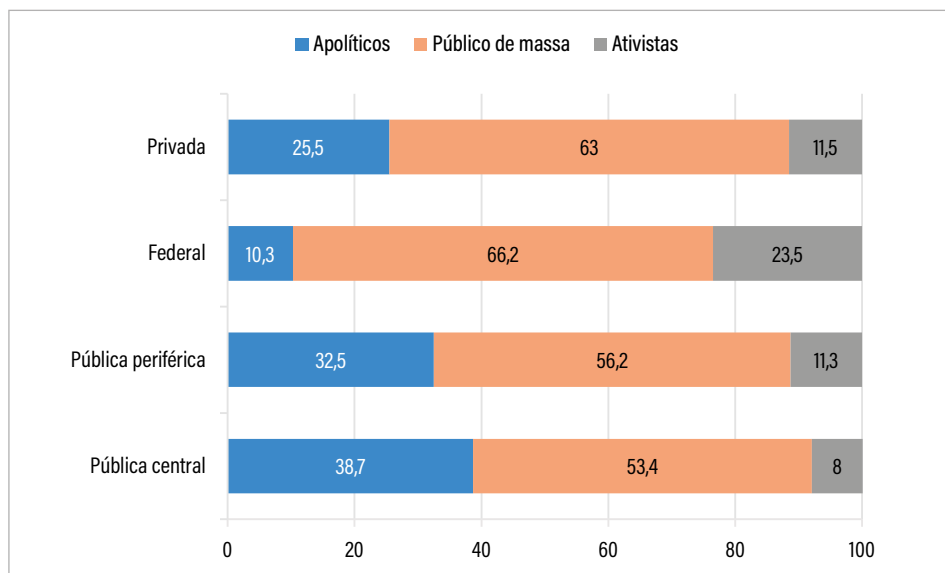
(2) Médias que não compartilham a mesma letra são significativamente diferentes.

*Teste de Qui-Quadrado de Pearson, valores significativos.

Fonte: Nupesal (2019).

A partir do cruzamento do índice de sofisticação política com os tipos de escola, percebe-se significância em diferentes testes, de forma que, assim como nos índices anteriores, tanto os alunos de escolas privadas como os do Instituto Federal se comportam de forma similar. As escolas públicas centrais, com valores um pouco superiores de sofisticação em relação à média, e IC de confiança de 95%, entrariam em um segundo grupo, e as escolas periféricas em um terceiro. Assim, confirma-se a associação estaticamente significativa entre o índice de sofisticação e o tipo de escola.

Gráfico 5 – Cruzamento entre tipo de escola e sofisticação categorizada pela teoria dos três públicos (%)



N=872, r=0,000
Fonte: Nuposal (2019).

Embora as porcentagens encontradas no índice geral sejam mais positivas que as propostas por Neuman (1986) e Schmidt (2000), ao avaliarmos as distribuições entre os grupos de escola no Gráfico 5 percebemos mais uma vez a desigualdade entre eles, uma vez que, analisados individualmente, tanto as escolas privadas (25,5%) como as públicas centrais (38,7%) e periféricas (32,5%) têm índices de apatia superiores a 20%. No entanto, em relação ao outro extremo, que mede a porcentagem de ativistas, todos os grupos se mostram superiores a 5%, com destaque para o Instituto Federal, que desponta com 23,5% dos seus alunos classificados como ativistas.

6. Conclusão

Por fim, podemos constatar que a escola, como espaço de socialização política, forma desigualmente os jovens de escolas públicas (não federais) em comparação com os de escolas privadas e os do Instituto Federal. Essa desigualdade tem impacto direto na adoção (ou não) de um modelo mais próximo do ideal de educação crítica midiática. Apesar de a educação midiática, literacia ou alfabetização

mediática serem conceitos relativamente novos na literatura sobre políticas educacionais no Brasil, a educação crítica – como nos preceitos de Freire (2014) – não é. Nesse sentido, conceitos como empatia, persistência, representação, empoderamento e consciência crítica não deveriam ser limitados ou diminuídos pelo acesso às TICs⁸ – e sim, aumentados (BERNARDI, 2021, p. 255).

No que concerne relações entre a educação crítica midiática e a sofisticação política, embora a sofisticação sozinha não gere diretamente maior participação política, pensar uma democracia com eleitores que não compreendem ou não buscam se informar sobre os processos políticos apresenta obstáculos para a consolidação do sistema democrático por si só.

A crença em notícias falsas, por exemplo, tem terreno muito mais fértil em sociedades com baixa sofisticação política, visto que, sem o conhecimento necessário para fazer escolhas racionais, os cidadãos estão mais suscetíveis a serem guiados por processos emocionais, pessoas de confiança, ou instituições religiosas, que não necessariamente estão aptas para elucidar dúvidas sobre política.

Referências Bibliográficas

ALMOND, G.; VERBA, S. **The Civic Culture**: Political attitudes and democracy in five nations. Boston: Little, Brown, 1965.

ALVARADO, Sara Victoria; OSPINA, Héctor Fabio; LUNA, María Teresa; CAMARGO, Marina. Transformación de actitudes frente a la equidad en niños y niñas de sectores de alta conflictividad social, en un proceso de socialización política y educación para la paz. **Rev. latinoam. cienc. soc. niñez juv.**, Manizales, v. 4, n. 1, p. 217-250, jan. 2006.

ANDRADE, Eliane Ribeiro; FARAH NETO, Miguel. Juventudes e trajetórias escolares: conquistando o direito à educação. In: ABRAMOVAY, Miriam; ESTEVES, Luis Carlos; ANDRADE, Eliane Ribeiro (Eds.). **Juventudes**: outros olhares sobre a diversidade. Brasília: UNESCO, 2007. p. 55-78.

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

BANKS, Michael H.; ROKER, Debra. The political socialization of youth: exploring the influence of school experience. **Journal of Adolescence**, v. 17, n. 1, p. 3-15, 1994. Disponível em: <<https://doi.org/10.1006/jado.1994.1002>>. Acesso em: 22 out. 2022.

8 Tecnologias de Informação e Comunicação

BAQUERO, Marcello. **A pesquisa quantitativa nas Ciências Sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

BAQUERO, Marcello; GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Eleições, estabilidade democrática e socialização política no Brasil: análise longitudinal da persistência de valores nas eleições presidenciais de 2002 a 2010. **Opinião pública**, v. 17, n. 2, p. 369-399, nov. 2011.

BERNARDI, Ana Julia Bonzanini. **Competência cívica em uma democracia desigual**: analisando o impacto dos investimentos educacionais na cultura política juvenil porto-alegrense entre 2002 e 2015. Orientador: Cesar Marcelo Baquero Jacome. 128F. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

BERNARDI, Ana Julia Bonzanini. **Educação crítica midiática: formação para cidadania de jovens no contexto de pós-verdade e fake news**. Orientador: Cesar Marcelo Baquero Jacome. 320F. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista (UNESP), 1995.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de. Cultura política: a tentativa de construção de um conceito adequado à América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas Sobre as Américas**, v. 2, n. 1, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/1465/1098>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Pesquisa Sobre o Uso da Internet no Brasil 2019**. São Paulo: CGI.br, 2019.

CONVERSE, Philip E. The nature of belief systems in mass publics. **Critical Review**, v. 18, n. 1-3, p. 1-74, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/08913810608443650>>. Acesso em: 18 nov. 2022.

DAHL, Robert A. **Polyarchy**: participation and opposition. New Haven: Yale University Press, 1971.

DALTON, Russell J.; WELZEL, Christian (Ed.). **The civic culture transformed: From allegiant to assertive citizens**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

DAWSON, Richard. E.; PREWITT, Kenneth. **Political socialization**. Little, Brown and Company, Boston: 1969.

DOWNS, Anthony. Uma teoria econômica da democracia. 1 reimpr. **São Paulo: Editora da Universidade Federal de São Paulo**, 2013.

DUEK, Carolina. Infancia, desarrollo y conocimiento: los niños y niñas y su socialización. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, niñez y juventud**, v. 8, n. 2, jul.-dez. 2010.

EASTON, David; DENNIS, Jack. **Children in the political system**: origins of political legitimacy. New York: McGraw-Hill, 1969.

GOLDENSON, Dennis R. An alternative view about the role of the secondary school in political socialization: A field-experimental study of the development of civil liberties attitudes. **Theory & Research in Social Education**, v. 6, n. 1, p. 44-72, jul. 1978.

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Cultura Política, democracia participativa e protagonismo juvenil. In: Marcello Baquero. (Org.). **A Juventude e os desafios da construção democrática no Brasil**. 1ed. Porto Alegre: Escritos, 2018, p. 111-134.

HOBBS, Renee. **Digital and media literacy**: a plan of action. Washington D.C.: The Aspen Institute, 2010.

HYMAN, Herbert. **Political socialization**: a study in the psychology of political behavior. New York: Free Press, 1959.

JENNINGS, M. Kent; NIEMI, Richard. **The Political Character of Adolescents**. Princeton: Princeton University Press. 1974.

LÜCHMANN, L. H. H.; ROMAO, W. M.; BORBA, J. 30 years of Participatory Budgeting in Brazil: the lessons learned. In: DIAS, N. (org.). **Hope For Democracy**. 30 Years of Participatory Budgeting Worldwide. 1. ed. Faro: Epopeia Records Oficina, 2018. p. 89-103.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das Mídias Digitais**: linguagens, ambientes e redes. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2014.

MIHAILIDIS, Paul. **Civic medias litearcy**: re-imagining human connection in an age of digital abundance. New York: Routledge, 2019.

MORAIS, Jennifer Azambuja de. **Cultura Política e Capital Social**: os efeitos do uso da internet na socialização de jovens no Sul do Brasil. Orientador: Cesar Marcelo Baquero Jacome. 286f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

MORAIS, Jennifer Azambuja de; BAQUERO, Marcello. Emergência e institucionalização da intolerância política como valor político numa cultura

híbrida. In: Marcello Baquero. (Org.). **A Juventude e os desafios da construção democrática no Brasil**. Porto Alegre: Escritos, 2018, v. 1, p. 57-83.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. Editora Companhia das Letras, 2019.

NEUMAN, Russel W. **The paradox of mass politics: knowledge and opinion in the American electorate**. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

NUPESAL. Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina. Banco de dados: **Democracia, mídias e capital social: Um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil (Porto Alegre)**. 2015.

NUPESAL. Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina. **Banco de dados: Pesquisa com jovens em Porto Alegre**. 2019.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. **Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

SCHMIDT, João Pedro. **Juventude e Política nos Anos 1990: Um estudo de socialização política no Brasil**. Orientador: Cesar Marcelo Baquero Jacome. 392 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 1961.

VASCONCELOS, Camila de. **A formação da cultura política dos jovens: a influência das redes sociais em contextos socioeconômicos desiguais**. Orientador: Rodrigo Stumpf González. 307f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

ZORZI, Felipe. **Cidadania Desigual: socialização política comparada em escolas públicas e privadas de Porto Alegre/RS**. 2016. 100 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

A Universidade e seu papel na construção de valores democráticos: experiências e práticas em cursos de Administração Pública na UDESC

Daniel Moraes Pinheiro¹

Danilo Melo²

Luiz Filipe Goldfeder Reinecke³

Resumo

Este texto faz parte de um esforço de refletir sobre possíveis relações entre universidade e democracia, apresentando contribuições sobre o papel da universidade pública para construção de valores democráticos a partir de duas experiências de ensino-pesquisa-extensão em uma universidade estadual. A crise da democracia parece se entrelaçar com a crise da própria universidade pública e passa por diversas dimensões: confiança, credibilidade, legitimidade, representatividade. Dentre os diversos atravessamentos destacamos nessa dinâmica, levando a sério o questionamento no que cabe para reflexão ao processo de produção de conhecimento e de formação, citamos dois: o encastelamento e a reprodução de dinâmicas pouco abertas às realidades vividas e os desafios à linguagem e à comunicação. A partir dos dois relatos de experiências de ensino-pesquisa-extensão identificamos algumas possibilidades e uma série de desafios à consolidação e fortalecimento do papel da universidade na construção de democráticos, que passam pela formação tecnicopolítica e pela produção de conhecimento engajado.

1 Universidade do Estado de Santa Catarina daniel.pinheiro@udesc.br

2 Universidade do Estado de Santa Catarina danilo.melo@udesc.br

3 Universidade do Estado de Santa Catarina luiz.reinecke@udesc.br

INTRODUÇÃO

É fato conhecido no Brasil que, nos últimos anos, a ciência sofreu ataques. Essa crítica à ciência passa também pela crítica às próprias universidades públicas que lideram a pesquisa no país e aos seus membros, colocando em questão credibilidade e confiança quanto à formação e contribuição frente à sociedade. Sabemos que o papel perante a sociedade brasileira, especialmente, na formação crítica e política e na produção de uma ciência que faça sentido para a sociedade é indiscutível, liderando rankings e mesmo frente aos cortes participando da produção científica nacional.

Percebemos uma difícil compreensão da importância da ciência, da produção acadêmica e do trabalho intelectual, na sociedade, para a qual a Universidade tem um papel constante, e importante. Dentre eles, destacamos a formação para a educação, assim como a capacidade de impacto social e econômico, para a inovação tecnológica, bem como, importantes avanços científicos. Este texto parte de um esforço de apontar algumas possíveis relações e contribuições sobre o papel das universidades para a democracia a partir de relatos de professores e coordenadores de projetos de pesquisa e programas de extensão universitária.

Segundo Buarque (2008, p.73) “O desafio da universidade para as próximas décadas é maior do que mudar, é evoluir. Maior do que reformar, é inventar. Mais do que se ajustar aos tempos atuais, ela precisa inventar uma instituição nova, tão diferente da atual quanto ela foi dos conventos nos tempos da sua origem”. Tem-se, portanto, uma Universidade que precisa compreender-se e compreender o que a sociedade quer dela e entende sobre ela, e para isso, precisa de um repensar constante.

A Universidade, constituída ao redor do ensino, da pesquisa e da extensão, vai além da sala de aula e do potencial de formação de uma camada social e que apenas signifique para a sociedade números positivos de escolarização ou de criação de mão-de-obra com ensino superior. Para um impacto crítico e reflexivo, a tríade ensino-pesquisa-extensão pode contribuir significativamente em uma dinâmica de formação, produção de conhecimento e comunicação aberta com a sociedade que passa a produzir resultados significativos, a partir do momento em que a ação de docentes, discentes e corpo técnico-administrativo passa a interagir, cada vez mais, com o seu entorno.

Assim, a Universidade tem um papel político fundamental, perante a sociedade, especialmente no ato de produzir conhecimento. O fazer científico em um ambiente democrático permite a capacidade de espalhar e refletir valores

na interação com a comunidade. Cabe refletir, então, sobre como esses valores atravessam experiências concretas. Aqui, não se estabelece uma democracia com apenas uma ideologia ou crença, e sim, como liberdade de escolha democrática, inerente ao próprio fazer científico. De acordo com Simon Schwartzman:

Chamar atenção para o aspecto político da ciência, por exemplo, significa apostar na ideia de que a busca de conhecimento superior não é um simples mecanismo cego que responde a processos autônomos e não controlados de crescimento histórico, mas algo que tem uma potencialidade de liberação humana e que merece, sempre, ser buscado e incentivado. Nesse sentido, a atividade científica e a liberdade intelectual merecem e necessitam ser defendidas e estimuladas o que não significa, obviamente, que não exista um amplo espaço para escolhas, preferências e opções. (2008, p.6)

Logo, defende-se que a Universidade, como espaço democrático de produção científica, tem um grande potencial de impactar positivamente nos diversos setores da sociedade. Em sendo assim, a produção e reflexão acerca de valores políticos e democráticos encontraria igual ressonância em processos de amadurecimento da cultura política da população. Ou seja, dando significado e desmistificando a política, mas indo além de uma transmissão de valores, por meio de espaços e experimentações que permitiam sua própria ressignificação. Buarque (2008) argumenta, no entanto, que, nos dias atuais, a Universidade tem se constituído em espaço de desigualdades e de práticas antidemocráticas, no sentido social.

Deste modo, pretendemos neste artigo discutir, do ponto de vista do ambiente democrático e da importância de construção de valores democráticos na sociedade, o papel da Universidade, a partir da compreensão das possibilidades de construção de significado social e político para a sociedade a partir de experiências e práticas que deem um sentido político ou de formação cívica e educação política à sociedade. Assim, colocamos em tela relatos de casos para refletir sobre a Universidade como espaço democrático para a formação e consolidação de valores democráticos para a sociedade.

Neste artigo, discutiremos brevemente os desafios da Universidade como espaço de produção do conhecimento político, não apenas em seus intramuros, mas na sua capacidade de educação cívica e política na, para e com a sociedade, apresentando experiências de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvidas nos últimos anos em cursos de Administração Pública da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Trata-se das experiências em Balneário Camboriú, com o Projeto Vereador Por um Dia, e das experiências de ensino, pesquisa e extensão no Programa de Educação e Cultura Política, em Florianópolis. Nos casos

expostos, analisaremos como a partir das práticas de ensino, pesquisa e extensão, a Universidade pode alcançar elementos fundamentais de consolidação democrática, por meio de experiências que promovam a educação política, a cidadania e os valores democráticos, seja para alunos, seja para a comunidade de entorno da Universidade, seja na produção acadêmica.

Na primeira seção discutiremos brevemente o papel da Universidade em relação à democracia e à política. Em seguida, trataremos dos casos, como experiências que permitem refletir sobre as práticas democráticas e alguns desafios no fortalecimento do papel político da Universidade.

UNIVERSIDADE, DEMOCRACIA E POLÍTICA

Giroux (2010) apresenta a universidade democrática como referência ética frente aos desafios da educação superior em nosso tempo. O autor destaca, especialmente, sua importância para uma formação cidadã e crítica, para além a instrumentalização e imediatismo, e acessível a todos com metodologias e processos estimuladores de formação, enfrentando tanto a reprodução das desigualdades, quanto a precarização do trabalho docente. A partir dessa referência ética, resgatamos, a partir de uma perspectiva processual, a importância de um olhar para a construção da universidade em ação.

Poderíamos dialogar sobre os desafios institucionais, das questões de financiamento e acesso ao ensino superior (FONSECA, 2018), da participação e dos arranjos de governança nas universidades e sua autonomia por uma perspectiva jurídica, mas, para refletir a partir de um deslocamento das lentes teóricas tradicionais. A partir da provocação de Boaventura de Souza Santos em “Da ideia de universidade a universidade de ideias”, em que o sociólogo apresentar as crises enfrentadas pela universidade nos anos 1990, que incluíam as crises de hegemonia, de legitimidade e institucional (SOUZA SANTOS, 2011), refletimos sobre o a importância e conexão da crise da universidade e da própria democracia, apresentando formas possíveis de estudar essas questões.

O questionamento das universidades e da ciência, se por um lado apresentam os desafios de comunicação das instituições com relação à sua relevância e função, por outro lado pode representar um desafio societário na própria construção da democracia. Mais do que lançar o olhar para o processo de enfraquecimento e para a própria crise e crítica às universidades, o que pretendemos neste texto é apresentar criticamente as relações em torno da universidade como possibilidades de (form)ação democrática.

Não existe Democracia, diz um sem-número de teorias e reflexões, se não estivermos preparados formalmente para o seu exercício. Isso significa que de distintas formas temos que encontrar maneiras de educar cidadãos e cidadãs para o convívio em sociedade. Isso transcende o voto, mas o inclui. Isso envolve ações desafiadoras e complexas. Vai de uma transformação cultural, sobretudo numa sociedade que se acostumou a repetir, sem pensar, que “política não se discute”, até a preparação de professores para a disseminação de conteúdos estratégicos de forma condizente ao respeito à pluralidade de ideologias, partidos e pensamentos. Isso não é tarefa fácil, e não à toa, historicamente, nos vemos diante de mais de um século de História. (SANTOS; DANTAS, 2021, p. 11)

Como pressupostos, argumentamos, partindo da noção pragmatista de John Dewey, que a experiência educativa implica os sujeitos nos processos de aprendizagem, e, desse modo, apresenta um nexos profundo entre educação e democracia (BRANCO, 2010) e que a implicação dos públicos e comunidades concernidos é essencial. Dito de outro modo, além de ultrapassar a noção conteudista e uma visão produtivista para atender rankings internacionais, é necessário se reconectar às questões locais e pluralizar a perspectiva da relevância. Para além do encastelamento, das ilhas de conhecimento, é essencial pluralizar os espaços e os atores que participam desse processo.

A universidade tem sido posta em questão com relação à noção de “bem’ que agrega valor e promove o crescimento e desenvolvimento da sociedade” (PANIZZU, 2018, p. 70). Poderíamos aprofundar historicamente sobre os objetivos da formação ao longo do tempo e das justificações em torno da universidade. Se durante certo período, a formação das elites e a alta cultura passavam pelas universidades, no contexto atual, a formação mais técnica para atender mercado tem estado na ordem do dia. Mas sem entrar numa oposição entre formação para elite e formação para mercado, cabe refletir é sobre a reprodução de valores que desafiam a própria democracia. Dito de outro modo: em que medida a universidade pode contribuir para a democratização do conhecimento e para a própria democracia?

É possível vislumbrar, ainda, desafios democráticos na construção dos processos de ensino-aprendizagem, nas formas de ingresso e na pluralidade de públicos, na autonomia e financiamento das universidades, na produção e disseminação do próprio saber científico, atentando-se também para as consequências dessa ação no espaço público.

Argumentamos sobre a importância de um conhecimento aplicado e implicado, o que não separa a dimensão intelectual daquela operacional e técnica, mas as ressignifica para um público, ou seja, para a solução de problemas das comunidades. Destacamos, ainda, que não estamos propondo aqui “a respostas”, o que seria simplista e reducionista, mas procuramos apresentar as possibilidades e os desafios para consolidação da universidade como espaço democrático e para a própria democracia. Assim, lançamos a atenção a dimensões e leituras de democracia mais próxima aos sujeitos.

É preciso, como já nos apontaram os contratualistas clássicos, que pensemos a universidade como um locus privilegiado da democracia, onde deve imperar a liberdade de pensamento, a igualdade de condições e de decisão em seu interior, sem esquecer, todavia, seu fim último – formar cidadãos e profissionais aptos a pensar e repensar a sociedade em prol do bem comum e do desenvolvimento de condições que permitam à humanidade avançar em direção ao futuro (PANIZZI, 2009, p. 74)

Partindo da noção pragmatista de democracia em John Dewey, é necessário priorizar o aprender-fazendo, a interconexão teoria-prática e vida-experiência-aprendizagem (SCHMIDT, 2009). O filósofo da democracia, como intuiu Anísio Teixeira na apresentação da obra do filósofo pragmatista, entendia a democracia como mais do que uma forma de governo, e, sim, como “uma forma de vida associada” (SCHMIDT, 2009, p. 40).

A universidade, nessa perspectiva, precisa estar continuamente atenta aos novos problemas e participar das soluções, pluralizando caminhos e interações nesse processo. Parece-nos, assim, que isso passa por uma reflexão ativa sobre a experiência de aprendizagem em sala de aula, sobre os espaços colegiados e arranjos de decisão, e, sobretudo, sobre as fronteiras e limites da universidade para fora (de quem? para quem?). Nesse sentido, a tríade ensino-pesquisa-extensão pode se constituir enquanto processo de expansão de um espaço reflexivo de transformação. Mas mais do que apontar para um desenho/modelo, o que seria mais uma vez uma saída simplista, argumentamos que se trata de qualificar as dinâmicas e as experiências. A qualidade de qualquer experiência para Dewey (1979, p. 16) apresenta dois aspectos: “o imediatismo de ser agradável ou desagradável e o mediato de sua influência sobre experiências posteriores”.

Com relação aos efeitos da experiência, é necessário retomar os desafios atuais. Cristovam Buarque disserta sobre os desafios democráticos às universidades:

O desafio da universidade para as próximas décadas é maior do que mudar, é evoluir. Maior do que reformar, é inventar. Mais do que se ajustar aos tempos atuais, ela precisa inventar uma instituição nova, tão diferente da atual quanto ela foi dos conventos nos tempos da sua origem. Razões que exigem essa evolução:

- a) a velocidade com que as ideias evoluem, dentro de cada área do conhecimento, e na criação e superação de outras;
- b) a ocorrência da revolução da teleinformática oferecendo instrumentos nunca antes imaginados de como espalhar o conhecimento;
- c) a velocidade com a qual o conhecimento se espalha no mundo diretamente, sem necessidade da intermediação da universidade;
- d) o isolamento da universidade em relação às massas pobres, hoje excluídas da modernidade, por uma “cortina de ouro” que impõe um sistema de apartação;
- e) a globalização e como a economia, o saber e a cultura se interligam internacionalmente, instantaneamente. (BUARQUE, 2008, p. 73).

Desta forma, parece-nos não apenas desafiador, mas essencial empreender processos de reflexão, assim como tentamos fazer, das próprias práticas e de valores internos da Universidade. Em analogia ao título clássico do Norberto Bobbio, cabe um exercício de reflexão sobre o Futuro da Universidade. E talvez, o futuro esteja na busca pelo reencontro com uma Universidade compreendida como espaço múltiplo, diverso, democrático e inclusivo. Estaria a Universidade preparada para o futuro e para ação política? Em que medida as experiências de ensino-pesquisa-extensão permitem qualificar e consolidar ambiente propício para o desenvolvimento de valores democráticos?

Com relação à dimensão da ação política e do comportamento político dos estudantes, Costa et. al afirmam:

[...] Parece-nos óbvio que, ao buscar desenvolver um conhecimento científico da realidade nacional, a universidade capacita o estudante para a vida política na medida em que o prepara para entender e escolher conscientemente as alternativas políticas que melhor pareçam adequar-se a esta realidade. (COSTA, 1994, p.18-9)

Deste modo, é preciso entender que, o estudante universitário, ator fundamental neste processo de ação política e democrática na Universidade, está imerso num contexto, interno, que pode ou não incentivar a sua participação e engajamento político, a partir de alternativas e ofertas que lhe façam sentido

para tal, bem como fazem parte de uma sociedade, de um contexto nacional, que também se torna ambiente de sua convivência política e sua capacidade de ação democrática. Estudos como o de Monteiro (2007) vão ressaltar, por exemplo, a relação da Universidade com a cultura política, e observa o comportamento do jovem, dentro de uma instituição, em relação ao sistema político que o cerca.

Da mesma forma, professores e todo o corpo administrativo que constituem no espaço da Universidade, são vetores fundamentais do sistema de forças que podem ou não permitir práticas democráticas, experiências políticas ou vivências e convivências com valores cívicos. Cria-se na Universidade, a partir de suas práticas, estruturas, regimentos e mecanismos de controle, um ambiente, muitas vezes desigual, que somente simulam práticas exteriores de desigualdade, que servem para “criar e manter privilégios” (BUARQUE, 2008). Esta é uma reflexão necessária, pois, os valores e práticas internas, podem não fazer sentido, quando estabelecidos em um espaço que traz um simulacro das distinções sociais e, assim como argumentamos no início do trabalho, só tendem a afastar a sociedade, criando uma visão de uma Universidade distante e, de certa forma, enfraquecendo seu papel democrático.

Em tese, se em suas estruturas tem-se um aparato burocrático que, historicamente, passe a distanciar professores, técnicos e alunos de práticas democráticas, e que não incentivam valores cívicos e uma formação política sólida, isto ocasiona um aprisionamento dos sujeitos em relação às possibilidades de ação. Para Cristovam Buarque:

A universidade de hoje aprisiona cada um de seus membros em seu departamento, isolados do pensamento livre. Deixou de ser um centro de reflexão livre, de ação intelectual no sentido amplo. E se aprisiona na nova ortodoxia do “fim da história”, fazendo do universitário um privilegiado no acesso aos bens e serviços do primeiro-mundo-internacional-dos-ricos, criando na comunidade uma maneira de pensar sem contestação. Passou a criar um pensamento único que recusa todas as formas alternativas de pensar, sentir, projetar. (BUARQUE, 2008, p.72)

É neste contraponto que observamos a necessidade de se discutir, neste trabalho, como são apresentadas, então, as oportunidades, que quebram estas formas de aprisionamento, e que demonstram certa evolução, em relação às estruturas e práticas tradicionais, e envolvem mecanismos que, em última instância, não apenas promovam a participação e o engajamento político, mas também seja frutífero para a comunidade, como experiências de educação cívica, bem como

para os próprios estudantes e, porque não dizer, para a ciência, como prática política e democrática.

Costa et. al (1994), ainda, observam elementos de incentivo à participação, no ambiente universitário. Suas hipóteses de trabalho foram:

- a. A participação curricular tem uma fraca relação com o conjunto de índices que avaliam o comportamento político-eleitoral dos estudantes.
- b. Os diversos índices de participação extra-curricular (participação nas atividades de extensão, nos órgãos decisórios da universidade e no movimento estudantil) têm uma clara relação com o comportamento-político eleitoral. Os estudantes que mais participam das atividades extra-curriculares são os que apresentam os índices mais elevados de participação política.
- c. A participação extra-curricular está ligada ao desenvolvimento de atitudes políticas, apresentando os alunos que mais participam destas atividades uma maior valorização de critérios mais politizados para a escolha eleitoral e uma maior politização.
- d. Os alunos com maior participação extra-curricular são os que mais reconhecem e valorizam o papel da universidade como formadora do comportamento político. (COSTA et. al 1994, p.19-20)

Muito embora os autores tratem no estudo, prioritariamente, da participação política a partir do olhar para os movimentos estudantis, é importante estabelecermos que, este é um dos elementos que tornam visíveis o engajamento e práticas institucionalizadas da política na Universidade. Costa et. al (1994) reconhecem a dificuldade, nas conclusões, de avaliar de fato como a Universidade impacta no comportamento político.

E, portanto, nossa escolha de um olhar a partir das práticas e experiências que se institucionalizam na dicotomia curricular *versus* extracurricular, mas num olhar integrativo, possa fazer sentido. Nas duas próximas seções, nos dedicaremos a apresentar os casos que demonstrem experimentação, e que façam sentido em contribuir para refletir sobre contribuições e desafios na reconstrução da Universidade como espaço democrático e de promoção da democracia.

DEMOCRATIZANDO OS PARLAMENTOS: A Experiência do Vereador Por Um Dia

A atividade Vereador por um Dia, é um projeto desenvolvido que integra o ensino e a extensão universitária no curso de Administração Pública da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) de Balneário Camboriú. É uma atividade de ensino realizada desde 2017 no curso de Administração Pública e em 2018, com a criação do LISS Controle Social – hoje Laboratório de Participação e Controle Social -, foi incorporada como uma ação do programa de extensão⁴.

Nessa atividade, os alunos se organizam em duplas, sendo um vereador e um assessor, elegem a mesa diretora, as lideranças de governo e da oposição, e organizam as comissões legislativas permanentes. O projeto atualmente é composto por 10 atividades, no qual cada Vereador Por Um Dia (acadêmico) desenvolve um perfil público, ao menos uma proposição legislativa, um texto de exposição/defesa da sua proposição e participa de uma reunião ordinária simulada na Câmara. Para aproximar o máximo do processo legislativo real, as proposições são desenvolvidas e tramitadas nas comissões permanentes, que seguem procedimentos similares ao que o ocorre na Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú, visto que se utiliza como guia a Lei Orgânica Municipal de Balneário Camboriú e o Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú (UDESC, 2022).

Desde a sua criação em 2017, a atividade Vereador por um Dia vem sendo executada pelas turmas da 4ª fase do curso e atualmente está em sua 12ª legislatura. Nesses mais de cinco anos de atividades, foram envolvidos o total de 84 estudantes como Vereadores Por Um Dia - totalizando 169 participantes, 74 proposições legislativas foram propostas até este momento, entre elas: emendas a lei orgânica, projeto de lei complementar, projeto de lei ordinária e resoluções.

A fim de dar transparência às ações realizadas durante toda a atividade, bem como monitorar o impacto das postagens e servir como repositório criou-se inicialmente um blog⁵, disponibilizado online o perfil de cada vereador, bem como suas propostas de proposições. O blog permite também inspirar outras

4 Programa Coordenado pelo Prof. Luiz Filipe Goldfeder Reinecke. Na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) há o Programa de Apoio à Extensão e Programa de Incentivo à Creditação da Extensão Universitária (PAEX-PROCEU). Bianualmente via edital, dispõe-se de recursos financeiros da própria universidade para as ações de extensão em concorrência global. As ações podem ser submetidas em projetos, cursos, eventos, prestações de serviços ou quando mais estruturadas (compostas de três ou mais atividades) são denominadas de programas.

5 Disponível em: <https://vereadorporumdia.blogspot.com>

instituições de ensino interessadas em replicar a iniciativa. Além disso, qualquer cidadão pode acessar o blog, comentar, sugerir melhorias e compartilhar em redes sociais, os conteúdos ali postados, permitindo que o próprio legislativo interaja e acompanhe repercussão das propostas da atividade simulada.

A criação do blog, deu-se em abril de 2017, e até outubro de 2022 contou com mais de 29 mil acessos e houve um total de 128 postagens, sendo as mais relevantes:

Quadro 1 - Postagens com mais acessos no Blog Vereador Por Um Dia

Ranking/Título da Postagem	Autoria	Acessos	Comentários
1. Inclusão do dia LGTT em Balneário Camboriú	Karoen Mello	755	4
2. Troca da leitura da Bíblia pela Constituição no Legislativo	Marcos Borges	586	6
3. Obrigatoriedade de Ensino Superior para cargos comissionados	Mauro Riquelme	570	47
4. Ausência de estacionamento público	Juliana Camargo	561	23
5. Oficina de formação em Economia Solidária	Alexandre Vieira e Vinícius Ikeda	482	9

Fonte: Blog Vereador Por Um Dia (2022)

O encerramento da atividade acontece na câmara municipal de Balneário Camboriú, com a simulação de uma seção ordinária, em que as proposições elaboradas durante toda a atividade são discutidas para sua aprovação ou não. Esse processo formativo coloca o estudante como ator central e nessa etapa, o acadêmico vivencia a realidade do legislador e se coloca como o representante do município, assumindo a responsabilidade exercida pelo vereador e sua equipe no processo legislativo.

Em relato, a acadêmica Rafaela Dalago, vereadora na 1ª legislatura, registrou:

Prática sempre mostra que há algo a aprender [...] a partir do momento em que se é um representante, é preciso pensar no que tem que ser feito para melhorar a vida das pessoas. Melhorar a vida das pessoas é olhar os detalhes, pensar e fazer de um jeito que beneficie a todos (UDESC, 2022).

Essa experiência permite, então, num espaço simulado, que os estudantes de administração pública ocupem o espaço do legislativo municipal e que o legislativo e a comunidade interajam com a própria universidade. Numa perspectiva de educação política, a atividade representa a abertura do parlamento.

A ideia é que seja uma via de mão dupla. Quanto mais pessoas compreenderem o papel do Poder Legislativo, maior a necessidade de o Legislativo se adequar à sociedade, ser mais transparente e envolver os cidadãos. Por outro lado, as pessoas devem sentir-se corresponsáveis pela coisa pública sendo propositivas, ou seja, buscando o Legislativo (UDESC, 2022)

Uma série de passos foram dados para consolidar a institucionalizar o projeto, como a apresentação de proposta de resolução para instituição do Programa Vereador Por Um Dia pela Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú, a parceria com a Escola do Legislativo, a mentoria de vereadores e a replicação da experiência com outros professores da UDESC.

A proposta de resolução, por exemplo, visava a criação de um programa que a Câmara de Vereadores, via Escola do Legislativo, para criar editais em que universidades pudessem realizar as atividades de formação nos moldes do Vereador Por Um Dia com suas turmas de acadêmicos ou mesmo propor para outros públicos via extensão universitária, a exemplo de conselhos municipais, associações de moradores, entre outros.

O ano de 2020 iniciou com *lockdown* e pandemia, que trouxeram impactos também ao projeto. Iniciamos a realização das sessões ordinárias do projeto no formato online, devido a indisponibilidade da realização das atividades presenciais na câmara de vereadores. As quatro legislaturas de 2020 e 2021 foram realizadas em sala de aula e finalizadas com sessões ordinárias online. O uso do blog e da realização da sessão ordinária no formato online demonstrou que a atividade era adaptável ao período de excepcionalidade, ao mesmo tempo apresentou os desafios e necessidade de aprofundar em ferramentas e metodologias que ampliassem a participação e engajamento.

Assim, estabelecemos nova parceria com a Priorize, plataforma para escuta e priorização coletiva de percepções, e no início de 2022 foi iniciado o desenvolvimento de uma nova interface digital do projeto, já com um novo domínio⁶. A plataforma foi desenvolvida junto ao CEO da Priorize, André Leirner, e com base na interface do Priorize desenvolvida para outras experiências, como Rio Doce (ES) e Rio Paraíba do Sul (SP), permite participação de usuários. Assim, com a plataforma, o blog passou para uma mídia social, na qual além das postagens e discussões acerca das legislaturas e dos problemas ou soluções (proposições) dos seus mandatos, das proposições que estão em tramitação, poderia integrar e pluralizar usuários para discussões por meio das chamadas “Mesas de debate”.

6 <https://www.vereadorporumdia.com.br>

Outra inovação foi a inclusão da possibilidade de interação do tipo *Wiki* das proposições legislativas no item “Foro de Propostas”. A plataforma atualmente está em implantação com os mandatos 2022.1 e 2022.2, nos quais estão sendo feitos testes de usabilidade, inserção das propostas e inserção de usuários. Pretende-se em 2023 que a plataforma passe a ser povoada, ou seja, pretende-se a abertura da plataforma com a possibilidade de inclusão de participantes da comunidade para interação contínua com as propostas vindouras.

Com relação à mentoria de gabinetes, por meio da parceria com a Escola do Legislativo, os estudantes passam a dialogar mais com os gabinetes e vereadores, interagindo e compreender de modo ampliado, para além da sala de aula, o legislativo. Em 2022, todos os 7 mandatos do ano de tiveram acompanhamento e suporte de um mandato no desenvolvimento das suas propostas legislativas. A mentoria consistiu no apoio técnico e pedagógico ao estudante, no processo de formação dele como um legislador, tendo o mentor o compromisso de dar retorno sobre sua proposta. Este feedback pode ser realizado por meio de acompanhamento do grupo de mensagens criado para diálogo entre o Vereador Por Um Dia ou mesmo no encontro entre Mentores e Vereadores Por Um Dia em sala de aula, agenda realizada antes da sessão ordinária.

A mentoria resultou em um salto qualitativo no processo de aprendizagem dos estudantes, bem como na inserção das propostas e temáticas dos Vereadores Por Um Dia nos mandatos legislativos. Vereadores e suas equipes de mandato vieram à universidade trazer seus desafios cotidianos no dia do feedback aos mentorados, os estudantes passaram a visitar órgãos públicos, beneficiários das políticas públicas ou afetados pelos problemas qualificando a perspectiva de legislar.

Nesse processo, incluímos também apresentações para prestar contas das atividades, aulas e diálogos com Secretário Parlamentar sobre o funcionamento e o processo legislativo da Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú. A partir da ampliação e consolidação da parceria com a Câmara de Vereadores, a universidade também ocupou espaços na mídia e uma agenda contínua com a Câmara de Vereadores, via Escola do legislativo, aproximando os estudantes dos desafios locais, assim como os vereadores da universidade.

As parcerias estabelecidas com a Escola do Legislativo e o Priorize, por exemplo, possibilitam ir além dos muros da universidade. Após cinco anos do início do projeto, identificamos dois grandes desafios para o cumprimento dos objetivos de ampliar a relação democracia-universidade. Os maiores desafios estão na compreensão de que o estudante é um cidadão em ação, ou seja, ele

possui a capacidade de mudar a realidade e a universidade é um potente instrumento de transformação social. Além disso, o importante desafios de aproximar o legislativo e a universidade, qualificando projetos e olhares para e com a sociedade sobre os desafios da cidade, por meio de estudos de uma academia e um parlamento abertos.

Nesse sentido, os canais de divulgação e as plataformas podem contribuir para aproximar cidadão, indo além da disponibilização de conteúdos. Mas para além das ferramentas, as dinâmicas e a ampliação da participação dos usuários na discussão das propostas, e a contribuição da universidade com estudos e pesquisas a partir dessas demandas, podem contribuir com interações que estimulem o engajamento da população para uma reflexão democrática, crítica e cidadã no município.

INTEGRANDO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO PARA A EDUCAÇÃO POLÍTICA: A Experiência do NISP Cultura Política

As práticas aqui relatadas, partem de uma filosofia de compreensão da Universidade que, à despeito de todos os desafios já postos neste artigo, possui também campo fértil para a ação democrática. Trata-se de um espaço que, apesar das históricas dificuldades de acesso de forma inclusiva e diversa, possui a capacidade de reflexão constante sobre seus problemas e desafios, pois este é o papel da ciência. Esta experiência é relatada, portanto, numa visão constituída de três elementos fundamentais, que hoje caracterizam e dão base para a continuidade das ações: tempo, espaço e linguagem.

De forma breve, mas necessária, entendemos que o tempo tem uma compreensão diferente por diversos atores, e especialmente em se tratando da Universidade, o tempo institucional e a prática científica possuem elementos que condicionam o tempo de uma forma que, quando posto em contraste com a necessidade e muitas vezes, com a urgência da sociedade por respostas rápidas, o tempo é um fator de pressão para os atores da Universidade, limitados pela estrutura burocrática e muitas vezes pelas políticas internas e externas.

Quanto ao espaço, apesar de aqui neste artigo tratarmos de experiências em uma Universidade que se coloca como pública, gratuita e de qualidade, é comum ouvirmos da comunidade a compreensão de uma instituição fechada e distante. Isto, porque, por muito tempo, a Universidade tornou-se um espaço inacessível, como, mesmo na Universidade pública, não se constitui em espaço acolhedor

para a sociedade, quem muitas vezes passam uma vida sem acessar a estrutura física. Além disso, a Universidade quando compreendida como espaço, lugar, muitas vezes nos conecta ao terceiro meio: a linguagem.

A Universidade, a ciência, possuem linguagens e meios de se expressar muitas vezes distante ou inacessível ao grande público. É fato que o conhecimento científico tem o objetivo também em si mesmo, relativo ao desenvolvimento da ciência e de sua capacidade de reflexão e autoquestionamento, mas também precisa ter alguma utilidade social, não apenas nos efeitos (nas suas invenções ou inovações), mas também na relação, nas suas intenções. Com isto, apesar de grandes feitos, ou até mesmo de experiências exitosas – como as aqui apresentadas. Deste modo, entendemos, portanto, que a Universidade deve ser um espaço não apenas dialógico com a sociedade, mas deve ser um espaço público, em que a sociedade se entenda dentro e como parte dele.

Entre os anos de 2010 e 2016, no Curso de Administração Pública da Udesc em Florianópolis, desenvolvemos práticas de ensino e extensão a partir da disciplina Desenvolvimento Comunitário, que para aquele momento eram tanto inovadoras quanto desafiadoras. Mesmo com uma visão curricular da prática (ou seja, uma extensão que partia de uma lógica de um plano de ensino), a partir das ações com comunidades da região de Florianópolis, buscávamos estimular os alunos a compreenderem a demanda da comunidade e, com um suporte teórico, levar soluções para estas comunidades.

Nestes anos de experiências, tivemos uma relação de longo prazo com uma Associação de Moradores, onde estudantes da Universidade, de forma inédita, provocaram alunos do ensino médio daquele bairro a, com o apoio institucional da Associação, modificarem o seu estatuto, criando uma Diretoria Mirim, onde as crianças do bairro passariam a ter voz e decisão em questões da Associação. Outros trabalhos, como realização de mutirões, intervenção em escolas ou até mesmo visitas a comunidades agrícolas, fortaleceram a necessidade que tínhamos de que a sala de aula não se tornasse apenas um parlatório professoral, nem tampouco se perdesse apenas no conhecimento teórico, que importante e necessário, precisava fazer sentido para os alunos – e por quê não, para a comunidade de entorno da Universidade.

Mas, havia um grande desafio, além das conquistas: como toda disciplina, muito embora tenhamos um plano de ensino, uma das escolhas iniciais seria pela eleição, dentre a própria turma, da experiência ou das experiências práticas que seriam vivenciadas a partir do semestre, que precisariam fazer sentido para os alunos. Logo, a imersão política iniciava já no primeiro dia de aula, com uma

assembleia que definiria os rumos práticos da disciplina. Assim como um importante momento de participação e aprendizado, foi também o momento que decretou o fim da experiência, quando uma turma decidiu por “aulas convencionais e provas”. Muito embora depois viéssemos a ter uma experiência prática, aquele momento gerou uma decepção profunda na crença de que “todos gostariam de vivenciar a experiência inovadora, fora de sala de aula”.

Assim, no ano seguinte, encerrava-se o Programa de Extensão que fazia a interação com a disciplina, mas ao mesmo tempo abria-se nova oportunidade. Surge, então, por demanda de alunos, o Programa NISP Cultura Política. O NISP⁷ – Núcleo de Pesquisa e Extensão em Inovações Sociais na Esfera Pública, foi a casa que abrigara, desde o início (e ainda abriga), os Projetos destas experiências. Os alunos do curso de administração pública pediram um espaço de diálogo entre Universidade e comunidade, que abarcasse o tema política.

Naquele momento, vínhamos desenvolvendo metodologia – ainda embrionária à época – de criação de jogos para educação política e em administração pública, cujo relato completo da experiência e metodologia encontra-se em Pinheiro, Braun Neto e Gonsalves (2021), buscando parcerias com a Câmara Municipal de Florianópolis (que se tornou infrutífera, por questões burocráticas) e promovendo eventos com o objetivo de promover a educação política. Com a crença e conteúdo trazidos a partir da corrente teórica da Cultura Política (Almond; Verba, 1963; 2015; Peschard, 1994), passamos também, aos poucos, com a atração de alunos da graduação e, posteriormente, da pós-graduação em administração, a desenvolver e consolidar pesquisa, com publicações na área, até a criação de uma disciplina eletiva no mesmo curso de pós-graduação, com o tema Cultura Política.

Mas, foi ainda no início que estabelecemos uma filosofia participativa para o programa. Não apenas considerando a demanda dos alunos, mas para se firmar como extensão, convidamos aqueles que faziam parte de organizações em que os temas da política e democracia fizessem sentido, a se juntar para pensarmos o programa. O programa como extensão iniciou de fato com uma reunião aberta, com aproximadamente 15 pessoas, para o planejamento das atividades e desenho de processos de base. Foi criado um modelo de gestão por células de trabalho, com adesão de voluntários e parceiros em ações de interesse. A primeira formalização institucional deu-se com a assinatura do convênio com o Instituto Politize!, trazendo, em seguida, a promoção do “Embaixadores Politize!”, programa de

7 Site institucional: blogdonisp.com.br

formação de multiplicadores em educação política, com uma edição regional sendo realizada nas instalações da Udesc Esag. Em 2020, em aproximação com a Controladoria Geral do Estado de Goiás, participamos como parceiros da experiência em um programa de Educação Cívica em Goiás naquele local, chamado Embaixadores da Cidadania. Este último, realizado de forma digital, nos deu não apenas visibilidade, mas possibilidade de inserção estadual de nosso programa de extensão. Estas práticas foram dando corpo e credibilidade às nossas ações e nos tornando conhecidos. Com as parcerias, os desafios relativos ao tempo foram minimizados, tornando-se possível responder a algumas das demandas da comunidade, em tempo real.

Nestes anos, também, o Programa evoluiu. Hoje, como extensão, leva o nome de Programa de Extensão em Educação e Cultura Política, enfatizando o caráter educador, já que boa parte de nossas ações passou, também, por um processo de adequar a nossa linguagem para tornar o conhecimento advindo das pesquisas, em algo de rápida absorção. Com isso, ocupamos importante espaço na mídia local, chegando a ter programa ao vivo por alguns meses, toda segunda-feira, em uma Rádio na cidade de Criciúma, no sul do estado de Santa Catarina. Além disso, nos momentos críticos da vida política, como eleições ou fatos marcantes, passamos a ser procurados pela imprensa, justamente pelo caráter de produção de um diálogo fácil e profissional sobre a política e seus temas. A linguagem científica, portanto, é mantida para a produção especializada, mas conseguimos levar o mesmo conteúdo, para outros espaços, sem perder a qualidade.

E como experiência de interação com o ensino, o Programa se consolidou a partir da metodologia de criação de Jogos para a Educação Política, o que avança para a interação com a pesquisa. Muito embora já tenhamos especificado que há uma publicação sobre a metodologia e sua história, vale ressaltar que ela tem sido de grande valia em relação aos três desafios postos, no início do relato desta experiência, além de abarcar as três dimensões da Universidade: o ensino, a pesquisa e a extensão. Com isto, além de tornarmos o espaço de sala de aula um espaço de diálogo e produção do conhecimento, como deve ser, também trazemos a experiência e a possibilidade de os alunos se tornarem protagonistas, ao serem estimulados a desenvolver jogos, a partir do material teórico ou de temas relativos à política. O importante, está na compreensão de um trabalho que faça sentido para a educação política de determinado público, escolhido por eles. Temos observado que, ao longo dos anos, é uma experiência não apenas de ludicidade no aprendizado, mas que possibilita os estudantes desenvolverem um senso crítico, ao se colocarem no papel de produtores – e não apenas receptores – de um processo de

educação. Além disso, buscamos na pesquisa (em artigos, livros e outros materiais) o suporte para esta ação. Pela extensão, o Programa oferta a metodologia para outras instituições. Em 2020 finalizamos a nossa primeira oficina, e somente após a pandemia (2022) retornamos aos jogos em sala de aula, e agora, em 2023 pretendemos retomar o processo de difusão da metodologia para outros atores, já com parceiros dialogando para fazer em instituições da rede pública, e outras que se interessarem.

Além disso, vale ressaltar que, ao longo dos anos, todo o processo que passamos, todas as experiências, fizeram também com que criássemos mecanismos de divulgação e diálogo com o público, utilizando hoje especialmente o Instagram. Mas, com a pandemia e a migração, por dois anos, da Universidade para os espaços virtuais, passamos a produzir também eventos com transmissão ao vivo e mantendo as gravações em um canal do YouTube. Assim, cobrimos a guarda do conhecimento e dos diálogos produzidos, alcançando o público de forma constante, até mesmo aquele que procura certo conhecimento, mas ao invés de acessar a Universidade, fisicamente, se dirige ao universo virtual, onde encontra seu lugar de conforto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do artigo, discutimos o papel da Universidade como espaço democrático e lugar de discussão da política em sentido amplo. Partimos, exatamente, da compreensão e reflexão acerca das críticas que a Universidade e a ciência recebem, especialmente em se tratando de posicionamento político. Muito embora tenha se percebido nas experiências o caráter de inovação para a educação política, em nenhum momento houve, sequer, menção a posições ideológicas ou a necessidade de combater as próprias críticas, sobre as quais refletimos.

Expusemos, ainda, a construção de uma Universidade desigual, que muitas vezes não consegue incluir a todos, ou no seu aparato normativo e burocrático, estabelece um limite e uma diferença clara entre seus partícipes. Ao olhar para os relatos, percebemos que é possível protagonizar ações que façam sentido tanto para a comunidade quanto para a Universidade, respeitando tanto o aspecto normativo e as exigências curriculares, como também, inserindo alunos e professores na ação junto às comunidades.

É fato que a sociedade precisa entender o papel da Universidade e a possibilidade de construção de valores democráticos a partir dela. Mais ainda, a Universidade precisa se apresentar para a sociedade, como instituição basilar da democracia. A ciência tem um papel político, inclusive, com sua capacidade de

promover uma maior igualdade e a compreensão de mundo, a partir de seu próprio conhecimento e capacidade de reflexão. Porém, é preciso que as iniciativas, de fato, estimulem a participação e encontrem a adequada forma de estabelecer o diálogo com a sociedade, e não esperar que os feitos e conquistas de mérito acadêmico, tenham por si só um efeito na sua imagem, criando respeitabilidade imaginária perante a população.

Do ponto de vista da educação política e cívica, percebe-se pelas experiências apresentadas o poder de impacto que ações, muitas vezes de baixa complexidade, podem ter junto aos diferentes públicos com os quais a Universidade se relaciona. O caráter imersivo da experiência do Vereador por Um Dia, ou o desenho participativo e interativo das ações e práticas relatadas do NISP Cultura Política, consistem em um passo para uma aproximação da Universidade com a sociedade, que possibilite a construção de valores democráticos.

Entendemos a experiência simulada da vereança permite uma reflexão diferenciada sobre a política na cidade para diversos atores, e permite impactar vida e carreira do estudante. Do mesmo modo, aqueles estudantes que atuaram na promoção da educação política, por meio dos jogos ou da criação de conteúdo político em linguagem simples, carregarão consigo a importância do seu papel em educar a sua sociedade sobre a democracia. Tudo isto, a partir de uma Universidade, que sabe que precisa ser aberta, acessível, tomar um tempo que reconheça as urgências da sociedade e, sobretudo, que possa dialogar de forma que as pessoas possam compreender, em sua própria língua, o valor que a Universidade tem em produzir um ambiente político melhor e mais saudável.

Os relatos permitem avançar na reflexão sobre a abertura da universidade, evidenciando a contribuição da tríade ensino-pesquisa-extensão. Como desafios, cabe também uma reflexão implicada sobre: i) como essas experiências ajudam a enfrentar a crise de representatividade e legitimidade vivenciada em nossas realidades no caso do ‘Vereador por um dia’ e pluralizar atores e processos para que a própria experiência formativa seja de um parlamento aberto, que se engaja com as questões da cidade?; ii) como mobilizar os próprios estudantes em uma formação que vá além das aulas expositivas e seja implicada com a realidade, frente aos desafios vivenciados pelos estudantes-trabalhadores em suas agendas, para as quais muitas vezes atividades externas esbarram em dificuldades financeiras e, ao mesmo tempo, não existem “gabaritos” de respostas e, por isso, implicam envolvimento ainda maior como relatado na experiência da disciplina de Desenvolvimento Comunitário?; iii) como aprimorar a comunicação científica sem reduzir em seu conteúdo e ampliando a capilaridade e o diálogo com a

mídia e com a própria comunidade (cidadãos e gestores), que amplie ainda mais a abertura da universidade para o diálogo (não apenas para a transmissão) que identificamos na experiência do NISP Cultura Política e das legislaturas como vimos no Vereador Por Um dia?

Os relatos que trouxemos, então, servem como ponto de partida para a reflexão sobre universidade-democracia a partir de experiências concretas, não como “os exemplos”, mas sim como possibilidades que se abrem, assim como tantas outras desenvolvidas no seio da Universidade. A própria escrita dos casos nos trouxe a possibilidade de refletir sobre os valores que estão postos, os atores que estão envolvidos e engajados (assim como os que estão fora) e sobre o desenho e a dinâmica. Ao dialogarmos sobre uma perspectiva de democracia por meio da ação é que apontamos que a dinâmica das experiências importa, de que os caminhos devem ser feitos e trilhados com os atores de modo cada vez mais plural e, que esse processo, como identificado nos casos exige um amadurecimento com relação à própria linguagem.

Por fim, apontamos como dimensões de análise para pesquisas futuras nessas e noutras experiências: quais atores e como pluralizar e integrá-los?; quais os desafios e mediações na/pela linguagem?; como relações e dinâmicas permitem e espriam valores democráticos e os ressignificam?; que universidade para que democracia queremos?. Sobretudo, destacamos que a contribuição da universidade para a democracia vai além da tríade, como apresentado aqui por meio de alguns, o que significa apenas um esforço de reflexão sobre as práticas administrativas, e passa, portanto, pela abertura e reflexão sobre a gestão e os espaços de decisão na burocracia acadêmica.

Referências Bibliográficas

- ALMOND, G. A. Verba, S. **The Civic Culture**. Princeton University Press, 1963.
- ALMOND, G. A. Verba, S. **The civic culture: Political attitudes and democracy in five nations**. Princeton university press, 2015.
- BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- BRANCO, Maria Luísa. O sentido da educação democrática: revisitando o conceito de experiência educativa em John Dewey. **Educação e Pesquisa** [online]. v. 36, n. 2 [Acessado 11 novembro 2022], pp. 599-610. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-97022010000200012>>, 2010.
- BUARQUE, Cristovam. Universidade e democracia. **Revista USP**, n. 78, p. 68-77, 2008.

COSTA, J.B.; TORRES, A.R.; BURITY, M.H.; CAMINO, L. Universidade: espaço institucional para o desenvolvimento político. **Revista Temas em Psicologia**, n. 2, p 17-35, 1994.

DEWEY, John. **Experiencia e educação**. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1979.

FONSECA, Ricardo Marcelo. Democracia e acesso à universidade no Brasil: um balanço da história recente (1995-2017). **Educar em Revista** [online]. v. 34, n. 71 [Acessado 11 outubro 2022], pp. 299-307. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-4060.62654>>, 2018.

GIROUX, Henry. Ensino superior, para quê?. **Educar em Revista**. v. 37, p. 25-38, 2010.

PANIZZI, Wrana Maria. A autonomia e a democracia na universidade e seus dilemas. **Revista Práticas de Administração Pública**. v. 2, n. 2, p. 70-80, 2018.

PESCHARD, J. **La cultura política democrática**. México DF: Instituto Federal Electoral, 1994.

PINHEIRO, D. M.; BRAUN NETO, J.; GONSALVES, A. In: TEIXEIRA, C. S. et al. (Org.). **Educação fora da caixa 6: tendências internacionais e perspectivas sobre inovação na educação**. Florianópolis, SC: Trem da Ilha Serviços Editoriais e Computacionais, 2021.

SANTOS, Alexsandro; DANTAS, Humberto. Apresentação – Desafios atuais da educação política no Brasil. **Revista Parlamento e Sociedade**. v. 9, n. 17, p. 11-13, 2021.

SCHMIDT, Ireneu Aloisio. John Dewey e a educação para uma sociedade democrática. **Revista Contexto & Educação**, v. 24, n. 82, p. 135-154, 2009.

SCHWARTZMAN, S. **Ciência, Universidade e Ideologia: a política do conhecimento**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2008.

SANTOS, Boaventura Sousa. Da ideia de universidade à universidade de ideias. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. n. 27/28, p. 11-62, 1989.

UDESC. **Professor da Udesc Cria Metodologia para Ensinar Sobre o Poder Legislativo a Alunos de Administração Pública**. Disponível em: <https://www.udesc.br/noticia/professor_da_udesc_cria_metodologia_para_ensinar_sobre_o_poder_legislativo_a_alunos_de_administracao_publica>. Acesso em 12/12/2022.

Movimentos Suprapartidários: Escolas de Formação de Políticos sem Ideologia?

Priscila Schmitz¹
José Paulo Martins Júnior²

Resumo

O objetivo deste ensaio é apresentar um mapeamento das experiências de formação política dos movimentos suprapartidários de renovação política. Esta é a primeira tentativa de sistematização comparada sobre a interseção entre formação política e movimentos de renovação. Para tal, fez-se necessário a consulta dos sites dos movimentos e a realização de entrevistas com seus líderes e quadros de coordenação. Os movimentos suprapartidários surgem na arena política-eleitoral brasileira em 2016 com o discurso de produção de formação política voltada para a renovação de lideranças políticas, contrapondo a rotulação entre velha e nova política, trazendo questionamentos sobre modelos de representação e dinâmica partidária. Os resultados mostram que nem todos os movimentos suprapartidários estão preocupados com a questão da formação política. Em alguns casos, há a oferta de cursos de formação política básica, enquanto outros focam na capacitação em determinados temas e áreas das políticas públicas. O apoio a candidaturas e mandatos é uma tônica em quase todos os movimentos analisados.

Palavras-chave: movimentos suprapartidários; movimentos de renovação; renovação política; escolas de formação política; formação política.

1 Doutoranda em Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ). Mestra em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC) pelo CPDOC/FGV. Bacharela em Ciência Política pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e bacharela em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

2 Bacharel em Ciências Sociais, mestre e doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF)

Introdução

No segundo semestre de 2021, a Revista Parlamento e Sociedade³ lançou uma edição, organizada pelos professores Alexsandro Santos e Humberto Dantas, sobre os desafios atuais da educação política no país. Os artigos reunidos nesta edição discutem sobre as diversas práticas de disseminação de conteúdos estratégicos para o exercício da Democracia, fundamentado num dos seus pilares: respeito à pluralidade de ideias, de valores, de pensamentos, de ideologias e, consequentemente, dos partidos. Na época, pude publicar um dos principais resultados fruto da minha dissertação de mestrado, intitulada *Entre a obrigatoriedade e a execução: as fundações partidárias brasileiras e a formação política* (DUARTE, 2021).

Assim como na minha dissertação, no artigo publicado nessa edição da revista, *Educação Política e Doutrinação Política – diferenças e espaços legítimos* (SCHMITZ, 2021), o meu propósito foi demarcar e definir o que se entende por formação política, deslocando epistemologicamente a aproximação entre os conceitos de educação e formação política e apresentando uma definição mais objetiva desse último. Ademais, concerne àquela produção a aproximação do termo formação política com “doutrinação política”, sobretudo ao apresentarmos suas características enquanto fenômeno social e político, em contraposição às elucidações acerca do tema da educação política e da expansão para a política partidária e de escolas legislativas. Em decorrência deste debate, propus uma reflexão acerca da compreensão dos espaços legítimos de doutrinação e formação política e da importância que estes atores têm na propagação de valores democráticos, principalmente no respeito à pluralidade de ideias presente na sociedade.

De lá para cá, procuro cada vez mais me dedicar ao estudo sobre agrupamentos da arena política-eleitoral que têm como um de seus compromissos a promoção de atividades voltadas para a formação e qualificação de atores políticos. Além dos partidos políticos e suas respectivas fundações partidárias, desde 2016 diversos movimentos suprapartidários de renovação emergiram no cenário político brasileiro, apresentando-se como organismos plurais de formação de lideranças políticas, com a proposta de qualificar líderes, aperfeiçoar os quadros de representantes políticos do país e modificar modelos de representação e a sua efetividade dentro das reflexões dos valores democráticos.

Por ser um fenômeno político recente, com repercussão ainda a ser mensurada, poucos trabalhos dissertam sobre esses movimentos. Em face da exiguidade

3 Revista Parlamento e Sociedade. São Paulo. v.9 n.17 p.1-132 jul.-dez. 2021.

de literatura específica sobre os movimentos suprapartidários no Brasil, propus ao professor José Paulo Martins Júnior começarmos a desenhar uma linha de pesquisa sobre os movimentos suprapartidários, a fim de identificar, quantificar e qualificar os desdobramentos políticos, eleitorais e partidários desse fenômeno. Indo ao encontro da proposta desta edição da Revista Parlamento e Sociedade sobre a relação entre comportamento político e valores democráticos, tentamos compreender o que os atores entendem enquanto formação política e como isso se dá nesses movimentos. O presente texto pretende esgotar todas as particularidades envolvidas na emergência, no funcionamento e na organização desses movimentos. Contudo, apresentamos ao leitor questionamentos e informações sobre como ocorre a atividade de formação e renovação política dessas organizações.

O que esses atores entendem como escola de formação política? Que tipo de cursos são oferecidos para os seus alunos? Quais são os fundamentos que sustentam a bandeira da formação e renovação política por esses movimentos? Essas perguntas podem ser respondidas com o que já temos à nossa disposição, seja em seus sítios eletrônicos oficiais, juntamente com entrevistas realizadas com coordenadores dessas organizações. Esses questionamentos têm como finalidade lançar luz sobre as ideologias, metas e finalidades táticas e institucionais por trás da proposição de renovação e transformação da representação política e formação de novas lideranças.

Posto isto, tentaremos nesse ensaio, sintetizar e descrever aspectos da ação de formação política dos movimentos suprapartidários. O artigo está dividido em quatro seções. Na primeira seção - *Educação política e formação política: demarcações teóricas* -, apresentaremos o debate sobre as limitações, definições e demarcações dos conceitos. Na segunda seção - *A formação política e os partidos no Brasil* -, debatemos como a formação política é produzida no Brasil, a partir do debate sobre as atividades e materiais de formação política produzida pelos partidos e suas respectivas fundações. Na terceira seção - *Os movimentos de renovação e seus cursos de formação* -, apresentaremos os resultados das entrevistas com as lideranças dos movimentos suprapartidários, sobretudo no que tange à questão da instrução política. Por fim, na quarta e última seção - *Afinal, movimentos suprapartidários são escolas de formação de políticos sem ideologia?* -, é apresentada uma provocação sobre a adesão dos termos e seus espaços legítimos de atuação.

Educação política e formação política: demarcações teóricas

Antes de mais nada, cabe resgatar o debate sobre a diferença existente entre os conceitos de educação política e formação política. Nosso objetivo nesta seção é retomar o que fora apresentado no artigo publicado na Revista Parlamento e Sociedade⁴ do segundo semestre de 2021, onde a autora Priscila Schmitz (2021) apresenta distinções entre os conceitos a partir do deslocamento epistemológico do termo formação política com o conceito de educação política, e do entendimento das suas características enquanto fenômeno político e social. Posto isto, a argumentação teórica desta seção encontra-se fundamentada tanto no artigo *Educação Política e Doutrinação Política – diferenças e espaços legítimos* (SCHMITZ, 2021) quanto na dissertação *Entre a obrigatoriedade e a execução: as fundações partidárias brasileiras e a formação política* (DUARTE, 2021).

Regularmente nos deparamos com o tratamento de formação política enquanto um sinônimo de educação política. Apesar da factibilidade de operar uma aproximação entre os conceitos, tendo em vista que a formação política é um dos elementos integrantes e mecanismo necessário no processo de educação política, estes conceitos não podem ser reputados na sua transitabilidade, de forma que não podem ser lidos essencialmente como mero sinônimo.

Apesar das diferentes perspectivas e caracterizações sobre tais atividades, a educação política pode ser entendida como a concepção e a realização de programas e atividades contínuas voltadas para a sociedade civil, onde o elemento fundamental é a manutenção da neutralidade e da defesa da pluralidade e da liberdade individual, sem propagandear diretrizes ideológicas diretas, sendo assim, respaldadas pela ética suprapartidária. Diversos autores identificam, como aspecto essencial da educação política, a característica do suprapartidarismo, de forma que as diversas visões e ideologias presentes na sociedade sejam respeitadas e evidenciando a perspectiva da neutralidade na produção de suas atividades, tendo a defesa da qualificação da prática democrática mais efetiva para os cidadãos como objetivo, para que a formação política gere o poder de fortalecer os princípios e instituições, bem como a participação e representação política (DANTAS, 2010 e 2017; ALENCAR et al., 2016; ALMEIDA, 2016; DUARTE, 2021; SCHMITZ, 2021).

Nos estudos produzidos nacionalmente sobre educação política são encontradas conclusões que avançam para o desenvolvimento do conhecimento político

4 Revista Parlamento e Sociedade. São Paulo. v.9 n.17 p.1-132 jul.-dez. 2021.

(FUKS, 2014), para o aumento dos níveis de confiança em instituições políticas e maiores níveis de compreensão e de participação política (FUKS; CASALECCHI, 2016) e o amadurecimento progressivo da cultura política (DANTAS; COSSON; ALMEIDA, 2015). Parece-nos que a maioria dos conceitos elencados pelos cientistas sociais e políticos está relacionada ao processo educacional mais formal e permanente. Desta forma, com base na literatura supracitada e nos apontamentos de Jardim (2018), as diferentes concepções de educação política podem ser reduzidas em uma dimensão essencial: produção de programas e atividades contínuas, voltadas à sociedade civil, tendo como elemento central a dimensão da neutralidade e da defesa da pluralidade e da liberdade individual, sem apresentar interpelações ou diretrizes ideológicas e fundadas na ética suprapartidária.

Se a formação política tem como objetivo fortalecer instituições democráticas, a participação e a representação política, é porque grande parte dos programas de formação política são produzidos com base em pressupostos programáticos de ideias, valores e ideologias específicas, de forma que a doutrinação de suas ideias é a chave para definição e compreensão deste conceito. Sendo assim, a formação política tem como objetivo preparar, lapidar e direcionar as práticas e comportamentos políticos dos filiados, de modo que a qualificação ideológica e técnica sejam combinados em prol de uma melhor atuação política. Podemos convergir tais afirmações na seguinte definição:

A formação política pode ser definida a partir de ações guiadas por princípios e valores doutrinários específicos e que impactam o processo de compreensão e atuação política dos participantes de forma a apresentar posicionamentos específicos frente a determinados temas, sendo também possível chamá-la de doutrinação política. (DUARTE, 2021)

Mais ainda:

A formação política é sustentada por valores ideológicos e partidários e deve ser calcada numa combinação equilibrada da presença de questões partidárias, ideológicas e pragmáticas, de forma a estabelecer diferentes elementos didáticos-metódicos que garantam a propagação da pluralidade política, dos valores democráticos e da cidadania. (SCHMITZ, 2021)

À vista disso, a formação política pode ser definida como programas de curto, médio ou longa duração, com objetivo de qualificar quadros partidários, filiados e eleitores, guiados por valores ideológicos e diretrizes partidárias, de modo que combinem ações doutrinárias, instrumentais, técnicas e programáticas e que resultem numa melhora da representação político-partidária.

A formação política faz parte do processo de educação política, sendo assim um componente e instrumento que existe dentro da sua totalidade. Ambos os modelos apresentam impactos na vida política, mas o fazem de formas distintas: a educação política tem como princípio o fortalecimento da cidadania com base no incremento de valores e instituições democráticas, enquanto a formação política oferece mecanismos para o empoderamento de indivíduos e agrupamentos políticos, qualificando-os tecnicamente, doutrinando-os ideologicamente e aperfeiçoando-os para um melhor desempenho político, seja na esfera da representação política-social ou na esfera eleitoral-partidária.

Enquanto a educação política é baseada na ética suprapartidária e uma “neutralidade ideológica”, a formação política tem como principal objetivo qualificar os atores políticos - sejam eles dirigentes partidários, os filiados e os eleitores - orientados por valores ideológicos e partidários, a fim de combinar ações doutrinárias, instrumentais, programáticas e técnicas, buscando uma melhoria da representação político-partidária-eleitoral.

Múltiplos são os casos em que movimentos sociais, sindicatos e organizações partidárias e suas respectivas fundações partidárias oferecem cursos e escolas de formação política. Na próxima seção, vamos apresentar um panorama da relação entre formação política e partidos políticos no Brasil.

A formação política e os partidos no Brasil

Poucos são os estudos produzidos que aprofundem a relação entre formação política e partidos políticos. No Brasil, vale destacar que os esforços iniciais estão concentrados na análise do órgão partidário que é responsável pela produção de atividades de formação política: as fundações partidárias. Dantas e Fernandes (2013) definem as fundações partidárias como organizações vinculadas formalmente aos partidos políticos que têm como objetivo o desenvolvimento de pesquisas e debates políticos, estimulando a educação política a partir da propagação de ideias e valores partilhados pelas agremiações às quais estão vinculadas. Por sua vez, Prado (2009) sustenta a função educadora das fundações partidárias ao definir que elas são os atores responsáveis pela formação ideológica e pela capacitação dos seus integrantes, auxiliando na estruturação de bases programáticas e ideológicas dos partidos políticos.

Vale destacar que as fundações partidárias no Brasil são subsidiadas pelo Estado através do fundo partidário⁵, e possuem vínculos formais com as agremiações partidárias. Seu funcionamento está fundado em dispositivos jurídicos que regulamentam seu funcionamento, estruturação e financiamento. É obrigatório⁶ à cada legenda, somente o funcionamento de uma única organização, de caráter nacional, com representação em estados e municípios do país, de forma que cada partido possui uma fundação partidária. Geralmente seu corpo diretivo é composto por dirigentes partidários e quadros políticos, que orientam as áreas de estudos e as questões a serem debatidas no campo político (DUARTE, 2021).

Como mencionado acima, os escritos nacionais sobre fundações partidárias são escassos e lançam mão de estudos pontuais que abordam o tema através de três perspectivas: utilizando-se do método comparativo, como no caso dos estudos produzido por Dantas e Fernandes (2013), que busca compreender a realidade do fenômeno no Brasil a partir da observação de casos similares em outros países; ou recorrem a análise sócio-histórica, como no caso de Reis e Grill (2014 e 2017), para compreender as características institucionais, propriedades políticas, sociais e culturais, e a configuração estrutural das fundações partidárias; ou se estruturam a partir da análise de redações jurídicas a fim de abordar a temática das fundações em uma perspectiva legal e jurisprudencial, como no caso do estudo produzido por Henriques (2015).

Nenhum destes estudos examinam o aspecto fundamental das fundações partidárias e, conseqüentemente, da atividade partidária: a função permanente de formação de quadros políticos. Duarte (2021) propõe uma definição inicial das atividades de formação produzidas pelos partidos e suas respectivas fundações. A autora defende que elas não se reduzem somente a aspectos doutrinários, se estendendo à propagação de conhecimentos técnicos que possam elevar

5 Em conformidade com a visão da Constituição Federal de 1988, a Lei n. 9.096/95 assegura maior autonomia às organizações partidárias, garantindo recursos orçamentários específicos atrelados aos recursos da União, a partir da criação do Fundo Partidário. O Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos é constituído de montante orçamentário da União, sendo assim, um tipo de financiamento público, onde a distribuição dos recursos é feita pelo TSE e é proporcional à representação parlamentar das legendas. 5% do total do fundo são divididos em partes iguais entre todas as legendas e os outros 95% são distribuídos entre os partidos de acordo com o número de votos recebidos nas eleições para a Câmara dos Deputados.

6 Em 2005, a partir da Resolução n. 22.121/05 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), as entidades mantidas pelas legendas, que foram criadas sob forma de institutos, associação ou sociedade civil, tiveram que atender às novas regras impostas pelo Código Civil, que obrigou a se adequarem à estrutura jurídica de fundações do direito privado (Dantas e Fernandes, 2013). Os partidos políticos transformaram tais organizações em fundações, sendo obrigatório a cada legenda somente o funcionamento de uma única organização, de caráter nacional, com representação em estados e municípios do país.

a instrumentalização de valores democráticos (DUARTE, 2021). Nesse sentido, vale retomar a conceituação defendida por Duarte (2021) e Schmitz (2021), onde a formação política é parte do processo de ação partidária voltada para a compreensão do processo político-partidário, fundamentada na ideologia e nos posicionamentos das agremiações em diferentes temas. A formação política pressupõe, então, uma determinada matriz programática, ideológica e um conjunto de bases políticas calcadas em determinadas práticas pedagógicas (DUARTE, 2021).

A formação política é guiada pelo princípio programático da legenda mas, ao mesmo tempo, ela apresenta diversos aspectos voltados às orientações de natureza técnica, prática e eleitoral, como diversas atividades vinculadas à comunicação, ao planejamento e às questões éticas na política. De acordo com a análise produzida por Duarte (2021), os programas de formação política das fundações partidárias brasileiras produzem cinco tipos de materiais de formação política: formação ideológica-partidária, aperfeiçoamento pessoal, formação para participação política, formação pragmática-eleitoral e formação técnica-instrumental.

Como imaginado e esperado, a *formação ideológica-partidária* consiste no agrupamento de atividades e materiais que apresentam um conjunto de ideias e valores respeitantes aos ideais do partido, tendo como função orientar o comportamento político dos atores e/ou na construção de mecanismos de participação intrapartidária (DUARTE, 2021). O *aperfeiçoamento pessoal* compreende os materiais que ajudam no desenvolvimento de habilidades individuais, como por exemplo a produção de cursos e materiais de oratória (DUARTE, 2021). A *formação cidadã* refere-se aos materiais que dissertam sobre a ação política e participação direta dos cidadãos voltados para a lógica da ação externa ao partido, de forma que são majoritariamente orientados para a ação direta da sociedade civil no âmbito político (DUARTE, 2021).

Duarte (2021) apresenta duas outras categorias, a formação pragmática-eleitoral e formação técnica-instrumental, tendo ambas como fim último uma formação prática. A primeira, *formação pragmática-eleitoral*, é voltada para aspectos vinculados à lógica eleitoral de forma que na matriz destes materiais são ensinadas normas, determinações e estratégias em prol do sucesso eleitoral (DUARTE, 2021). Já a segunda, *formação técnica-instrumental*, é direcionada para a formação de atores capazes de planejar e gerenciar as organizações públicas, onde os sujeitos operativos consigam elencar diferentes técnicas e instrumentos guiados para a ação política direta (DUARTE, 2021).

Posto isso, os partidos e suas respectivas fundações partidárias são atores fundamentais na promoção e defesa de valores democráticos e têm como objetivo

a execução de atividades educacionais democráticas e político-sociais não só com o Estado mas também com seus cidadãos, sendo um dos pilares a sustentar a propagação dos valores democráticos e do respeito à pluralidade (DUARTE, 2021; SCHMITZ, 2021). Contudo, sua especialidade e individualidade consiste na promoção de atividades de formação política que não são neutros em ideologias e valores programáticos, mas que representam o pluralismo político do sistema político-partidário brasileiro. É através do trabalho de formação política produzido pelas suas respectivas fundações que os partidos transmitem as diferentes correntes políticas, orientadas pela e para a prática partidária, ao mesmo tempo em que instruem tecnicamente os cidadãos (DUARTE, 2021; SCHMITZ, 2021).

A formação política apresenta, assim, compromissos políticos com as premissas estabelecidas pela legenda partidária, sendo elas impactadas diretamente pelos programas e ideologias sustentadas pelos partidos, as lutas que envolvem o dia a dia e os compromissos da arena eleitoral. Estas são atividades de suma importância para a cidadania e cultura política e democrática no país, sendo muitas vezes amplamente subestimadas pela população e por alguns congressistas. A doutrinação produzida pelos partidos e suas respectivas fundações são fundamentais para a articulação e integração de diferentes visões e interesses políticos para a sociedade, de forma aberta e gratuita (SCHMITZ, 2021).

Isto posto, podemos questionar se os movimentos suprapartidários de renovação política produzem formação política? Será que as atividades de instrução e preparo político dessas organizações realmente operam na lógica suprapartidária de neutralidade ou elas são permeadas em maior ou menor grau por valores, convicções e ideais filosóficos-ideológicos?

Os movimentos de renovação e seus cursos de formação

Por ser um fenômeno político recente, poucos trabalhos foram produzidos sobre os movimentos suprapartidários. Ainda com a repercussão e as consequências a serem quantificadas e qualificadas, propomos começar uma linha de pesquisa sobre esses agrupamentos. Num primeiro momento, estávamos preocupados com o enquadramento dessas organizações numa tipologia teoria partidária. Se os partidos políticos e os movimentos suprapartidários de renovação compartilham funções tipicamente vinculadas às agremiações partidárias - como recrutamento e formação de quadros políticos - e sendo mediadores entre a sociedade civil e o Estado, acreditávamos que poderíamos enquadrá-los em alguma tipologia de partidos. Por terem características distintas, não foi possível alcançar esse resultado.

Num segundo momento, questionamos a relação existente entre os partidos políticos e esses movimentos. Os principais resultados mostram que apesar dos atritos e desafios, existe uma relação de parceria entre essas duas agremiações. Ao mesmo tempo em que os movimentos necessitam das legendas para concorrerem aos cargos, os partidos aproveitam as lideranças formadas por esses agrupamentos para compor a sua nominata. Além de serem possíveis puxadores de votos, essas lideranças raramente gastam o financiamento público de campanha, que agrega valores do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha. Os partidos não gastam dinheiro com a formação política dessas lideranças e os mesmos utilizam-se do financiamento privado, advindo de apoiadores dos movimentos suprapartidários, sendo assim uma relação benéfica para ambos os lados.

O fato é que há uma escassez de literatura específica sobre os movimentos suprapartidários no Brasil. Grande parte do que sabemos sobre esses agrupamentos estão vinculados a matérias jornalísticas. Dentre os poucos artigos científicos e pesquisas acadêmicas publicadas, a maioria está preocupada com a emergência dos movimentos suprapartidários, com a sua viabilidade eleitoral e com a sua consolidação no sistema político brasileiro (MOHALLEM, 2018; DE MORAES OLIVEIRA e MACEDO, 2020) ou a sua relação com a promoção da participação feminina na arena eleitoral (DOS SANTOS e DE RAMOS KELLER, 2019).

Em face da dificuldade de operacionalizar literatura específica sobre o tema, não pretendemos esgotar todas as peculiaridades envolvidas no surgimento e funcionamento desses movimentos. Entendemos e concordamos, em parte, com a defesa de que esse fenômeno surge após o ciberativismo das jornadas de junho de 2013 e se institucionalizam em 2016 a partir da polarização política produzida pela Lava-Jato. Concordamos com a tônica de que a existência de uma crise de representação e da decadência dos partidos políticos enquanto instituições confiáveis possam ter incentivado a incrementação e adesão a esses agrupamentos, mas também entendemos e defendemos que é necessário uma pesquisa mais aprofundada, com entrevistas em profundidade com os criadores desses movimentos, para a compreensão do nascimento desse fenômeno.

Antes de apresentarmos os resultados iniciais, cabe ressaltar que a nossa pesquisa é de caráter qualitativo. Em primeiro plano, foram analisados os *sites* e redes sociais dos movimentos suprapartidários a fim de identificar os discursos apresentados para o cidadão, assim como o mapeamento de ações voltadas para a formação e renovação política. Para identificar dados subjetivos e ações informais desses agrupamentos, assim como compreender o processo de formação política promovido pelas mesmas, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com

lideranças dos cinco principais movimentos suprapartidários no Brasil a fim de identificar os padrões existentes neste tipo de organização. Nós entrevistamos atores que ocupam cargos de direção e coordenação destas organizações, como diretores-executivos, diretores de comunicação e coordenadores-gerais. As entrevistas foram feitas de forma remota, gravadas, transcritas e analisadas.

Logo de início, ao traçarmos o perfil destes atores, notamos que eles possuem alto nível educacional, todos graduados em grandes universidades e, em sua maioria, com pós-graduação - mestrado e até mesmo doutorado. Por ser um fenômeno recente, a participação desses atores nos agrupamentos suprapartidários é, em média, de no máximo três anos e a grande maioria das lideranças é oriunda ou ainda atua no setor privado.

Todos os movimentos pesquisados surgiram após 2012, mas a maior parte deles emerge a partir da acentuação da polarização política no Brasil após 2015. Um dos aspectos recorrentes nas entrevistas é que os movimentos surgem em uma tentativa de construir espaços de diálogo em que pessoas de campos ideológicos diferentes e partidos opostos possam “sentar em uma mesma mesa e debater políticas sem ofensas, agressões e baixarias”. Quase sempre formados por um pequeno grupo de pessoas destacadas no meio empresarial ou político, os movimentos conseguem ganhar notoriedade a partir de suas conquistas, que são medidas a partir da quantidade de pessoas envolvidas. Esse envolvimento pode ser participar de cursos de formação, capacitar lideranças e eleger para cargos públicos.

Os movimentos variam bastante com relação à sua estrutura, por um lado, existem alguns mais antigos, consolidados e maiores que possuem uma estrutura organizacional complexa, com diretorias, coordenações e lideranças; por outro lado, existem outros menores e mais horizontalizados. Em geral, os grupos maiores são mais verticalizados, sempre com pessoas destacadas e poderosas na sua origem, empresários ou políticos, enquanto os menores e mais horizontais são iniciativa de pessoas comuns que se unem com o objetivo e interesse de um maior poder de influência política.

No que diz respeito aos objetivos, é possível identificar alguns principais, como a renovação política, a formação de quadros, influenciar a formulação de políticas públicas (*advocacy*) e assessorar o processo de tomada de decisão política. De forma geral, os movimentos dizem não ter ideologia e que todos são bem-vindos, desde que aceitem as regras estabelecidas por cada organização. De fato, observa-se que os políticos em exercício de mandato vinculados aos grupos estão filiados a dezenas de partidos políticos, desde à direita, como o Novo, Patriotas, PL, UB, PSC e PTB, passando pelo centro, como o Cidadania, PSDB e MDB, até

à esquerda, como o PT, PCdoB e Rede. O que caracteriza esses movimentos não é a falta de ideologia, mas uma adesão incondicional à Democracia Liberal nos moldes apresentados por Mounk (2018), ou seja, “um sistema político ao mesmo tempo liberal e democrático - um sistema que tanto protege os direitos individuais como traduz a opinião popular em políticas públicas” (p.44). Além disso, também é possível afirmar que esses movimentos e grupos rechaçam o comportamento autoritário de acordo com o proposto por Levitsky e Ziblatt (2018), ou seja, não aceitam pessoas que rejeitam as regras do jogo democrático, negam a legitimidade política dos adversários, toleram ou encorajam a violência política e que têm a propensão de restringir a liberdade civil dos oponentes. Desse ponto de vista, eles aceitam todos que não compartilhem do extremismo político. Contudo, analisando além das entrevistas que foram concedidas e verificando as páginas na *internet* e os perfis das redes sociais, pode-se perceber que certos grupos atraem mais pessoas de direita, enquanto outros atraem mais pessoas de esquerda.

Nem todos os movimentos e grupos estão preocupados com formação política. Em alguns esse é o traço distintivo, oferecer cursos de formação política básica, outros preferem centrar esforços em capacitar lideranças em certos temas e áreas das políticas públicas, enquanto que há aqueles que procuram atuar advogando para certas áreas. O apoio a candidaturas e a mandatos é uma tônica em quase todos os movimentos e grupos. De qualquer forma, todos afirmam que não representam ou não atuam em função de qualquer grupo de interesse, mas em essência esses movimentos são grupos de interesse. Eles atuam em função de uma pauta definida e procuram agrupar pessoas que compartilhem dessa pauta para fortalecê-la politicamente.

O fato é que, apesar de se apresentarem como escolas de formação e de renovação política, apenas dois movimentos suprapartidários possuem cursos de instrução política. A grande maioria dos movimentos suprapartidários operam na lógica do oferecimento de aparatos para o sucesso eleitoral, sejam eles *workshops*, materiais e mentorias sobre campanhas ou a construção e conexão com rede de apoiadores. Dos três movimentos que defendem o caráter instrutivo, dois deles apresentam em seu *site* uma aba com referências aos seus cursos, sendo um deles com uma explicação mais extensa de cada um e o outro só com referência direta. Apesar de não apresentar nenhuma menção aos seus cursos, um desses movimentos se apresenta como um movimento liberal suprapartidário, evidenciando assim um caráter ideológico-filosófico dentro do agrupamento.

Os entrevistados sustentam que não há defesa interna de uma ideologia, o que caracterizaria a defesa da neutralidade política partidária e da ética

suprapartidária, de forma que as diversas visões e ideologias presentes na sociedade e no sistema partidário brasileiro sejam respeitadas, evidenciando o aspecto da pluralidade nas suas atividades de fortalecimento de princípios e instituições democráticas, assim como da participação e representação política. Além disso, é unânime entre todos os entrevistados que a democracia é um pré compromisso, pensar em abolir a democracia não está nas regras do jogo e, conseqüentemente, não está de acordo com os pressupostos desses agrupamentos.

Já que a formação política tem como objetivo preparar, lapidar e direcionar as práticas e comportamentos políticos dos filiados, de modo que valores e qualificação sejam combinados em prol de uma melhor atuação política guiados por valores ideológicos e diretrizes partidárias, somente um movimento suprapartidário produziria, assim, formação política. Os demais movimentos, por não produzirem ações doutrinárias e programáticas, acabam por produzir escolas de educação política instrumentais e técnicas que resultem numa melhora da representação política.

Afinal, movimentos suprapartidários são escolas de formação de políticos sem ideologia?

No momento em que a democracia é colocada à prova e suas instituições e atores políticos também passam a ser questionados, produzir um estudo sobre formação política, sobretudo relativa àquela elaborada por esses novos atores, é uma tarefa essencial. Ainda mais se pensarmos que esta função geralmente é exercida pelos partidos e suas respectivas fundações partidárias, alvo constante de diversas matérias produzidas pela grande mídia que apontam a sua inércia diante do montante que lhe é destinado. Defronte a este quadro, é primordial sinalizar um direcionamento de estudos sobre os diversos atores que operam na lógica de formação de quadros políticos, principalmente nas ações voltadas à formação política, seja ela partidária ou suprapartidária.

Se as escolas de formação e as atividades produzidas por esses movimentos fossem totalmente impermeáveis por questões ideológicas, haveria atrito em determinadas votações entre posicionamento dos seus quadros e as lideranças partidárias? No mais, a principal conclusão deste ensaio jaz na percepção de que é necessário uma extensa investigação sobre os movimentos suprapartidários, sendo eles a nova caixa-preta para a Ciência Política brasileira do nosso sistema político. Apesar de apresentar diversas vezes aspectos voltados às orientações de natureza prática e eleitoral (comunicação, planejamento, questões éticas), será que as atividades de formação política desse agrupamentos realmente não são

guiadas por princípios ideológicos? Caso não sejam, por que então não são chamadas de educação política ou escolas de preparação política?

O fato é que diversos movimentos suprapartidários se apresentam como organismos plurais de formação de lideranças políticas e cabe então a nós, pesquisadores e cidadãos, compreender os espaços e instituições legítimas de formação e de educação política e, sobretudo, a importância que diversos atores políticos têm na preparação da vida política e eleitoral dos nossos candidatos.

Referências Bibliográficas

- ALENCAR, C. C.; COSTA, C. B. P.; SILVA, H. C. P.; NÓBREGA, N. C. F.; ANDRADE, R. D. G. A. Projeto Politiquê?: relato de experiências de educação política para jovens. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, ano XVII, vol 01, 2016.
- ALMEIDA, R. E. Pensamento, cultura e educação política no Brasil: algumas reflexões e propostas. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, ano XVII, vol 01, 2016.
- DANTAS, H. Apresentação: O caráter essencial da educação política e o desenvolvimento da democracia no Brasil. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, ano XI, vol 03, 2010
- DANTAS, H. **Educação política: sugestões de ação a partir da nossa atuação**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 133 p. 2017.
- DANTAS, H.; FERNANDES, I. F. de A. L. Fundações partidárias no Brasil e no mundo: funções legais, ações formativas e análise em perspectiva comparada. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 8, 2012, Gramado. **Anais Eletrônicos**. Rio de Janeiro: ABCP, 2013.
- DANTAS, H.; COSSON, R.; ALMEIDA, R. E. Educação para a democracia: desafios na prática da formação política de adolescentes. In: BERNARDES, Cristiane B.; SCHWARTZ, Fabiano P. (Orgs). **Comunicação, Educação e Democracia no Legislativo Brasileiro**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015, p. 91-111.
- DE MORAIS OLIVEIRA, L.; MACEDO, R. G. Movimentos de renovação política no Brasil: o engajamento da sociedade civil na era digital. **Agenda Política**, v. 8, n. 2, p. 107-123, 2020.
- DOS SANTOS, N. R. M.; DE RAMOS KELLER, V. Os Movimentos de Renovação Política e a Promoção da Participação da Mulher. **Resenha Eleitoral**, v. 23, n. 1, p. 89-108, 2019.

DUARTE, P.S. Entre a obrigatoriedade e a execução: as fundações partidárias no Brasil e a formação política. Dissertação de Mestrado, **Programa de Pós Graduação em História, Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas**. Rio de Janeiro, 2021.

FUKS, M. Explicando os efeitos de programas de socialização política: a experiência do Parlamento Jovem no Brasil. Campinas: **Opinião Pública**, v. 20, n. 3, dez. 2014, p. 425-449.

FUKS, M.; CASALECCHI, G.A. Formando cidadãos democráticos: considerações sobre os efeitos do Parlamento Jovem mineiro. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, ano XVII, vol 01, 2016.

HENRIQUE, A. L. A função educadora dos partidos políticos no Brasil: mais do que uma agenda de pesquisa, uma responsabilidade social. In: **Legislativo pós 1988: reflexões e perspectivas**. Câmara dos Deputados. Brasília, 2015.

JARDIM, L. B. S.. O que se entende por educação política no Brasil? In: **Rev. Parlamento e Sociedade**, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 33-45, jul./dez. 2018

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2018.

MOHALLEM, M. F. **Das redes às urnas: o avanço dos novos movimentos suprapartidários**. 2018.

MOUNK, Y. The people vs. democracy. In: **The People vs. Democracy**. Harvard University Press, 2018.

PRADO, H. S. de A. El papel de las fundaciones de los partidos políticos en el desarrollo de la democracia brasileña. **Libel - The international Federation of Liberal Youth Organization Magazine**. p. 1-6, 27, abr. 2009

REIS, E. T. dos; GRILL, I. G. O Espaço das Fundações Partidárias no Brasil: Institucionalização de partidos, carreiras políticas e perfis intelectuais. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 9, 2014. Brasília, **Anais Eletrônicos**. Brasília, DF, Associação Brasileira de Ciência Política, 2014.

REIS, E. T. dos; GRILL, I. G. Fundações partidárias e processos de politização no Brasil: domínio de atuação, amálgamas e ambivalências. In: **Política & Sociedade**. Set./Dez. Vol. 16, Nº 37, 2017.

SCHMITZ, P. Educação Política e Doutrinação Política – diferenças e espaços legítimos. **Revista Parlamento e Sociedade**. São Paulo. v.9 n.17 p.1-132 jul.-dez. 2021.

Capital Social e Voto: reflexões sobre a relação entre mulheres consultoras *Natura* e a política

Geraldo Aleandro Junior¹
Natalia Cerri Oliveira²

Resumo

As teorias de Capital Social têm sido amplamente utilizadas para compreensão da qualidade das democracias. Em um cenário de aumento da alienação eleitoral no Brasil, o presente artigo buscar analisar a relação de mulheres das classes C e D com a política e com o voto a partir desse referencial teórico e da análise de grupos focais realizadas com as representantes comerciais da empresa Natura. A iniciativa da realização de grupos focais parte da observação do declínio das taxas de conhecimento em cidadania apuradas em pesquisas periódicas realizadas pela empresa para aprimoramento de suas ações de responsabilidade social corporativa. A partir da análise do conteúdo dos grupos, discute-se como fatores amplamente relacionados à crise política brasileira impactam diretamente a relação de tais mulheres com o voto e com o sistema político.

Palavras-chave: Vitalidade eleitoral; Voto feminino; Capital Social; Cidadania.

Estamos em crise democrática. Ainda que o entendimento das causas e por vezes a própria definição das formas assumidas nessa conjuntura ainda estejam em disputa, tanto na teoria crítica como em correntes mais ortodoxas, esse diagnóstico é consensual. A crise de legitimidade da representação política, a baixa adesão aos processos eleitorais, e sobretudo a emergência de governos

1 Gerente de Responsabilidade de Social da *Natura*, responsável pela plataforma de desenvolvimento social das consultoras *Natura*.

2 Mestre em Gestão e Políticas Públicas pela *Fundação Getúlio Vargas*, especialista em Economia Urbana e Gestão Pública pela PUC-SP e Bacharel em Comunicação com habilitação em Relações Públicas pela Escola de Comunicação e Artes da *Universidade de São Paulo*.

autoritários que demonstram pouca ou nenhuma afeição pela democracia, são fenômenos ainda em busca de interpretação e explicação.

Na última década, foi vasta a produção de autores que se dedicaram a realizar uma análise desse fenômeno em andamento. Esses textos extrapolaram os limites da academia e se tornaram *best sellers* em livrarias, encontrando eco em cidadãos ávidos em compreender os “sintomas mórbidos” do seu tempo.

Segundo estudo do *Instituto Internacional para Democracia e Assistência Eleitoral* publicado em 2021, o número de países que seguiram uma direção autoritária em 2020 superou os que seguiram uma direção democrática. Essa tendência negativa, estendida pela pandemia, já perdura por cinco anos - o período mais longo desde o início da terceira onda de democratização na década de 1970. Ainda segundo o relatório, é cada vez mais frequente o questionamento da integridade eleitoral - muitas vezes sem provas - mesmo em democracias estabelecidas. As alegações infundadas do ex- presidente dos EUA, Donald Trump, durante a eleição presidencial dos EUA em 2020 tiveram efeitos colaterais, inclusive no Brasil, México, Mianmar e Peru, entre outros (INTERNACIONAL IDEA, 2021).

No Brasil, o amadurecimento da democracia carrega consigo contradições herdadas ainda em seu nascimento. Florestan Fernandes, em seu artigo *Nem federação, nem democracia*, ao realizar uma revisão crítica da história da República brasileira, é contundente: a democracia não era fonte de preocupação que envolvesse ações políticas de organização de poder. A democracia era um feito de senhores, das elites para as elites. Ainda no mesmo artigo, Florestan afirma: “O republicanismo foi sepultado ao nascer” (FLORESTAN, 1990).

A Constituição de 1988 trouxe para a centralidade do debate público os direitos econômicos e sociais, mas também o impulso da renovação democrática. As experiências brasileiras em participação social e as inovações nos mecanismos para tal, como o caso do Orçamento Participativo e dos Conselhos Municipais de Saúde, chamaram atenção de países do capitalismo central, já naquela época preocupados com o déficit democrático.

Anteriormente na década de 1980, os movimentos demandaram a reestruturação institucional do país, buscando canalizar na democracia formal um processo inédito de democratização material:

Para, dessa vez, não repetir as barbaridades dos surtos de desenvolvimento anteriores, pensou-se tal transformação da sociedade brasileira ainda no eixo reforma- revolução: não poderia deixar os pobres de fora porque dependia da sua participação política ativa. (BRITO E OLIVEIRA, 2013)

A energia concentrada nesse esforço fez com que o processo constituinte, que conduziu à Constituição de 1988, tenha sido um dos pontos mais altos da democracia participativa no país. Talvez por causa disso, em sua Carta Magna, o Estado brasileiro foi capaz de produzir importantes inovações, conectando Estado e sociedade por meio de instituições que integravam, em fóruns participativos, movimentos sociais, grupos de ativistas e representantes da sociedade civil com representantes de diversos governos (RAMOS E FARIA, 2013).

A transição democrática, ainda que moldada pelos princípios da democracia liberal, teve uma vocação contra-hegemônica (SANTOS, 2016). Com o objetivo de contrapor o regime autoritário, a Constituição de 1988 dedicou um capítulo específico a respeito da organização político-administrativa, universalizando a participação cidadã.

A Constituição Federal de 1988 dá destaque à participação eleitoral, estabelecendo no art. 14 que a soberania popular se exercerá pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos. Entendido como direito público subjetivo do cidadão o poder de eleger, ser eleito e participar da organização e da atividade do poder estatal, “o sufrágio universal constitui princípio fundamental da democracia política brasileira, apoiado na identidade entre governantes e governados” (OXFAM, 2021, p. 20) permitindo assim uma ampliação sem precedente histórico do direito ao sufrágio. A inclusão de milhões de pessoas, anteriormente deixadas à margem do processo eleitoral (como por exemplo, os analfabetos), garantiu que extensa parcela da população efetivamente pudesse escolher seus representantes e participar de decisões públicas com reflexos importantes em sua vida e destino.

Pesquisa realizada pelo *Instituto Votorantim* (2022) demonstra que, de 1980 a meados dos anos 1990, a retomada de processos eleitorais livres e competitivos ocasionou forte participação nas primeiras eleições (INSTITUTO VOTORANTIM, 2022). Tal medida teve impacto no atingimento de elevadas taxas de participação eleitoral, inclusive dos mais pobres (OXFAM, 2021). De 1998 a 2006, a partir da implementação das urnas eletrônicas, é possível identificar uma segunda onda de democratização do processo eleitoral, com impacto na redução de votos brancos e nulos e também pela participação ativa de eleitores, com redução na abstenção (INSTITUTO VOTORANTIM, 2022).

No entanto, a política brasileira atravessou, ao longo da última década, uma de suas maiores dificuldades históricas. Uma crise que abrangeu as mais diversas instituições e atores - sistema partidário, partidos, além da própria dimensão da representação que, combinada a uma crise econômica, ganhou contornos estruturais que fazem com que os instrumentos que temos a nossa disposição para superá-la não parecessem suficientes.

Concomitantemente, desde 2006, observamos um crescimento, lento e gradual, mas consistente, do fenômeno delimitado como alienação eleitoral – que abrange o não comparecimento às urnas e a incidência de votos brancos e nulos. No entanto, os dados indicam que a alienação eleitoral no Brasil não pode ser tratada como um fenômeno crescente ou decrescente sem identificar o pleito de qual se está diante, bem como não pode ser associada com uma automática despolitização da sociedade (INSTITUTO VOTORANTIM, 2022).

A alienação eleitoral tem uma dinâmica diversa em relação à dimensão do pleito em questão: federal, estadual ou municipal (quanto mais próximo o cargo representativo em disputa da realidade do eleitor, maior estímulo para ir votar). Além disso, as evidências demonstram que o processo de aumento da alienação eleitoral não é homogêneo em todo o País, aumentando a importância de abordar essa heterogeneidade sem assumir a existência de uma única realidade política nacional (INSTITUTO VOTORANTIM, 2022).

Diversos pesquisadores se dedicam a compreender quais os determinantes individuais da alienação. De acordo com o mesmo levantamento, há o indicativo de que o padrão de votos brancos e nulos no Brasil está associado a variáveis atitudinais, como insatisfação com a democracia e a identificação partidária.

Segundo dados do TSE (2022) as mulheres compõem a maioria do eleitorado brasileiro e correspondem a 52,65% das pessoas aptas a votar. Apesar disso, continuam sub-representadas nos espaços políticos e de poder. Considerando o contexto delimitado acima e ressaltando a necessidade de realizar explorações de contextos políticos específicos para apreensão do fenômeno de alienação eleitoral, este artigo busca investigar quais os fatores influenciam a relação de mulheres de classe C-D com a política.

A pesquisa que sustenta a produção do artigo foi elaborada a partir da observação do declínio do IDH Cidadania da Consultora *Natura* (IDH-CN). O IDH é uma ferramenta criada em 1990 para medir o progresso das nações para além de indicadores estritamente econômicos. A *Natura* adaptou esse índice para avaliar a qualidade de vida de suas revendedoras, as chamadas consultoras *Natura*. Ou seja, a metodologia original do IDH foi adaptada para fins corporativos. A realização de uma pesquisa como essa, busca apoiar a empresa no desenvolvimento de ações de responsabilidade social corporativa que efetivamente impactem no desenvolvimento humano de suas revendedoras. Com base nos resultados do IDH-CN, a empresa organiza ações e concentra esforços em áreas de maior necessidade.

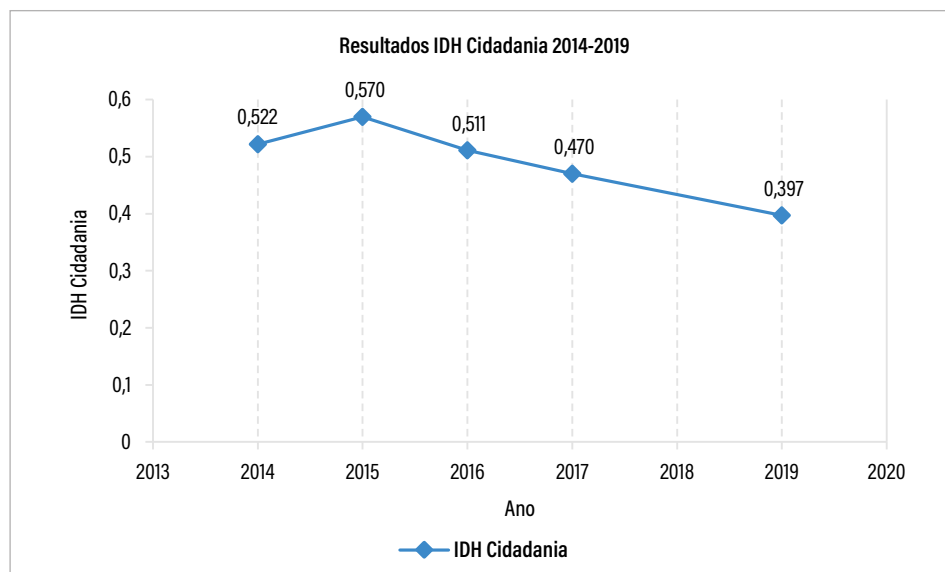
O IDH-CN considera três áreas: trabalho, educação e saúde. Cada uma gera uma nota, de zero a um, como no IDH original. O levantamento é realizado

bienalmente desde 2014 e ajuda a entender diferenças regionais do universo de 1,2 milhão de consultoras Natura espalhadas pelo país. Dessas, 92% são mulheres, 67% casadas, 78% com filhos (NATURA, 2019). Em média, têm 12,4 anos de estudo, ante 9,3 anos do brasileiro em geral. O IDH corporativo mantém as dimensões do IDH tradicional, ou seja, vida saudável, conhecimento e padrão de vida digno, mas adota uma perspectiva granular, baseada em microdados.

No caso da dimensão do conhecimento, mais do que apenas usar medidas de escolaridade, o índice testou o conhecimento real das consultoras em três grandes áreas caras à empresa: letramento financeiro, inclusão digital e cidadania. As consultoras foram convidadas a responder a perguntas sobre como usam seu dinheiro, bem como sobre conhecimentos financeiros gerais, e a taxa anual de inflação do país. As questões sobre inclusão digital referiam-se aos padrões de uso do computador e da internet. As perguntas sobre cidadania envolviam informações muito básicas sobre o país, como o nome completo do presidente e o primeiro nome dos candidatos à presidência durante as eleições presidenciais do Brasil.

Especificamente na dimensão de cidadania, as últimas três medições (2016, 2017 e 2019) registraram significativa queda. Quando observado o período de 2014 a 2019 houve queda de quase 24%:

Gráfico evolutivo da dimensão de cidadania do IDH-CN.



A partir da observação dos dados acima foi realizada, em 2022, uma pesquisa de caráter qualitativo para explorar fatores que pudessem explicar a queda nos números e apontar para a empresa possibilidades de intervenção a partir de ações de responsabilidade social corporativa. A metodologia utilizada para a coleta de dados foi a realização de grupos de discussão exploratórios, nos quais os grupos estiveram livres para colocar as suas ideias, mais do que necessariamente responder a questões específicas.

Os achados aqui apresentados fazem parte de observações realizadas em 08 grupos, cada um com até 06 mulheres. As mulheres entrevistadas eram todas consultoras *Natura*, de 20 a 45 anos e de classes C e D. Havia no grupo uma diversidade entre mulheres pretas, pardas e brancas do nordeste e do sudeste. A pesquisa foi conduzida pela consultoria política *Quid*.

O artigo buscará interpretar essas entrevistas a partir do conceito de Capital Social – debatido e trabalhado por vários autores ao longo das últimas décadas e comumente associado a discussões sobre a vitalidade do sistema democrático. Em seus estudos teóricos sobre o Capital “Simbólico” e sua relação com o Capital Econômico, Bourdieu recorre ao conceito de Capital Social para descrever os ganhos de um indivíduo ao ser parte de algumas comunidades, delimitando o conceito de capital social como os “recursos reais ou potenciais que se vinculam à participação numa rede estável de relações mais ou menos institucionalizadas de recíproca convivência e reconhecimento (...) que provê para cada um de seus membros o suporte do capital de propriedade coletiva” (BOURDIEU, 1986, p 21, tradução dos autores).

Este artigo tem um caráter exploratório. Sua intenção não é atribuir uma relação de causalidade entre o capital social e a participação política das mulheres, se não refletir sobre aspectos que emergiram das entrevistas para delimitar possíveis fatores que afastam ou aproximam mulheres da classe c-d da política. Para tal, está organizado em 5 seções, além desta, introdutória. Na próxima seção abordaremos algumas questões sobre a teoria do Capital Social que nos auxiliem na reflexão. A partir dessa perspectiva teórica, as falas analisadas ao longo dos grupos de discussão foram classificadas em três seções: na primeira – *A arena política como território hostil* – buscamos refletir sobre como alguns aspectos da crise política brasileira contaminaram o imaginário político das mulheres sobre a participação política com reflexos no nível de confiança nas instituições públicas e no sistema democrático.

Na segunda – *A difícil conexão entre o sistema político e a vida cotidiana* – nos aprofundamos no distanciamento da política da vida dessas mulheres, a partir da emergência de modos de vida neoliberais, onde sucesso e fracasso são exclusivamente responsabilidades pessoais, com impactos na organização cívica ou

comunitária. Por fim, tratamos do encanto e desencanto com a política, quando investigamos o tema da esperança no sistema político. Há ainda uma breve seção conclusiva, com algumas considerações finais.

Capital social e democracia

O termo Capital Social elaborado por Bourdieu foi especialmente difundido por Putnam, a partir dos seus estudos empíricos sobre as diferentes culturas cívicas e comunitárias constituídas nos territórios do Norte e do Sul da Itália e suas relações com o desempenho institucional e o desenvolvimento econômico dessas regiões (PUTNAM, 1996). Em sua obra, o autor reforça a ideia de que as redes de conexão entre indivíduos e suas consequentes normas de confiança e reciprocidade são positivas não só para esses indivíduos, mas especialmente para as comunidades onde eles estão inseridos.

Nesse sentido, o Capital Social é localizado como um elemento central na explicação de como as práticas cooperativas oriundas da estruturação de pessoas em grupos podem produzir melhores indicadores de confiança política e participação cívica, fortalecendo assim o próprio sistema democrático local e o bem-estar social (SACCHET 2009, BAQUERO 2008). Em consonância, Halpern (2005) explica que:

As sociedades não são compostas de indivíduos atomizados. As pessoas estão conectadas umas às outras por meio de estruturas sociais intermediárias – redes de associação e entendimentos compartilhados de como se comportar. Esse tecido social afeta muito com quem e como interagimos e cooperamos. É esse tecido cotidiano de conexão e cooperação tácita que o conceito de capital social pretende capturar. (HALPERN, 2005 apud BAQUERO, 2008, p.399 tradução do autor)

A partir dessa perspectiva, o ato de um indivíduo ser parte de um grupo social, assim como as relações existentes entre essas diferentes redes de pertencimento estabelecidas e a interação entre indivíduos e grupos com outras instâncias de poder econômico e político são dinâmicas que fomentam a produção e a disseminação de capital social:

A suposição básica de Putnam é que membros de associações tendem a ser política e socialmente mais ativos, dando suporte às normas democráticas. Isto significa que a densidade de todos os tipos de associações em uma dada sociedade representa o seu estoque de confiança e reciprocidade, isto é, seu estoque de capital social. (FREY, 2003, p.178)

As ideias de Putnam se tornam especialmente relevantes em um contexto de erosão do engajamento cívico. Seus estudos sobre Capital Social são uma base teórica para análise da vida em sociedade contemporânea. A partir de Putnam é possível atribuir a noção de que são as organizações básicas da vida social que norteiam o estabelecimento de normas e padrões comuns, para a promoção de confiança social e interpessoal e, em decorrência disso, para o crescimento do engajamento cívico. Nesse sentido, o conceito de capital social é recorrentemente associado a reflexões sobre a vitalidade do sistema democrático: à difusão de conhecimento político, aos níveis de confiança da população nas instituições, à capacidade de desenvolvimento econômico local e de acesso ao bem-estar social. Essa relação é baseada na premissa de que a adesão de indivíduos a grupos e redes formais e informais fomenta virtudes cidadãs e cívicas, ao fortalecer um “viver coletivo”. O capital social proveniente dessa dinâmica promoveria uma maior confiança nas instituições e regras da democracia e assim, sistematicamente, poderia capacitar públicos politicamente minorizados a construir suas demandas em espaços institucionais com mais força, trazendo ganhos econômicos e sociais para as suas comunidades locais (BAQUERO, 2008).

Sacchet (2009) demonstra como a obra de Baquero tem se empenhado a identificar os efeitos da globalização na democracia. O autor discute como a globalização submeteu decisões e processos políticos à lógica da economia, transformando a democracia em um processo político meramente formal, com impactos para configuração do Estado contemporâneo. O autor ainda reflete que o déficit da democracia institucional é ocasionado porque a mesma limita a participação dos cidadãos a períodos eleitorais por meio do voto “tornando-os meros espectadores de processos políticos forjados em espaços isolados, sobre os quais eles têm pouco controle e discernimento” (SACCHET, 2009, p.313).

No Brasil, o conceito de capital social foi incorporado às discussões de autores como Baquero e Avritzer, que se dedicam ao estudo dos movimentos sociais e da sociedade civil. Tal ideia buscou subsidiar a discussão sobre a da qualidade da democracia e desempenho das instituições democráticas, buscando diferenciar os aspectos referentes ao desenho institucional do nosso sistema político dos problemas relacionados ao tecido social brasileiro. Apesar de utilizarem diferentes bases referenciais, ambos ressaltavam que a qualidade da democracia e o desempenho institucional são variáveis diretamente associadas aos níveis de organização societária. Como sintetizado por Sacchet (2009) “As instituições e regras democráticas funcionam mais eficazmente onde há uma forte sociedade civil” (SACCHET, 2009, p. 313).

O referencial conceitual oferecido pela Teoria do Capital Social é útil por localizar na rede de relações conceito caro a *Natura*, potência para fomentar dinâmicas de confiança na base da sociedade com impactos exponenciais para a qualidade da democracia brasileira. Nas próximas seções, utilizaremos parte deste referencial para analisar a relação das consultoras *Natura* com a política e com o voto.

A arena política como território hostil

A grande maioria das mulheres que participaram das discussões tratam a política com ojeriza e a caracterizam como um ambiente inóspito, rude, áspero, quase “criminalizado”. Quando perguntadas sobre qual o sentimento que elas têm sobre o termo política, os principais atributos colocados são negativos: sujeira, corrupção, decepção, mentira, entre outros.

Ao longo das trocas, fica evidente como o avanço da polarização política ao longo da última década se desdobrou em uma percepção violenta do espaço político. Grande parte dessas mulheres relatam que por mais que elas tenham opiniões e perspectivas individuais sobre a vida pública, preferem não colocá-las para discussão em conversas com outros indivíduos ou intragrupos, por medo de possíveis retaliações ou pressões.

É comumente verbalizado ao longo dos grupos focais que a política para elas é algo a ser acompanhado de longe, até mesmo em ecossistemas sociais próximos e com atores de confiança, como por exemplo suas próprias famílias e seus vizinhos. Esse medo pode ser materializado na fala abaixo:

Entrevistada 01 (E01): *“Política é algo estranho pra conversar, porque não é conversa, é sempre na discussão e na discórdia.”*

A arena política percebida como um espaço inseguro é também caracterizada por essas mulheres a partir de relatos sobre o imenso volume (e intensidade) de informações e notícias sobre o cenário político recebidos diariamente por essas pessoas, bem como o seu canal de acesso, primordialmente pelas redes sociais. Algumas entrevistadas afirmam que se sentem muito confusas ao lidar com esse “bombardeio” de conteúdos e que consideram muito complexo o processo de checar se alguma informação é verdadeira ou falsa.

A percepção da análise do conteúdo é que esse encontro entre o alto volume de conteúdos recebidos e a incerteza generalizada sobre a veracidade dessas informações gera um “nevoeiro” (WISNIK, 2018), que sistematicamente as afastam das reais discussões de bem-estar social e econômico no país.

Os três aspectos descritos pelas mulheres entrevistadas compõem importantes debates acerca da política nacional. Na última década, o tema da criminalização da política foi amplamente discutido por teóricos brasileiros. No Brasil, especialmente a partir da Lava-Jato houve um forte crescimento da antipolítica, explicada por Avritzer (2020) como reação à ideia de que instituições e representantes eleitos devem discutir, negociar e processar respostas a temas em debate no país. A partir da luta anticorrupção, a antipolítica produziu, além de uma negação de atributos como a negociação ou a coalizão, a aposta em uma criminalização crescente da atividade política com custos altos para o sistema representativo.

Também no contexto político brasileiro pós-2013, o tema da polarização aparece com maior intensidade no debate nacional, a partir da importação de um conceito que já era recorrente na ciência política norte-americana. O surgimento de uma direita radical e mais organizada foi fundamental nesse processo: quanto mais uma pessoa se identifica com um extremo do espectro político, mais ela tenderá a construir essa identidade de modo totalizante.

As eleições de 2018, colocaram atenção para as amplas redes de notícias falsas, determinadas como *fake news*. Rodrigo Nunes (NUNES, 2022) chama atenção para como a nova configuração da economia da informação, restrita à busca pelo maior número de cliques, favorece declarações extremas e a construção de personagens polêmicos. Além disso, a própria dinâmica das redes sociais provoca processos cismogênicos, no qual grupos respondem uns aos outros com reações que consolidam não apenas suas identidades, mas também sua oposição mútua.

Esses fenômenos, que de certa maneira são característicos do contexto político nacional têm impactado não só a vida política imediata do Brasil, se não na própria relação dos cidadãos com a democracia. No caso das mulheres escutadas ao longo da pesquisa, o intencional distanciamento das discussões sobre a vida pública e as rachaduras provocadas pela polarização entre seus grupos comunitários incidem diretamente no capital social adquirido e compartilhado por esses indivíduos, se transformando em um sentimento de desconfiança do sistema político.

A difícil conexão entre o sistema político e a vida cotidiana

Ao longo dos grupos de discussão, são raros os momentos de elaboração racional entre os efeitos práticos das políticas públicas no cotidiano dessas mulheres e suas famílias. Um exemplo interessante é que quando perguntadas sobre o que as separa de seus sonhos e ambições pessoais, grande parte das entrevistadas colocam o empenho individual como a grande força motriz de empreendimento da vida, em detrimento de soluções coletivas, como as políticas públicas.

Essa dinâmica é acentuada pelo baixo conhecimento teórico acerca dos diferentes papéis e responsabilidades das instituições e representantes do sistema político: Embora exista uma ideia generalizada de que o sistema político é um complexo arranjo que envolve vários atores interdependentes entre si, poucas entrevistadas conseguem discernir as funções executivas, legislativas e judiciárias na gestão do estado brasileiro, bem como o papel dos diferentes partidos políticos e organizações da sociedade civil nesse sistema.

Vale ressaltar que nenhuma das mulheres que compuseram a amostra destacada para essa pesquisa apresentou qualquer tipo de vínculo com os mecanismos formais e organizados de acesso à arena política para além do voto, como por exemplo, conselhos e conferências populares ou partidos políticos. Uma hipótese que poderia explicar essa falta de adesão é justamente a não percepção clara das decorrências do sistema político em seu contexto individual. Outra hipótese é de que a participação dessas mulheres nesses espaços poderia alavancar o seu conhecimento sobre a mecânica de funcionamento da máquina pública e do sistema político.

Por fim, percebe-se que esse cenário incide em um sentimento de abandono dessas mulheres por parte do sistema político. Algumas falas expressam esse sentimento propagado entre as mulheres que participaram dos grupos focais:

E02: *“A gente é tudo no dia da eleição, passou dali ninguém mais nos escuta, ninguém mais nos dá atenção”*

O contexto em que o voto é reconhecido por essas mulheres como o único ponto de interação existente entre elas e o sistema político as coloca em uma posição de espectadoras (BAQUERO, 2008) da esfera política. Essa cidadania passiva é aprofundada pela não aderência a processos participativos capazes de transformar pautas individuais em esforços coletivos (SACCHET 2009). Diversos autores consideram que o processo político formal da democracia contemporânea é insuficiente para dar vazão às demandas cidadãs da população brasileira (SANTOS, 2002; BACHERO, 2008; AVRITZER, 2020). Nesse sentido, a organização da sociedade civil - e o consequente fortalecimento de interesses coletivos de suas distintas comunidades de pertencimento a partir de um maior capital social - seria um elemento determinante para o fortalecimento da confiança no sistema político e nas instituições democráticas.

No âmbito de reflexões sobre o neoliberalismo, autores como Fraser (2018) e Nunes (2022) abordam a ocupação do centro do debate político pelo campo moral, em detrimento das discussões econômicas que poderiam pautar uma organização coletiva em prol do bem estar social como um fenômeno do nosso tempo. Fraser

considera que os movimentos progressistas se desconectaram da economia política, ignorando as transformações estruturais em andamento, enquanto os movimentos que se voltaram para agendas meritocráticas e individualistas passaram a ter mais visibilidade dentro do debate público (FRASER, 2018). O interesse coletivo cedeu o seu lugar à identidade individual como o principal motor da mobilização política.

O encanto e desencanto com a política

Ao longo das escutas dos grupos focais foi possível identificar dois modos distintos de se relacionar com o voto. Vamos denominá-los aqui como mulheres *encantadas* e *desencantadas*, em referência às formulações de Pierre Bourdieu a respeito do desencantamento do mundo (BOURDIEU, 1979).

Mesmo diante de um complexo panorama de deterioração da confiança dessas mulheres no sistema democrático, é possível perceber nas falas das *encantadas* uma espécie de esperança na possibilidade de mudança política através do voto. Além disso, elas demonstram compreender o sufrágio feminino como uma importante conquista, que deve ser reconhecida, respeitada e mantida:

E03: *“Não vejo alternativa de mudança que não seja através do voto.”*

E04: *“A gente lutou muito pra conseguir o direito de votar e não podemos abrir mão disso.”*

Uma reflexão possível a partir das falas dessa segmentação de mulheres é que a perspectiva de que o voto pode ser um instrumento para a transformação da realidade social, por vezes assume um caráter passivo, à medida em que essa esperança não se transforma em uma mobilização (individual ou coletiva) para a reconstrução do terreno político e na formação e legitimação de novas lideranças políticas identificadas com essa população. Por vezes, essa passividade externa aspectos que se assemelham à uma fé – quase religiosa – de que um dia poderá surgir um representante que possa alterar a lógica política do país:

E05: *“A gente tem que se apegar na esperança de que Ele (Deus) coloque alguém ali que realmente faça alguma coisa por nós”*

As *desencantadas*, em sentido contrário, localizam o voto como uma obrigação formal, citando inclusive as possíveis perdas de benefícios decorrentes de uma situação de inadimplência com a justiça eleitoral como um dos principais motivadores para a participação no processo eleitoral:

E06: *“Se (votar) fosse voluntariamente, as urnas estariam vazias”*

E07: *“E (se) a pessoa não for votar tem que pagar multa, né?”*

E08: *“O título do eleitor hoje, se você perder ele, bloqueia tudo nosso.”*

Outro aspecto interessante desse grupo de mulheres é a prevalência do sentimento de que o voto individual é insignificante frente ao montante coletivo de votos dentro de um processo eleitoral. Ainda, mesmo em um estado atual de desencanto com o sistema político, essas mulheres relatam que em momentos pregressos de suas vidas elas já passaram por momentos de “encantamento” pelo voto e pelo sistema político:

E09: *“Na primeira vez que eu fui votar gente, foi a coisa mais feliz da minha vida, eu estava me sentindo uma adolescente poderosa, ter a minha opinião válida para todo Brasil.”*

Falas como essa levantam a hipótese de que o *encantar* e *desencantar* pela política pode ser uma dinâmica pendular ao longo da jornada cidadã dessas mulheres. Futuros estudos poderiam se debruçar na investigação de quais são os motivadores desses movimentos.

Breves considerações finais

A crise democrática brasileira, caracterizada nesse artigo pela crescente alienação eleitoral e pelo sistemático distanciamento popular dos espaços políticos, é também uma crise da capacidade de criação e disseminação de capital social entre cidadãs e cidadãos brasileiros. É consenso que sistemas políticos se tornam mais eficientes e confiáveis quando há uma conformidade entre os indivíduos de modos e práticas que reconheçam e valorizem a vida coletiva e o processo democrático.

Diante desse contexto, é possível apontar possíveis caminhos para a atuação da *Natura* no intuito de aproximar essas mulheres do sistema político e incentivá-las a ter uma vivência cidadã.

Um primeiro caminho é a criação de programas focados em educação política para essa população. O acesso a capacitações relacionadas ao funcionamento do sistema político pode transformar essas mulheres em cidadãs mais ativas. Um segundo caminho que surge a partir das reflexões expostas nesse artigo, é o de estimular a vivência comunitária dessas mulheres, seja em espaços menos informais (como ONGs, grupos de bairro, redes de vizinhos etc.), ou em espaços mais formais de participação civil (como conselhos de políticas públicas e partidos políticos).

Partindo da premissa que a própria atividade comercial praticada por elas também pode ser compreendida como uma atividade comunitária, existe um potencial em mobilizá-las para a vida pública. Esses incentivos podem ser um impulso para a promoção da cidadania entre essas mulheres, saindo de uma dimensão cidadã passiva e individualista para uma orientação comunitária das formas de organização da vida. Um último caminho apontado ao longo dessa pesquisa é que a *Natura* possa atuar como uma espécie de facilitadora das conexões entre grupos comunitários organizados e liderados por essas mulheres a outros grupos da sociedade civil e também ao sistema político brasileiro, utilizando seus recursos corporativos para fomentar diferentes formatos de geração de capital social.

Conforme explicitado inicialmente, tal artigo, de caráter exploratório, busca se somar a um corpo de estudos que busca refletir sobre a qualidade da democracia brasileira, observando aspectos atitudinais das eleitoras. A observação dos sentimentos e pensamentos dos grupos de mulheres analisados aponta desafios para a democratização das relações sociais no Brasil, assim como possíveis campos de observação a serem explorados em outras pesquisas.

Referências Bibliográficas

AVRITZER, Leonardo. **A crise do governo Bolsonaro**. São Paulo: Editora Todavia. 2020.

BOURDIEU, Pierre. **O Desencantamento do Mundo: Estruturas econômicas e estruturas temporais**. Editora Perspectiva. 1979.

BOURDIEU, Pierre. The Forms of Capital. In **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education** (pp. 241–258). 1986.

BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha. **Territórios transversais em Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2013.

FERNANDES, Florestan. Nem federação, nem democracia. **São Paulo em Perspectiva**, 4 (1): 25 - 27, jan/mar. 1990. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v04n01/v04n01_05.pdf Acessado em 08/01/2023.

FRASER, Nancy. Do neoliberalismo progressista a Trump-e além. **1. Política e Sociedade**, 17(40). 2018. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2018v17n40p43/43>

FREY, Klaus. Capital social, comunidade o e democracia. **Política & Sociedade**, 2, 175– 187. 2003.

INSTITUTO VOTORANTIM. A alienação eleitoral no Brasil Democrático, 2022. www.institutovotorantim.org.br. Acesso em 08/01/2023.

INTERNACIONAL IDEA. The Global State of Democracy 2021: Building resilience in a pandemic era. **International Institute for Democracy and Electoral Assistance**. 2021. <https://doi.org/10.31752/idea.2021.91>. Acesso em 08/01/2023.

NUNES, Rodrigo. **Do transe à vertigem ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição**. Ubu Editora. 2022.

OXFAM. **Democracia Inacabada: Um Retrato Das Desigualdades Brasileiras**. 2021. www.oxfam.org.br. Acesso em 08/01/2023.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SACCHET, Teresa. **Capital social, gênero e representação política no Brasil 1** (Vol. 15, issue 2). 2009.

SANTOS, Boaventura Sousa. **A difícil democracia: reinventar as esquerdas**. São Paulo: Boitempo, 2016.

SANTOS, Boaventura Sousa. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

RAMOS, Alfredo; FARIA, Claudia F. Las conferencias de políticas públicas en Brasil: hacia un sistema integrado de participación y deliberación a nivel nacional? **Revista Española de Ciencia Política**, v. 32, p. 43-63, 2013.

TSE. **Mulheres são a maioria do eleitorado brasileiro**. 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Julho/eleicoes-2022-mulheres-sao-a-maioria-do-eleitorado-brasileiro>. Acesso em 08/01/2023.

WISNIK, Guilherme. **Dentro do Nevoeiro**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Vereadores da 18ª Legislatura

Adilson Amadeu (UNIÃO)
Alessandro Guedes (PT)
André Santos (Republicanos)
Arselino Tatto (PT)
Atílio Francisco (Republicanos)
Aurélio Nomura (PSDB)
Beto do Social (PSDB)
Bombeiro Major Palumbo (PP)
Celso Giannazi (PSOL)
Coronel Salles (PSD)
Cris Monteiro (NOVO)
Danilo do Posto de Saúde (Podemos)
Dr. Adriano Santos (PSB)
Dr. Nunes Peixeiro (MDB)
Dra. Sandra Tadeu (UNIÃO)
Edir Sales (PSD)
Elaine do Quilombo Periférico (PSOL)
Eli Corrêa (UNIÃO)
Eliseu Gabriel (PSB)
Ely Teruel (Podemos)
Fabio Riva (PSDB)
Fernando Holiday (PL)
George Hato (MDB)
Gilson Barreto (PSDB)
Helio Rodrigues (PT)
Isac Felix (PL)
Jair Tatto (PT)
Janaína Lima (MDB)

João Ananias (PT)
João Jorge (PSDB)
Jorge Wilson Filho (Republicanos)
Jussara Basso (PSOL)
Luana Alves (PSOL)
Luna Zarattini (PT)
Manoel Del Rio (PT)
Marcelo Messias (MDB)
Marlon Luz (MDB)
Milton Ferreira (Podemos)
Milton Leite (UNIÃO)
Paulo Frange (PTB)
Professor Toninho Vespoli (PSOL)
Ricardo Teixeira (UNIÃO)
Rinaldi Digilio (UNIÃO)
Roberto Tripoli (PV)
Rodolfo Despachante (PP)
Rodrigo Goulart (PSD)
Rubinho Nunes (UNIÃO)
Rute Costa (PSDB)
Sandra Santana (PSDB)
Sansão Pereira (Republicanos)
Senival Moura (PT)
Sidney Cruz (Solidariedade)
Sílvia da Bancada Feminista (PSOL)
Thammy Miranda (PL)
Xexéu Tripoli (PSDB)

